

PRÊMIO
INOVAÇÃO
EM GESTÃO EDUCACIONAL 2006
Experiências Selecionadas

LABORATÓRIO DE EXPERIÊNCIAS
INOVADORAS EM GESTÃO EDUCACIONAL
PRÊMIO INOVAÇÃO EM GESTÃO
EDUCACIONAL – 2006

COMISSÃO ORGANIZADORA DO PRÊMIO

Armando Amorim Simões – SEB
Jane Margareth de Castro – UNESCO
Olga de Jesus Bento – FNDE
Orosinda Maria Taranto Goulart – INEP
Vivian Ka. Fuhr Melcop – UNDIME

COMISSÃO JULGADORA

Adeum Hilário Sauer
Amélia Isabeth Bampi Paines
Ana Vitar
Divonzir Arthur Gusso
Edna Maria Santos Roland
Iara Maria de Almeida Marques
João Monlevade
Jorge Abrahão de Castro
Maria de Salete Lacerda Almeida e Silva Maria
Nilene Badeca da Costa
Maristela Debenest
Maristela Marques Baioni
Naura Syria Carapeto Ferreira
Nigel Brooke
Paula Montagner
Rui Rodrigues Aguiar
Sandra Mária Zákia Lian Sousa
Tatiana Filgueiras
Zeina Rebouças Corrêa Thomé

EQUIPE DE AVALIADORES

Akádja Cybelle Teixeira Ladeia
Cândido Alberto da Costa Gomes
Célia Maria Ferreira Cordeiro
Cynthia Paes de Carvalho
Maria das Graças Galvão de Souza
Maria Iaci Cavalcante Pequeno

EQUIPE TÉCNICA MEC/INEP

Carla D' Lourdes do Nascimento
Christiane Schoenfelder Correa de Lyra
Monia de Castro Guaitanele
Patrícia Carvalho Guanais de Aguiar

ELABORAÇÃO DOS TEXTOS

Aline Adolphs
Antônio Marcos Nogueira da Costa
Isabela Vargas
Maise Cardoso

Ministério da Educação
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

PRÊMIO
INOVAÇÃO
EM GESTÃO EDUCACIONAL **2006**
Experiências Selecionadas

Brasília
2007

COORDENADORA GERAL DE LINHA
EDITORIAL E PUBLICAÇÕES
Lia Scholze

COORDENADORA DE PRODUÇÃO EDITORIAL
Rosa dos Anjos Oliveira

COORDENADORA DE PROGRAMAÇÃO
VISUAL
Márcia Teresinha dos Reis

EDITOR EXECUTIVO
Jair Santana Moraes

REVISÃO
Zippy Comunicação LTDA.

CAPA, DIAGRAMAÇÃO E ARTE-FINAL
Raphael Caron Freitas

FOTOS
Aline Adolphs
Antônio Marcos Nogueira da Costa
Carla D' Lourdes do Nascimento
Maisa Cardoso
Monia de Castro Guaitanele
Patrícia Carvalho Guanais de Aguiar
Arquivos das Secretarias Municipais de
Educação

EDITORIA
Inep/MEC - Instituto Nacional de Estudos e
Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Anexo I,
4º Andar, Sala 418
CEP 70047-900 - Brasília-DF - Brasil
Fones: (61) 2104-8438 e (61) 2104-8042
Fax: (61) 2104-9812
editoria@inep.gov.br

DISTRIBUIÇÃO
Inep/MEC - Instituto Nacional de Estudos e
Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Anexo II,
4º Andar, Sala 414
CEP 70047-900 - Brasília-DF - Brasil
Fone: (61) 2104-9509
publicacoes@inep.gov.br
<http://www.inep.gov.br/publicacoes>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)

Prêmio inovação em gestão educacional 2006 : experiências selecionadas. – Brasília :
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.
161 p. : il.

1. Gestão educacional. 2. Inovações educacionais. I. Ministério da Educação.
II. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
CDU 371(81)

SUMÁRIO

Apresentação.....	7
Introdução – Prêmio Inovação em Gestão Educacional: um Incentivo às Autoridades Locais em Educação para Melhorar os Sistemas Municipais de Ensino	13
Capítulo 1 – Gestão Participativa na Educação	27
Capítulo 2 – Programa Curva Feliz do Município de Curvelândia.....	39
Capítulo 3 – Avaliação Institucional e Desenvolvimento: Um Diferencial na Educação Municipal de Igrejinha	51
Capítulo 4 – Núcleo de Apoio Pedagógico: Contribuindo para o Acesso, Permanência e Sucesso de Alunos com Necessidades Educacionais na Rede Regular de Ensino no Município de Joinville.....	67
Capítulo 5 – Desatando nós: Para uma Política Educacional de Acesso, Permanência e Sucesso Escolar	81

Capítulo 6 – Matrícula Cidadã	95
Capítulo 7 – Formação Continuada dos Profissionais em Educação do Município de São Gabriel do Oeste.....	107
Capítulo 8 – Prefes: Programa de Regularização do Fluxo Escolar (5ª a 8ª série do Ensino Fundamental)	119
Capítulo 9 – A Política de Alfabetização como Estratégia para a Elevação do Desempenho Escolar nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental	135
Capítulo 10 – Programa Semeando Educação e Saúde na Agricultura Familiar	147
Considerações Finais	159
Contatos.....	161

APRESENTAÇÃO

Poucos brasileiros já ouviram falar em Três Passos, Curvelândia, São Gabriel do Oeste, ou Igrejinha. Sabem que estão entre os nossos 5.564 municípios, sem conseguir dizer em qual Estado ou região se localizam. Curvelândia tem menos de cinco mil habitantes e fica em Mato Grosso. Em São Gabriel do Oeste, Mato Grosso do Sul, vivem aproximadamente 20 mil pessoas e a população da gaúcha Três Passos passa pouco dos 20 mil. Possivelmente Igrejinha, com seus 31 mil habitantes, seja mais conhecida por pertencer ao pólo calçadista do Rio Grande do Sul.

O que esses quatro municípios têm em comum com outros seis espalhados pelo Brasil, como Joinville, centro industrial de Santa Catarina, ou Ponta Grossa, importante cidade do Paraná? Ou com Rio Branco, capital do Acre? Das outras três cidades da lista, todas de porte médio, nenhuma superando os 200 mil habitantes, Amparo, a menor, integra a mesorregião de Campinas, interior de São Paulo. Sobral, na região do semi-árido, é uma das maiores cidades do Ceará e no norte do Espírito Santo, São Mateus recebe uma população flutuante em busca de trabalho nas indústrias da região e na sede local da Petrobras.

O que os aproxima é o fato de todos estarem fazendo algo para mudar seu panorama educacional. Fazem isso, introduzindo inovações em suas redes de ensino, com resultados que extrapolam os limites da escola. Os programas envolvem pais e alunos, buscam implementar atividades no contraturno, valorizam não só os professores, mas todos os profissionais da educação, estabelecem parcerias com as redes estaduais e com o setor privado e procuram entender seus alunos dentro do contexto social em que vivem.

Essas experiências inovadoras têm em comum, também, o fato de colaborarem para o atendimento dos objetivos e metas do Plano Nacional de Educação, perseguindo o acesso e a permanência do aluno na escola, com a conclusão na idade correta e a oferta de educação de qualidade. Democratizam a gestão, formam e valorizam seus educadores e encaram como importante a avaliação de sistemas e de alunos. Desenhados e implementados para resolver problemas e entraves diagnosticados, os projetos apresentam resultados concretos, mesmo não envolvendo recursos astronômicos, o que os tornam factíveis de serem reaplicados em outros contextos.

Amparo, por exemplo, transformou o conceito “Gestão democrática” em prática que mexeu com a estrutura da rede municipal de educação. Para enfrentar problemas de comunicação, desconhecimento sobre a política e falta de entrosamento entre o órgão público e os profissionais da rede, foi criado o programa Gestão Participativa, que garante voz e intervenção dos profissionais das escolas, alunos, professores e diretores. Entre outros resultados, a participação dos alunos contribuiu para o aumento do interesse nas aulas, houve redução do abandono e os professores passaram a ensinar melhor. As médias dos alunos da 4ª série na Prova Brasil foram superiores às do Estado e do País.

Em Curvelândia, crianças e jovens, cujos pais trabalham em canaviais e cumprem uma longa e dura jornada diária de trabalho, costumavam ficar fora da escola, ou desocupadas, andando pela rua depois das aulas. Tornavam-se, assim, vulneráveis às drogas e práticas violentas. A Secretaria Municipal de Educação criou, então, o Curva Feliz, oferecendo, no contraturno, oficinas para os estudantes das escolas municipais e estaduais, abrangendo esportes, música, dança e pintura. Os alunos, mais motivados, estão também mais comprometidos com os estudos. Além disso, o progresso dos estudantes nas artes também proporcionou à

população o acesso a programas culturais, no município antes desprovido de tais atividades.

Avaliar a escola, seus diretores, professores, funcionários e até mesmo os gestores municipais. Essa foi a política implantada por Igrejinha, com a Avaliação Institucional. Todos avaliam e se auto-avaliam, incluindo os estudantes e seus pais. Mais importante do que avaliar é usar os resultados para mudar e melhorar. As escolas elaboram seus planos de ação, priorizando as questões críticas mais apontadas e a Secretaria de Educação acompanha de perto a execução. Como conseqüência, as escolas melhoraram a infra-estrutura, os professores passaram a considerar os comentários dos alunos e a planejar melhor suas aulas. Os estudantes, por sua vez, retribuem melhorando o rendimento. Os pais se sentem comprometidos com a escola e mais envolvidos com a vida escolar de seus filhos.

Altas taxas de reprovação e de abandono levaram a Secretaria Municipal de Educação de Joinville a criar o Núcleo de Apoio Pedagógico (Nape), inicialmente voltado para o atendimento especializado aos estudantes com dificuldade de aprendizagem. O foco do projeto foi mudando e o Nape passou a ser dedicado àqueles com necessidades especiais de aprendizagem. O número de crianças atendidas cresce ano a ano e garante a inclusão, nas turmas regulares, daquelas antes atendidas em escolas especiais. Reprovação em queda, abandono com taxas inferiores a 1% e distorção idade-série em linha descendente mostram os resultados alcançados pelo município.

Para implantar uma política educacional de acesso, permanência e sucesso na escola, a Secretaria Municipal de Ponta Grossa precisou desatar muitos nós no âmbito das gestões administrativa, financeira e pedagógica ou dos processos de ensino-aprendizagem. Um plano de ação bem articulado atacou os principais problemas diagnosticados em cada um desses eixos, com soluções simples e eficazes. É o “Desatando Nós”, que gerou impactos importantes, especialmente em razão da eficácia e transparência no uso dos recursos públicos na educação, além das avaliações e da criação de instrumentos capazes de atender às necessidades educacionais do município.

A pressão pela universalização do acesso à rede pública de ensino, representada pelas enormes filas de pais durante o período de matrícula, foi o principal motivo da implantação da experiência Matrícula Cidadã, em

Rio Branco. Os pais buscavam escolas próximas de casa, ou pelo menos dentro do bairro onde residiam. A solução encontrada passou por uma parceria entre as redes estadual e municipal, cada uma assumindo a responsabilidade por parte da educação básica. Houve, com isso, maior racionalização na distribuição de vagas e melhor organização espacial, garantindo acesso a escolas próximas da residência do aluno durante toda a sua vida escolar.

No calendário letivo de São Gabriel do Oeste, todos os meses há um dia marcado para a formação dos profissionais das escolas das redes municipal, estadual e privada. Para os alunos e seus pais, esse é o dia “em que os professores estudam”. Com o Projeto “Formação continuada dos profissionais em educação”, o município vem alcançando resultados positivos, como a redução do índice de repetência e das taxas de reprovação. Ao valorizar estes profissionais, o programa contribuiu para elevar sua auto-estima, proporcionando o aumento da qualidade social do ensino.

O Programa de Regularização de Fluxo de São Mateus foi criado para resolver o grave problema do alto índice de defasagem escolar dos estudantes das séries finais do ensino fundamental, influenciada, principalmente, por fatores sociais. Com elaboração de material didático próprio, aceleração da aprendizagem e enturmação de alunos com o mesmo nível de distorção idade-série e dificuldades pedagógicas, o município alcançou crescente regularização do fluxo escolar. O programa tem previsão de encerramento para os próximos anos.

Em Sobral, um diagnóstico de leitura com os alunos de 2ª a 4ª série constatou um quadro crítico: 60% dos que estavam iniciando a 2ª série, 40% dos de 3ª série e 20% dos de 4ª série não dominavam os conhecimentos básicos da alfabetização inicial. As autoridades educacionais adotaram um programa ousado para garantir a alfabetização de todas as crianças que cursam as séries iniciais do ensino fundamental. O projeto obteve êxito, combinando rigorosa seleção de diretores, formação continuada de professores, métodos e metas de alfabetização medidos por indicadores, avaliação externa das crianças, incentivo aos professores alfabetizadores com ações de reconhecimento e recompensa, inclusive financeira, baseadas nos resultados alcançados.

Defrontadas com a falta de perspectiva da economia local, baseada na agricultura, o que levava ao êxodo da população jovem para cidades maiores, as autoridades de Três Passos decidiram inovar. Criaram um

projeto articulado entre as secretarias municipais de Educação, Agricultura e Saúde que, por meio da educação, incentiva e prepara os jovens para enxergarem no trabalho desenvolvido por suas famílias uma atividade digna e economicamente viável. O projeto combina ensino formal com atividades, no contraturno, voltadas para o aprendizado de técnicas avançadas na agropecuária. Os jovens estão aplicando o que aprendem na propriedade da família, invertendo a tradição: o conhecimento está passando de filho para pai e não de pai para filho. Os resultados já apareceram, com o aumento da produtividade e da renda, além da fixação dos jovens no campo.

Este livro resume aspectos dessas experiências em uma primeira abordagem, que deve ser aprofundada, a partir de agora, pelo Laboratório de Experiências Inovadoras em Gestão Educacional, criado pelo Ministério da Educação.

Orosinda Maria Taranto Goulart
Armando Simões

INTRODUÇÃO

**Prêmio Inovação em
Gestão Educacional:
um Incentivo às
Autoridades Locais em
Educação para Melhorar
os Sistemas Municipais
de Ensino**

O Prêmio Inovação em Gestão Educacional, instituído em 17 de maio de 2006 (Portaria Ministerial nº 2), faz parte das iniciativas do Ministério da Educação, de apoio à gestão educacional nos municípios, executadas no âmbito do Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação (Pradime). Implementado pela Secretaria de educação básica (SEB) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o Prêmio tem a parceria da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e conta com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Sua proposta é incentivar o desenvolvimento de experiências inovadoras em gestão educacional municipal, reconhecendo que os municípios brasileiros têm um papel decisivo para o avanço da educação no País e vêm empreendendo esforços nem sempre reconhecidos pelas autoridades estaduais e nacionais. Um dos pré-requisitos das experiências candidatas à premiação é que elas promovam os objetivos e as metas do Plano Nacional de Educação (PNE).

O PNE foi aprovado por lei nacional em 2001, visando solucionar os principais problemas que o País enfrenta: aumentar a escolaridade da população; melhorar a qualidade de todos os níveis de ensino; superar as desigualdades sociais e regionais relativas ao acesso, permanência e conclusão; e democratizar a gestão da educação pública.

As prioridades do PNE são: garantir que toda população curse o ensino fundamental; ampliar o atendimento escolar para todos os níveis de ensino; desenvolver sistemas de informação e avaliação em todos os níveis e modalidades; além de, constantemente, avaliar, treinar e reconhecer professores e profissionais da educação. Considerando a implementação de políticas de grande importância para a educação brasileira, o Prêmio procura destacar as inovações que os gestores municipais vêm fazendo na promoção das prioridades nacionais definidas pelo PNE.

Estudos recentes sobre inovação indicam que iniciativas com grande potencial para causar impactos e transformações vêm ocorrendo no âmbito municipal, com a criação e implementação de novas idéias e soluções. Entre outras razões, isso se explica pelo fato de que, no contexto local, devido à maior facilidade de se conhecer mais detalhadamente sua história, peculiaridades, limites e possibilidades, os promotores da inovação encontrariam melhores condições para lidar com os problemas enfrentados no decorrer do processo, tais como:

- atrair a atenção das pessoas para a necessidade de buscar soluções para uma questão premente e, a seguir, ganhá-las para a nova idéia;
- transformar a idéia em realidade, já que, das muitas sugestões propostas, somente algumas chegam até a fase de implementação, por limitações do processo político organizacional e de limitações humanas para lidar com a complexidade e o novo; e
- coordenar e integrar esforços e ações que vêm sendo empreendidos, já que, enquanto a produção da idéia pode ser individual, o processo de inovação é geralmente coletivo, o que traz à cena múltiplos atores com diferentes idéias, visões e percepções.

Inovações na gestão educacional, no âmbito dos municípios, não fogem desse pressuposto e parecem ocorrer em todas as regiões e Estados brasileiros. Assim, ao identificar, conhecer e avaliar experiências inovadoras surgidas e implantadas nos municípios, reconhecendo e valorizando as iniciativas das autoridades municipais, o Ministério da Educação pode atrair a atenção de outros gestores e da sociedade para os programas e projetos que são implementados, colaborando, também, para desenvolver novos

conhecimentos e para melhorar a capacidade dos gestores municipais em lidar com os desafios na educação. Premiar e divulgar as iniciativas bem-sucedidas que renderam avanços para a educação básica são mecanismos que criam incentivos e fomentam um processo inovador permanente, que leve a aumentar a qualidade da gestão educacional e ao cumprimento das Metas do Plano Nacional da Educação.

Com esse objetivo, o Inep e a Secretaria da educação básica do MEC criaram o Laboratório de Experiências Inovadoras em Gestão Educacional, incentivando o desenvolvimento dos municípios na gestão da educação. Pretende-se, com o laboratório, oferecer aos gestores e aos educadores um ambiente que auxilie a tomada de decisão, a partir de troca de experiências e informações sobre projetos e programas educacionais que têm apresentado resultados e impactos, baseados em indicadores a eles associados.

Como primeiro passo para a implantação do laboratório foi lançado no final do primeiro semestre de 2006, o Prêmio Inovação em Gestão Educacional. Espera-se que o Prêmio funcione como um “ímã” para atrair experiências para o laboratório. O prêmio é também um meio mobilizador dos dirigentes municipais da educação para tornarem públicos seus esforços e, valorizando as iniciativas bem-sucedidas, contribuir para ampliar o conhecimento sobre gestão educacional. Conhecer, avaliar e reconhecer publicamente os méritos de tais experiências deve servir de incentivo para que outros municípios sigam o curso da ação inovadora e avancem na superação dos desafios da educação local.

Laboratório de Experiências Inovadoras em Gestão Educacional

As avaliações da educação básica no Brasil apresentam resultados insuficientes em termos de aprendizagem dos alunos, revelando a baixa qualidade da educação. Experiências inovadoras, com o propósito de mudar esses resultados, têm sido implementadas nos sistemas educacionais municipais, com resultados positivos, sem que sejam registradas. Na verdade, fora do contexto em que ocorrem, poucas pessoas conhecem esses casos e o potencial que eles têm para serem aplicados em outros locais.

O Laboratório de Experiências Inovadoras em Gestão Educacional surgiu com o objetivo de preencher essa lacuna. Espera-se que, além de disseminar as experiências mais promissoras em gestão da educação, o laboratório contribua para o fortalecimento da capacidade dos gestores em educação pública para desenvolver e usar inovações educacionais que levem ao cumprimento das Metas do Plano Nacional da Educação.

Suas principais finalidades são:

- ♦ buscar, identificar, registrar e avaliar as experiências inovadoras na gestão da educação pública, bem como desenvolver mecanismos que irão auxiliar e estimular as inovações nessa área;
- ♦ disseminar as experiências inovadoras que estão realmente contribuindo para o alcance das metas do Plano Nacional de Educação;
- ♦ promover a cooperação técnica e a troca de experiências inovadoras entre os dirigentes municipais;
- ♦ formar uma rede efetiva de conhecimento por meio da troca de experiências, idéias e boas práticas, integrada por gestores educacionais, diretores das escolas, professores, formuladores de políticas, acadêmicos e especialistas, combinando um amplo conjunto de talentos e recursos para estimular inovações que levem a soluções para os maiores desafios educacionais;
- ♦ informar, compartilhar e integrar novos conhecimentos oferecidos por essas experiências entre a rede e o público de interesse;
- ♦ contribuir para o fortalecimento da capacidade administrativa das autoridades municipais na elaboração de políticas e gerenciamentos dos sistemas educacionais e no aumento da capacidade de aplicar ações inovadoras nas áreas relacionadas;
- ♦ estimular os principais fundamentos da democracia – incluindo participação, parcerias, compreensão, responsabilidade, justiça, eficiência, igualdade – adotando uma postura ética nas análises críticas e investigativas das práticas educacionais.

Os quatro princípios que regem o Laboratório de Experiências Inovadoras em Gestão Educacional são:

Qualidade – Qualquer inovação explorada pelo Laboratório deve ser relacionada aos resultados dos alunos, em termos de desempenho e qualidade educacional.

Democratização – A metodologia para identificar, avaliar e selecionar experiências deve levar em consideração os municípios com baixa capacidade institucional e ser capaz de reconhecer todas as experiências inovadoras possíveis surgidas de seus esforços em implementar mudanças.

Adequação – Reconhecimento e transferência de experiências inovadoras devem ser sensíveis ao contexto, evitando que qualquer inovação seja considerada e prontamente universalizada como “verdade única” a ser exportada a todos os contextos, o que requer uma análise cuidadosa das circunstâncias nas quais foram criadas.

Colaboração – As inovações que serão compartilhadas deverão levar em consideração as competências constitucionais necessárias entre as três esferas do governo (federal, estadual e municipal). Dessa forma, o trabalho cooperativo poderá ser encorajado ou desencorajado por meio de abordagens metodológicas aplicadas pelo laboratório.

Prêmio Inovação em Gestão Educacional

Após avaliar e selecionar definições, idéias e características da inovação que poderiam ser enquadradas na urgente necessidade de construir um novo conhecimento em gestão da educação pública no Brasil, escolhemos definir inovação em gestão educacional como:

As iniciativas desenvolvidas pelas autoridades educacionais que produzem valor público e contribuem para solucionar problemas e superar desafios da educação local, promovendo, assim, avanço no cumprimento dos objetivos e alcance das metas do Plano Nacional da Educação.

Partindo desse conceito, o Prêmio Inovação em Gestão Educacional foi criado tendo quatro objetivos principais:

- 1) estimular o desenvolvimento de experiências inovadoras na gestão da educação municipal, visando ao cumprimento dos principais objetivos e metas do Plano Nacional de Educação;

- 2) mobilizar os municípios para que tornem públicas as experiências inovadoras;
- 3) reconhecer os municípios e os dirigentes municipais de educação por suas iniciativas inovadoras e resultados alcançados; e
- 4) disseminar as inovações locais em gestão educacional.

A seleção das experiências inovadoras premiadas em 2006 seguiu um processo dividido em quatro etapas:

- 1) Um grupo técnico organizou as inscrições que preencheram os requisitos de documentos e o período mínimo de um ano de implementação.

O efeito catalisador da iniciativa pode ser percebido pelo grande número de experiências recebidas nesta primeira edição do Prêmio Inovação em Gestão Educacional, com a inscrição de 260 experiências pelas Secretarias Municipais de Educação de diversas partes do País, conforme a Tabela 1.

Tabela 1 – Experiências

Região	Recebidas	Aprovadas na 1ª etapa
Norte	14	9
Nordeste	57	45
Centro-Oeste	18	15
Sudeste	105	82
Sul	66	53
Total	260	204

Fonte: Laboratório de Experiências Inovadoras.

- 2) Uma comissão julgadora nacional, formada por especialistas, nomeados por portaria do Ministro da Educação, analisou, pontuou e elegeu até vinte experiências, considerando, no mínimo, uma por região do País.

Cinco critérios foram introduzidos nesse estágio do processo seletivo:

- a) relevância para o cumprimento dos objetivos e metas do PNE;
- b) impacto positivo para a educação municipal;
- c) introdução de inovações em relação às práticas de gestão anteriores;
- d) existência de parcerias com a sociedade civil, outros órgãos públicos e articulação com outras esferas do governo;
- e) uso eficiente de recursos.

Com base nesses critérios, as experiências municipais receberam uma pontuação (de 0-5 por critério) e 20 delas passaram para a etapa seguinte, conforme o Quadro 1.

Quadro 1

(continua)

Município	UF	Título da experiência
Amparo	São Paulo	Gestão participativa na educação
Belo Horizonte	Minas Gerais	Família-escola: educação feita por todos. Para todos
Carazinho	Rio Grande do Sul	Odisséia da leitura – uma viagem de aventuras e peripécias
Curvelândia	Mato Grosso	Programa Curva Feliz do município de Curvelândia
Hortolândia	São Paulo	Valorização e produção de conhecimento dos profissionais da educação
Igrejinha	Rio Grande do Sul	Avaliação institucional e desenvolvimento: um diferencial na educação municipal de Igrejinha
Joinville	Santa Catarina	Núcleo de apoio pedagógico: contribuindo para o acesso, permanência e sucesso de alunos com necessidades educacionais na rede regular de ensino no município de Joinville

Quadro 1

(conclusão)

Município	UF	Título da experiência
Lages	Santa Catarina	Avaliação externa
Orobó	Pernambuco	Lapeo: Laboratório Pedagógico e Ecológico
Paranavaí	Paraná	Festival Monteiro Lobato – Projeto de Incentivo à Leitura
Piripiri	Piauí	Projeto Oficina de Leitores/interdisciplinar (5ª a 8ª série do EF. II)
Ponta Grossa	Paraná	Desatando Nós: para uma política educacional de acesso, permanência e sucesso escolar
Recife	Pernambuco	Implementação de política de formação de leitores na rede municipal de ensino
Rio Branco	Acre	Matrícula Cidadã
Santo Antônio de Pádua	Rio de Janeiro	Jogos e atividades matemáticas nas escolas públicas da rede municipal
São Gabriel do Oeste	Mato Grosso do Sul	Formação continuada dos profissionais em educação do município de São Gabriel do Oeste
São Mateus	Espírito Santo	Prefes: Programa de regularização do fluxo escolar (5ª a 8ª série do ensino fundamental)
Sobral	Ceará	A política de alfabetização como estratégia para a elevação do desempenho escolar nas séries iniciais do EF
Três Passos	Rio Grande do Sul	Programa semeando educação e saúde na agricultura familiar
Três Pontas	Minas Gerais	Ensino alternativo – construção de oportunidades

Fonte: Laboratório de Experiências Inovadoras.

- 3) As experiências selecionadas foram avaliadas *in loco* por especialistas em políticas e gestão educacional, contratados especialmente para essa finalidade. Um relatório abrangente foi elaborado pelos avaliadores para auxiliar a comissão nacional com dados e informações complementares coletados pela observação, entrevistas coletivas e individuais, análises documentais e outros procedimentos técnicos baseados em abordagens qualitativas. O relatório local abrangeu quatro tópicos principais:
- a) informações básicas, incluindo um diagnóstico dos principais problemas e desafios que motivaram as inovações implementadas, conceitos-base, as principais finalidades da inovação, e uma breve caracterização dos inovadores;
 - b) o foco da inovação e sua implementação, considerando os objetivos pretendidos, a metodologia utilizada, recursos empregados, participantes, consistência e coerência entre os objetivos e estratégias e a sua aderência às Metas do Plano Nacional de Educação;
 - c) resultados e impactos da inovação em relação ao contexto local e aos desafios específicos, bem como as percepções dos beneficiários locais e outros participantes; e
 - d) limitações, possibilidades e desafios, tais como a sustentabilidade, replicação e as perspectivas para o futuro. As principais questões estão descritas na Tabela 2.

Tabela 2 – Categorias analíticas e questões de investigação

(continua)

Informações básicas	
• Análise do contexto	Onde ocorre a inovação?
• Principais razões para inovar	Por que inovar?
• Fundamentos de inovação	Quais são os conceitos-base e valores da inovação?
• Autor da inovação	Quem concebeu? Quem implementa?

Tabela 2 – Categorias analíticas e questões de investigação

(conclusão)

Foco e implementação	
• Objeto da inovação	O que é inovar?
• Finalidades e objetivos da inovação	Para quê?
• Alvo da inovação	Quem é beneficiado pela inovação?
• Estratégias da inovação	Como inovar?
• Parcerias	Quem são os principais parceiros?
Impactos da inovação	
• Resultados e efeitos alcançados	Que efeitos concretos podem ser percebidos?

Fonte: Gomes e Souza (2006).

- 4) Finalmente, após a conclusão do trabalho de campo, os relatórios das avaliações *in loco* foram submetidos à análise dos membros da comissão julgadora, que realizou uma reunião para esclarecimento de dúvidas.

O cômputo final do processo seletivo indicou o seguinte resultado:

Quadro 2

(continua)

Título da experiência	Município
Gestão participativa na educação	Amparo (SP)
Programa Curva Feliz do município de Curvelândia	Curvelândia (MT)
Avaliação institucional e desenvolvimento: um diferencial na educação municipal de Igrejinha	Igrejinha (RS)
Núcleo de apoio pedagógico: construindo para o acesso, permanência e sucesso de alunos com necessidades educacionais na rede regular de ensino no município de Joinville	Joinville (SC)
Desatando nós: para uma política educacional de acesso, permanência e sucesso escolar	Ponta Grossa (PR)
Matrícula cidadã	Rio Branco (AC)

Quadro 2

(conclusão)

Título da experiência	Município
Formação continuada dos profissionais em educação do município de São Gabriel do Oeste	São Gabriel do Oeste (MS)
Prefes: Programa de Regularização do Fluxo Escolar (5ª a 8ª série do ensino fundamental)	São Mateus (ES)
A política de alfabetização como estratégia para a elevação do desempenho escolar nas séries iniciais do ensino fundamental	Sobral (CE)
Programa semeando educação e saúde na agricultura familiar	Três Passos (RS)

Fonte: Laboratório de Experiências Inovadoras.

As dez experiências selecionadas receberam um certificado e os municípios, um prêmio de R\$ 50 mil, para ser investido no desenvolvimento, ampliação ou avaliação da iniciativa. Os dirigentes dos municípios premiados apresentaram suas experiências em seminário organizado por ocasião da cerimônia de premiação, em Brasília (DF). Os gestores educacionais e os coordenadores das experiências premiadas também foram convidados pelo MEC a participar de um evento de formação.

As experiências serão incluídas no Banco de Dados do Laboratório de Experiências Inovadoras em Gestão Educacional e disponibilizadas no endereço www.inep.gov.br/laboratório, para serem estudadas e analisadas mais pormenorizadamente pelos interessados. Seus resultados serão monitorados pela equipe técnica do laboratório.

Outra iniciativa de disseminação é a presente publicação, que procura descrever, em poucas páginas, a riqueza contida em cada uma das experiências. Esperamos que esses relatos estimulem os dirigentes municipais de educação a participar da rede de informações e conhecimentos novos sobre gestão educacional, ora inaugurada.

Referência bibliográfica

GOMES, C. A.; SOUZA, M. G. G. *Metodologia para a implementação do Laboratório de Experiências Inovadoras em Gestão Educacional*. Brasília: MEC, 2006.

CAPÍTULO



Gestão Participativa na Educação



Atividade de formação

“Inovação é ousar romper com a lógica do discurso da gestão democrática, resistir à dor de ser democrático. Pois é muito fácil ser autocrático, se trancar no gabinete. Abrir espaço para a possibilidade de participação, discussão, redefinição e ouvir as pessoas é muito difícil”, afirma a secretária municipal de Educação de Amparo (SP). No município, onde a gestora se propôs a ouvir os anseios da comunidade escolar, o projeto “Gestão Participativa na Educação” tem provocado mudanças no seu quadro educacional.

A cidade histórica de Amparo pertence à mesorregião de Campinas. Sua população é formada por descendentes de migrantes de outras partes do País, estrangeiros e escravos. A maioria dos migrantes (39%) era de Minas Gerais. Com 177 anos, Amparo pode se orgulhar de possuir uma taxa de analfabetismo entre as pessoas com mais de 25 anos, bem abaixo da média nacional, conforme dados do IBGE.

No município funcionam regularmente os seguintes Conselhos Municipais: de Educação, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do ensino fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), Alimentação Escolar, Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, Tutelar, Saúde, Assistência Social, Portadores de Deficiências, Desenvolvimento Rural, Distrito de Arcadas, Esporte e do Idoso, além da Associação de Pais e Comissão do Magistério.

Fórum para a busca de soluções

A experiência teve início efetivamente em abril de 2002, mas, antes disso, no final de 2001, a equipe da Secretaria Municipal de Educação (SME) havia constatado problemas de comunicação e falta de entrosamento entre o órgão público e os profissionais da rede, o que levava ao não-comprometimento, às lamentações, queixas e reações diversas. Houve, então, um levantamento das necessidades mais emergentes e foi diagnosticado o desconhecimento dos professores, diretores e demais profissionais de educação sobre a política educacional e tudo o que ela envolve.

Considerando que o processo democrático só pode se dar pela formação e informação, a Secretaria convocou uma reunião com a participação de uma equipe de especialistas do Laboratório de Psicologia Genética (LPG) da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), educadores e representantes da SME. Naquele momento, a equipe de assessoria e pesquisa da Unicamp apresentou a proposta do trabalho a ser desenvolvido e as responsabilidades de cada uma das partes envolvidas. Após oito horas (divididas em dois dias) de debate sobre o assunto, foi realizada uma votação para verificar o interesse dos profissionais em participar do projeto, com a aceitação de 99% dos presentes.

O passo seguinte foi eleger representantes de cada unidade escolar, sendo um professor e um especialista (diretor, vice-diretor ou coordenador pedagógico) para formarem o Fórum de Gestão Participativa, que passou, daí em diante, a realizar encontros com quatro horas de duração, em horário de trabalho. Os professores retirados das salas eram substituídos por outros profissionais contratados pela Secretaria para essa função.

Os objetivos do Fórum, na época, eram:

- 1) identificar as dificuldades das escolas e da rede pública do ensino municipal, a partir das perspectivas dos profissionais envolvidos;
- 2) criar metodologia aplicável para o desenvolvimento de processos participativos de decisão;
- 3) implementar a gestão participativa para diagnósticos da realidade e proposição de um plano de ação estratégico com o envolvimento de todos os agentes de educação;

- 4) promover a participação focada no respeito às idéias divergentes, no diálogo, na identificação de problemas, no pensar soluções criativas e adequadas às necessidades e realidades do município;
- 5) promover a formação de profissionais ativos, participantes e transformadores de sua realidade, não meros executores de propostas impostas e bem-intencionadas; e
- 6) fortalecer a parceria entre Conselho Municipal de Educação e a SME para a implantação de políticas de gestão educacional.

Para a secretária de Educação havia pelo menos dois motivos para a implantação da Gestão Participativa na rede de ensino: um se referia “ao trabalho de co-gestão, pois, por meio dele, as pessoas participam de fato, decidindo a partir de um melhor conhecimento do funcionamento da rede de ensino, e de um maior contato e diálogo entre educadores”, o outro dava conta de que o processo de cidadania “é legitimado quando se insere um espaço, atitudes e métodos democráticos que viabilizam a participação e a tomada de decisões de maneira coletiva”, disse.

Todo início, contudo, traz dificuldades. Em Amparo não foi diferente. Segundo a secretária, havia uma aparente oposição entre educadores e a equipe da Secretaria, como se atuassem em lados opostos. “As pessoas não estão acostumadas a ver a educação como política e sim resolver problemas imediatos”, acredita. O Fórum de Gestão Participativa colaborou para a desmistificação daquele pensamento. “Hoje sentimos que temos voz e somos ouvidos”, diz uma professora da rede.

Independência e autonomia

As reuniões do fórum aconteceram durante aproximadamente um ano e meio, com a assessoria de uma aluna de pós-graduação da Unicamp que, além de colaborar para o processo de construção da gestão democrática na rede municipal de ensino, realizou sua dissertação de mestrado sobre o tema. “Fizemos as reuniões durante o tempo que foi necessário para todos entenderem o que é gestão democrática, depois continuaram sem a nossa presença”, explica a assessora.

Uma série de propostas apresentadas nas reuniões do fórum foi transformada em ações que modificaram sensivelmente não só a

forma de trabalho dos profissionais do município, mas as relações entre todos os atores da escola. Segundo relatos da equipe técnica da Secretaria de Educação, a conquista mais visível foi a readequação do salário. Anteriormente, professores com contrato de 20 horas semanais



"Rodadas" oferecem tarefas variadas à escolha dos alunos

ganhavam pouco mais de um salário mínimo. Com a revisão das folhas de pagamento, eles passaram a receber R\$ 547, enquanto os que trabalham 40 horas ganham R\$ 1.095. Contudo, não se tratou simplesmente de um aumento de salário, mas de uma conscientização sobre de onde vem o dinheiro e de como ele é calculado.

Outras importantes mudanças ocorreram a partir das reuniões do fórum:

- ♦ implantação de diversos programas de formação;
- ♦ criação da legislação que prevê a autonomia financeira da escola e dos conselhos escolares em todas as unidades de ensino;
- ♦ reformulação do processo de atribuição de aulas e remoção de servidores;
- ♦ alteração do Estatuto do Magistério e da Lei do Plano de Carreira; e
- ♦ criação da função de Coordenador de Educação Inclusiva, com a implementação do Programa de Inclusão da Secretaria.

A autonomia das escolas transformou a rede municipal de ensino em uma comunidade participativa e democrática. A prefeitura repassa os recursos financeiros para as escolas municipais e essas distribuem a verba entre as atividades propostas nos seus planos de ação e projetos político-pedagógicos, que, inclusive, são construídos com a colaboração de toda a comunidade escolar.

Desde a criação da experiência, foram elaboradas 20 resoluções e 21 instruções que regulamentam e orientam ações do sistema municipal

de ensino, garantindo a continuidade da experiência e assegurando a autonomia conquistada pelos próprios profissionais da educação. Também foram criados 24 conselhos escolares, somente no ano de 2005, e surgiram propostas para a organização de grêmios estudantis, com o objetivo de aumentar a participação dos alunos na gestão da escola.

Democracia com responsabilidade

Uma das grandes alterações provocadas pelo processo de democratização da gestão municipal de educação foi a decisão de realizar concurso para diretor de escola, o que não foi definido superficialmente. A assessoria da Unicamp levou especialistas e representantes de outros municípios para exporem no fórum os diferentes pontos de vista sobre escolha de diretores: eleição, indicação, concurso. A etapa seguinte consistiu de um plebiscito, que foi realizado em todas as escolas da rede, no qual os servidores votaram sobre a forma que consideravam a mais indicada, tendo sido eleito o concurso público para o cargo.

De acordo com a secretária de Educação, tempos depois do resultado, um grupo a procurou para reclamar da decisão, considerando que não era a mais acertada. “Disse a eles que o processo não precisa ser eterno, mas é importante pelo menos experimentá-lo por algum tempo para ter certeza se funciona ou não. Além disso, expliquei que todos teriam que assumir a escolha, pois isso também faz parte do processo democrático”, lembra a secretária.

Essa responsabilidade é estendida a todos os setores da rede. A Secretaria Municipal de Educação não realiza nenhuma reunião sem aviso prévio e faz questão de manter todos bem informados sobre as decisões tomadas pelos conselhos. As escolas, da mesma forma, têm por hábito organizar informativos e panfletos a fim de estimular a participação dos pais e responsáveis. Algumas, como a Gasparzinho, de ensino fundamental, possuem até mesmo um jornal próprio, cuja intenção é informar sobre os projetos da escola.

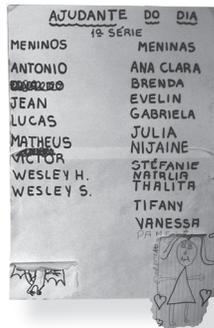
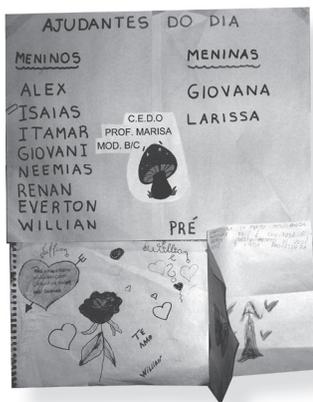
Qualquer decisão que influa no cotidiano das escolas e no sistema de ensino é discutida à exaustão, até que se esgotem todas as dúvidas e se chegue ao consenso. Isso ocorre no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, dos Conselhos Especiais e dos Conselhos

Escolares. Para se ter uma idéia, em 2003, antes da conferência que definiu o Plano Municipal de Educação, foram realizados 15 encontros de discussão e formação.

Alunos também participam

Os alunos também têm voz na gestão participativa de Amparo. O trabalho em sala de aula é observado pelas supervisoras da rede. Essas entram nas salas, assistem às atividades e identificam os equívocos, como quando as professoras deixam de ouvir os alunos na definição da rotina. Para os supervisores, as aulas, em geral, são participativas e dinâmicas.

A partir de trabalho com os professores, foram aperfeiçoadas as rodas e rodadas, que se constituem nos momentos de participação dos alunos. As turmas elegem os “ajudantes do dia” entre meninos e meninas, que funcionam como porta-vozes dos colegas na organização das tarefas. Nas segundas-feiras, as professoras discutem com os alunos as atividades de toda a semana. Eles têm o direito de eleger a ordem de execução das tarefas e a sua distribuição durante os períodos de aula. “Os únicos horários que não podem ser alterados são o do café-da-manhã e o da hora da merenda”, revela uma coordenadora pedagógica.



Ajudantes do dia coordenam as atividades no Educandário Nossa Senhora do Amparo

Essas são as assembléias, que também acontecem no fim do dia ou de cada atividade, com a avaliação coletiva do trabalho.

As rodadas possuem uma dinâmica diferente. A turma é dividida em cinco ou seis grupos, que trabalham simultaneamente com atividades diferentes. Cada grupo escolhe um líder, cuja função é receber a descrição das tarefas com a professora e passá-las para os colegas. Um grupo pode estar executando um exercício de matemática, enquanto o outro realiza uma interpretação de texto. De sete propostas de trabalho, os alunos

podem escolher cinco. “A gente faz a roda e os ajudantes (do dia) fazem o planejamento”, diz uma aluna da 2ª série. De acordo com estudantes entrevistados, os grupos costumam começar o dia pelas tarefas mais difíceis, mas terminam todas até o final da semana.

Para os menores são propostos jogos, desenhos e outras atividades lúdicas em espaços que lembram “ilhas”, com mesas organizadas umas de frente para as outras. Durante a aula, os alunos devem, então, passar por pelo menos duas dessas “ilhas”, ou etapas. “A única exigência é que todos passem pela ‘escolinha’ (grupo da leitura)”, conta uma professora da rede.

Boas perspectivas

A rede faz parceria com organizações não-governamentais, como o Educandário Nossa Senhora do Amparo, que oferece oficinas de artes, marcenaria, cabeleireiro, entre outras, para 160 crianças carentes: da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae); da Creche Santa Rita de Cássia; da Creche São Cristóvão; e do Serviço Espírita de Proteção à Infância. A SME também conta com a colaboração das Secretarias Municipais de Administração, Esportes, Saúde e Cultura; da Promotoria de Justiça; do Conselho Tutelar; do Conselho Municipal de Educação e da Fundação de Desenvolvimento da Administração Pública.

Segundo a assistente social do município, a evasão escolar diminuiu. Em 2005, foi identificado apenas um aluno evadido. Ela atribui esse dado, em parte, às atividades propostas no contraturno pelo programa Ciranda Criança e outras atividades em parceria com ONGs.

Diretores, coordenadores pedagógicos, supervisores, professores, alunos e pais são unânimes em afirmar que a gestão participativa trouxe benefícios para a educação do município. Para eles, uma nova administração encontraria resistência em mudar a sistemática implantada pela atual gestão. Entre as melhorias apontadas estão o aumento do senso crítico, a organização do trabalho, a transparência das ações e o crescimento da autonomia dos profissionais envolvidos.

Embora não se possa concluir, sem uma investigação mais aprofundada, que a gestão participativa contribuiu para a melhoria da qualidade de ensino, há indicadores positivos no cenário nacional, que dão uma boa perspectiva para a experiência. O município está bastante

acima das médias nacionais, regionais e estaduais na Prova Brasil (Quadro 2), com relação à 4ª série do ensino fundamental (ressalte-se que a rede não abrange as séries finais do ensino fundamental).

Segundo a secretária de Educação, gestores de outros municípios vêm procurando Amparo para conhecer a experiência e reproduzi-la, o que seria perfeitamente possível do ponto de vista financeiro, visto que a experiência não exige grandes recursos. Com fonte municipal, os valores investidos no período de 2002 a 2006 em ações para a gestão participativa foram de R\$ 66.080,00 distribuídos conforme o quadro abaixo.

Quadro 1 – Demonstrativo de despesas com o Programa

Item de despesa	Valor (R\$)
Pagamento de professores substitutos	24.000,00
Encontro com gestores – transporte	900,00
Encontro com gestores – alimentação	630,00
Aquisição de livros	800,00
Folder	406,00
Locação de espaço	100,00
Reprodução de material para cursos de gestores	3.200,00
Pagamento de profissionais para discussão sobre temas trabalhados	34.044,00
Materiais para conferências	2.000,00
Total	66.080,00

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Amparo.

Quadro 2 – Resultados do Prova Brasil 2005 - Amparo

Médias de desempenho em Língua Portuguesa e Matemática no ensino fundamental da rede municipal				
Área	Série	Brasil	Estado	Município
Língua Portuguesa	4ª série	171,09	176,61	182,12
Matemática	4ª série	178,66	183,38	190,86

Fonte: MEC, Inep – Prova Brasil – 2005.

Quadro 3

Contexto sócio-econômico			
Estimativa da população municipal	2006	67.503	
Valor do Fundo de Participação dos Municípios	2002	7.915.734	
Valor da Arrecadação Municipal	2005	74.588.561	
PIB Municipal Total	2003	597.070,55	
Números da educação			
Estabelecimentos da rede pública municipal de ensino	2005	24	
Matrícula total na rede pública municipal	2005	4.949	
Funções docentes* na rede pública municipal	2005	248	
Porcentual de docentes com curso superior na rede	2005	79	
* O mesmo docente pode atuar em mais de um nível/modalidade de ensino e em mais de um estabelecimento.			
Distorção idade-série			
Ensino fundamental até a 4ª série – 2002			
Brasil	Região	Estado	Amparo
35	18,5	9,3	10,2
Ensino fundamental até a 4ª série – 2005			
Brasil	Região	Estado	Amparo
28,5	15,7	8,2	11,7

Fonte: Inep, Edudata, IBGE, Datasus, Ipea, STN.

Referências bibliográficas

ALMANAQUE Amparo 175 Anos. *Amparo: minha terra, nossa cidade*. Amparo, 2004. p. 22-25. Edição Especial.

CORDEIRO, Célia M. F.; SOUZA, Maria das Graças G. *Relatório de Avaliação "in loco" da experiência inovadora da Secretaria Municipal de Educação de Amparo*. Amparo (SP), 2006. 17 p.

GODOY, Eliete Aparecida de; ALMEIDA, Alexandra Rodrigues de. *O desafio da gestão participativa no âmbito de um sistema municipal: uma perspectiva administrativa*. In: XX Encontro Nacional de Professores do Proepre,

2003, Águas de Lindóia. Anais do XX Encontro Nacional de Professores do Proepr. Campinas (SP): Graf. FE, 2003.

Fontes eletrônicas consultadas

www.inep.gov.br

www.edudata.inep.gov.br

www.ibge.gov.br/cidades

CAPÍTULO **2**

**Programa Curva
Feliz do Município
de Curvelândia**



Apresentação dos alunos da oficina de violão

Curvelândia promove educação e desenvolvimento cultural

A história de Curvelândia, município localizado a 311 km de Cuiabá, na região sudoeste do Mato Grosso, é marcada por um acidente envolvendo um ônibus que atropelou uma boiada na beira da estrada. O fato ficou conhecido como a tragédia na Curva do Boi que, anos depois, deu origem ao nome do município, emancipado de Cáceres em 2001. Com uma população estimada em 4.831 habitantes, de acordo com o Censo 2000 do IBGE, Curvelândia tem como característica a simplicidade. As pequenas propriedades que produzem gado de leite e de corte compõem esse cenário. Foi justamente no meio dessa paisagem que a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto (Semecd) iniciou o Programa “Curva Feliz”.

O projeto tem como objetivo “dar condições de acesso, permanência e sucesso na escola, visando unir, educar, reeducar e auxiliar na formação humana de toda a clientela escolar”. Busca, ainda, prevenir situações de risco envolvendo crianças e adolescentes, proporcionando lazer com a valorização da educação escolar. “O mais importante é conscientizar os alunos que têm problemas familiares, principalmente com vícios, e manter esses meninos longe disso”, reforçou um professor oficinairo. O município não quer repetir situações de drogas e violência como as que são vivenciadas nos municípios vizinhos. A iniciativa está articulada com outros programas municipais na área da Saúde (Programa “Viva Vida”) e de Desenvolvimento Sustentável (“Homem no Campo”).

A proposta foi inspirada na experiência anterior do prefeito, como vereador em Cáceres, e do próprio Secretário de Educação, que desempenhou a função de diretor do Núcleo de Educação da localidade, quando esta ainda integrava a administração municipal de Cáceres. A experiência dos gestores, aliada à análise dos indicadores educacionais da rede pública, despertou a preocupação em desenvolver uma ação preventiva de situações de risco pessoal e social para os jovens da cidade. O objetivo era evitar que se repetissem situações como aquelas vivenciadas anteriormente em Cáceres, evitando a disseminação do uso de drogas e de práticas violentas no meio juvenil do município.

Diagnóstico revelou o problema

Em 2002, a Secretaria Municipal de Educação fez uma análise situacional para subsidiar o Plano Estratégico 2002-2004. No documento, as informações sobre reprovação, distorção idade/série e evasão escolar alcançavam considerável relevância no município, chegando-se a ter em algumas escolas um índice de 20% de abandono dos alunos nas séries iniciais do ensino fundamental.

Paralelamente, a prefeitura realizou um diagnóstico a respeito da situação da infância e da juventude no município, realizado por meio de um levantamento dos agentes de saúde da Secretaria Municipal de Saúde com as famílias. Foram identificadas diversas situações de crianças fora da escola e, muitas vezes, desocupadas, sem a assistência familiar adequada, andando pela rua depois das aulas. A maioria desses casos envolvia os filhos de trabalhadores rurais de canaviais próximos. Em virtude da carga horária de trabalho intensa, os pais não tinham com quem deixar os filhos. Nessa época, não havia nenhuma atividade cultural organizada para jovens.

Diante desse diagnóstico, a administração municipal percebeu que era necessário agir para minimizar os impactos negativos dessa situação. Os projetos articulados e desenvolvidos pelas secretarias foram planejados com o objetivo de incentivar a capacitação das famílias com foco na criação de emprego e renda. Na área educacional, a prefeitura buscou um programa que ajudasse a combater a evasão e a repetência que registrava um alto índice no município. O Projeto “Curva Feliz” nasce para oferecer aos alunos atividades culturais e de lazer no período em que não estão na escola. A Secretaria

Municipal de Educação queria desenvolver uma experiência que envolvesse os alunos e a comunidade na escola e atingiu esse objetivo com a experiência.

Oficinas culturais e esportivas para pais e alunos

Desde março de 2003, quando começaram as oficinas, crianças e adolescentes que estudam nas escolas públicas do município participam de atividades educativas e recreativas. As opções de oficinas são



Apoio Pedagógico: alunos recebem apoio pedagógico

variadas e tiveram algumas mudanças nas modalidades oferecidas desde que a experiência teve início. A secretaria realizou as alterações para atender à demanda identificada e também para garantir a viabilidade da oficina diante da escassa disponibilidade de profissionais na região. Em 2003, foram oferecidas oficinas de karatê, teatro, artes, capoeira, futebol, artes visuais, dança, coral, futsal e vôlei.

No ano de 2004, deixaram de ser oferecidas oficinas de artes visuais, futsal e vôlei. Em compensação, novas modalidades entraram na lista de oferta: artes com materiais recicláveis, tênis de mesa, basquete, violão e pintura. No mesmo ano, a partir do segundo semestre, foram acrescentadas as oficinas de pintura em tela, futebol, apoio pedagógico, leitura e produção de textos, estas últimas, realizadas por professores da rede em parceria com as escolas municipais.

Em 2005, o município além de oferecer as oficinas do ano anterior, passou a ofertar: escolinha de futebol, apoio pedagógico, leitura e produção de textos, sendo que as duas últimas não tinham monitores, o trabalho de monitoramento era desenvolvido pelas escolas. No primeiro semestre de 2006, deixou de ofertar a oficina de basquete, enquanto o apoio pedagógico passou a ser monitorado pelo Projeto.

Mais tempo na escola com atividades extracurriculares

O Quadro 1 mostra a evolução da matrícula nas oficinas do Programa:

Quadro 1

Ano	Nº de oficinas	Total de matrículas nas oficinas
2003	09	265
2004	10	420
2005	12	380
2006	12	435

Fonte: SEMECD de Curvelândia (MT).

O conjunto das oficinas beneficiou cerca de 250 alunos, entre os quais também se incluem alguns dos familiares dos estudantes da rede pública local. As oficinas são oferecidas a cada início do ano letivo a todos os alunos da rede municipal e estadual, inclusive. Para participar, basta que o aluno esteja freqüentando a escola. Os alunos podem participar de, no máximo, duas modalidades oportunizando o atendimento ao maior número de interessados. O critério de ordem de chegada prevalece na seleção dos inscritos. Quando o número excede a quantidade de vagas oferecidas, a prioridade é para os alunos com maior idade. Apesar de grande parte deles buscarem as oficinas por livre iniciativa, alguns professores também costumam indicar as oficinas para os que estão com dificuldade em sala de aula, tanto de comportamento, quanto de aprendizagem.

A experiência articula os objetivos e metas do Plano Nacional de Educação (PNE), para superar situações de abandono escolar e melhorar os demais indicadores educacionais. Articula-se, ainda, com a perspectiva de abordagem dos temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais, incentivando "o aluno a valorizar a cultura regional e a permanecer na escola. O objetivo do Projeto é também atingir 100% das crianças, trazendo-as para sala de aula, e reduzir a evasão e a repetência".

O projeto envolve a rede municipal de ensino que conta com cinco escolas, atendendo a alunos da educação infantil à 4ª série do ensino fundamental. Das cinco escolas municipais atualmente em funcionamento, apenas

uma é urbana (Escola Municipal Carlos Masson Netto), duas atendem da educação infantil à 4ª série e três contemplam apenas crianças de 1ª a 4ª série. A totalidade da rede municipal atende 443 alunos (93 na educação infantil e 340 de 1ª a 4ª série), segundo dados do Censo Escolar de 2005. O quadro abaixo mostra os indicadores educacionais da rede municipal:

Quadro 2 – Indicadores educacionais da rede municipal de EF (%)

Taxa	Séries	2001	2002	2003	2004
Aprovação	1ª a 4ª	80,6	90,3	89,4	82,7
	5ª a 8ª	63	76,7	56,4	86
Reprovação	1ª a 4ª	12,2	3,8	6,5	13,4
	5ª a 8ª	8,1	5,6	3,8	6,4
Abandono	1ª a 4ª	7,2	5,9	4,1	3,9
	5ª a 8ª	28,9	17,7	39,8	7,6
Distorção idade-série	1ª a 4ª	20	18	18,6	21,4
	5ª a 8ª	56,2	43,3	32,6	30,9

Fonte: MEC/Inep.

Parcerias ajudam a cobrir despesas

Para cobrir as despesas com a realização das oficinas, a secretaria busca apoio de comerciantes locais, outras secretarias, Câmara de Vereadores, etc. Outra parceria importante para garantir o programa são aquelas estabelecidas com a Secretaria Estadual de Cultura (Projeto Aplauso) e com o Ministério dos Esportes (Programa 2º Tempo). Os recursos são complementados com a renda obtida por meio da participação dos alunos em festivais (como no caso do teatro) ou competições (como no caratê). Atualmente, a Prefeitura consegue cobrir somente 30% dos custos anuais do Programa. O complemento vem das parcerias com os órgãos estaduais e federais, ou doações em espécie.

A equipe de coordenação do “Curva Feliz” planeja, acompanha e avalia o trabalho dos professores e oficinairos, contratados temporariamente (em média nove meses por ano). Muitos destes profissionais são de outras cidades, próximas a Curvelândia, o que aumenta as despesas com transporte,

alojamento e alimentação. Preocupada com a sustentabilidade do projeto, a secretaria tem procurado formar profissionais locais, que devem assumir o trabalho futuramente, como já vem ocorrendo no caso do teatro.

Resultados alcançados

Os estudantes entrevistados revelaram que, antes do programa, ficavam sem fazer nada com os amigos, ou perdiam horas na frente da televisão. Este é o caso de um estudante entrevistado que participa da oficina de violão. “Antes, eu não fazia nada e ficava em casa vendo TV”, explica. Hoje, o menino surpreende o professor de violão que vê no aluno uma promessa de sucesso no cenário nacional. O mestre explica que os alunos aprenderam a desenvolver a memória estudando música. Todos os estudantes entrevistados afirmaram que a escolha da oficina foi iniciativa deles e muitos resolveram se inscrever por indicação de amigos que já estavam participando.

Um dos parceiros entrevistados reiterou a importância no contexto local caracterizado pelo trabalho dos pais no meio rural. “Se não fosse pelo programa, as crianças estariam na rua. Além disso, elas aprendem regras porque precisam cumprir horários, têm disciplina e não ficam ociosas, elevando a auto-estima”, completa. Além de prevenir situações de risco pessoal e social, fortalecendo seu vínculo com a escola, o “Curva Feliz” promove a permanência e a melhoria da qualidade do ensino. O Programa procura incentivar o aluno a estar



Teatro: Grupo de Teatro Gavião Real ganhou destaque em Mato Grosso

em sala de aula - condição para a participação nas oficinas - influenciando sua motivação para estudar, partindo do pressuposto de que a frequência escolar é condição para um bom desempenho escolar.

De acordo com os professores, os alunos estão mais concentrados e menos agitados. Afinal, eles guardam a energia para os momentos em que estão participando das oficinas. Quem participa das oficinas sabe que a procura é grande e está aumentando. Por isso, não descuida dos estudos, nem das notas.

Em entrevista com os professores, um deles relatou o caso de um aluno que foi indicado para ingressar em uma das oficinas porque tinha dificuldades em sala de aula e um comportamento “agitado”. Em outra ocasião, uma professora recomendou que um estudante canhoto e com dificuldades para copiar a matéria participasse da oficina de pintura para desenvolver a coordenação motora.

Em uma das escolas visitadas, a coordenadora pedagógica afirmou que as crianças aprenderam a sair e se comportar quando estão fora da escola. A expressão oral entre aqueles que participam das oficinas melhorou. Por isso, esses alunos são incentivados a ajudar os colegas que têm dificuldade em sala de aula. Já alguns pais observaram também que os filhos superaram dificuldades de comunicação e agora se expressam melhor, vencendo a timidez em alguns casos. As famílias se envolvem diretamente no projeto, não só valorizando o trabalho, como também participando efetivamente, como as mães que viajam com o grupo de dança. Há outras que fazem a confecção do figurino para o teatro. Muitos pais também participam das oficinas de coral e teatro, por exemplo, que são abertas à comunidade.

Segundo relato dos pais entrevistados, os filhos dos que estão participando estão mais comprometidos com as atividades escolares e as oficinas, além de mais dedicados aos estudos. Uma mãe entrevistada relatou que o filho está mais extrovertido depois que começou a participar do coral e do teatro. “Ele está indo bem na escola e melhorou muito porque, agora, ensina para o irmão mais novo o que aprende”, observa.

Ampliando o horizonte cultural e melhorando a educação

Os participantes do Programa têm a oportunidade de mostrar seus talentos no Festival Cultural Art&Curv, realizado anualmente em setembro. O evento reúne os moradores de Curvelândia e das cidades próximas na praça

central da cidade. A promoção do festival é um grande avanço para a região, pois não havia programação cultural antes do “Curva Feliz”. Com o Programa, o município inovou não só dentro dos seus limites geográficos, como também ganhou projeção e reconhecimento em todo o Estado. Nesse sentido, a parceria com a Secretaria Estadual de Cultura foi importante para que a experiência ganhasse projeção.

A oficina de teatro realizada dentro do Programa transformou Curvelândia em município-pólo da Federação Mato-Grossense de Teatro. O Grupo Gavião Real participa de apresentações e festivais em todo o Estado. Já o Grupo Mirim de Dança de Curvelândia divulga a catira, dança folclórica típica do Mato Grosso. O Grupo de Dança Adulto, por sua vez, saiu vencedor do concurso de quadrilhas no Arraiá de Todos os Santos, em Rio Branco, no Mato Grosso.

Nas entrevistas realizadas com técnicos, professores, alunos e pais todos destacaram a importância do “Curva Feliz” para o desenvolvimento cultural do município. Muitos dos entrevistados nunca tinham saído do município antes do programa e agora têm a oportunidade de conhecer outros lugares. Nas apresentações em cidades vizinhas eles têm contato com outras culturas.

Avanços na educação, na cultura e na auto-estima

As transformações relatadas nas entrevistas e observadas nos indicadores educacionais mostram o impacto na educação municipal. A experiência de Curvelândia prova que os gestores podem buscar alternativas simples e financeiramente viáveis para melhorar a qualidade do ensino com a participação da comunidade escolar. Os resultados desta iniciativa modesta repercutiram nos índices de reprovação e abandono, como mostra o Quadro 3:

Quadro 3 – Indicadores educacionais da rede municipal de EF (%)

Taxa de 1ª a 4ª série	2003	2004	2005
Reprovação	5,9	10,6	3,1
Abandono	2,5	3,5	1,7

Fonte:SEMECD/Curvelândia (MT).

O reconhecimento obtido com as apresentações dentro da comunidade e fora do município promoveu uma melhora da auto-estima dos alunos. Os depoimentos também mostraram que as atividades desenvolvidas no Programa Curva Feliz colaboram para integrar as escolas e seus professores à comunidade. A valorização da educação com a cultura talvez não seja novidade em se tratando de projetos educacionais. No entanto, para um município com poucos anos de emancipação e desprovido de atividades culturais, a iniciativa da administração municipal representou uma grande inovação. Ao vincular a possibilidade de participação nessas atividades à frequência à escola regular, a experiência de Curvelândia articula-se com a progressiva melhoria da qualidade da aprendizagem, envolvendo também professores, familiares e coordenadores pedagógicos no processo.

A experiência inova em gestão educacional e tem boas possibilidades de repetição em outros cenários. Trata-se de um meio simples e de custo modesto – ao alcance de muitos outros gestores - que apresenta um potencial interessante no combate à evasão escolar.

Quadro 4

(continua)

Contexto sócio-econômico		
Estimativa mais recente da população municipal	2006	4.970
Valor do Fundo de Participação dos Municípios (R\$)	2002	1.730.767
Valor da arrecadação municipal (R\$)	2004*	4.342.661
PIB municipal total (R\$)	2003	**
Números da educação		
Estabelecimentos da rede pública municipal de ensino	2005	5
Matrícula total na rede pública municipal	2005	711
Funções docentes*** na rede municipal	2005	37
Porcentual de professores com curso superior na rede	2005	70,2

Quadro 4

(conclusão)

Indicadores educacionais									
Taxa	Séries	Brasil		Região		Estado		Município	
		2001	2004	2001	2004	2001	2004	2001	2004
Aprovação	1ª a 4ª	76,2	76,7	66	66,4	77,5	80,5	80,6	82,7
	5ª a 8ª	76,3	72,3	74,4	71,7	71,9	72	63	86
Distorção idade-série	1ª a 4ª	39,1	29,4	53,3	22,7	27,2	23,2	20	21,4
	5ª a 8ª	59,7	51,7	70,3	45,6	56,4	44,1	56,2	30,9
Não-promoção (reprovação + abandono)	1ª a 4ª	23,8	23,3	34	33,6	22,5	19,5	19,4	17,3
	5ª a 8ª	23,7	27,7	25,6	28,3	28,1	28	37	14

Fonte: Inep, Edudata, IBGE, Datasus, Ipea, STN.

*Não há dados de 2005 no sítio do Tesouro Nacional (17/10/06).

** Não há informações de PIB.

*** O mesmo docente pode atuar em mais de um nível/modalidade de ensino e em mais de um estabelecimento.

Referência bibliográfica

SOUZA, Maria das Graças Galvão de. PAES DE CARVALHO, Cynthia. Subproduto 8.9 – *Relatório de Avaliação "in loco" da Experiência Inovadora da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto de Curvelândia/MT*. Brasília, outubro de 2006.

CAPÍTULO

3

**Avaliação Institucional e
Desenvolvimento:
Um Diferencial
na Educação Municipal
de Igrejinha**



Coordenadoras do projeto apresentam relatórios de resultados gerados por *software* próprio

“A avaliação tem que pensar o professor, o aluno, os funcionários, pensar a escola como um todo”. A frase, de uma das coordenadoras do projeto “Avaliação institucional e desenvolvimento: um diferencial na educação municipal de Igrejinha”, do município situado na região serrana do Rio Grande do Sul, sintetiza o diferencial dessa experiência. Não se trata de uma simples avaliação institucional e sim de um conjunto de ações bem orquestradas, que apresentam resultados visíveis na melhoria da infra-estrutura das escolas e resultados mais subjetivos, como o crescente envolvimento da família na vida escolar dos filhos.

O município de Igrejinha foi criado em 1964 e sua população é, predominantemente, de origem alemã. Está localizado entre as cidades de Taquara e Três Coroas, a 82 km de Porto Alegre. As escolas municipais – bem preservadas pelos gestores públicos e pela comunidade – oferecem educação infantil, ensino fundamental até a 8ª série e educação de jovens e adultos. “Para o imigrante alemão, construir a casa, a igreja e a escola têm a mesma importância”, afirma a secretária municipal de Educação, também descendente de família germânica.

A indústria calçadista representa a principal atividade econômica de Igrejinha. É essa indústria, segundo a secretária, que emprega um grande número de mulheres para as funções de corte, costura, bordado, etc. O fato contribui para o aumento da demanda por educação infantil no município, já que as mulheres igrejinenses tornam-se mães muito jovens e precisam de um lugar para deixar seus filhos enquanto trabalham.

O setor dos calçados também é responsável, conforme relatos de professores da rede municipal, pela migração de um bairro para o outro: “na época que o calçado está dando lucro, os aluguéis próximos às fábricas ficam mais caros e quando não está, os preços baixam”, revelou uma professora. O fator estaria associado às mudanças constantes de colégio às quais algumas crianças são submetidas.

A Oktoberfest, festa de origem alemã que atrai milhares de turistas todos os anos para a região, também contribui para a economia local. Por ser uma festa comunitária, abre espaço para a participação de todas as escolas, que vendem alimentos típicos da região e peças de artesanato produzidas pelos próprios estudantes. A verba resultante da venda é rateada e repassada para as escolas.

Questionar para melhorar

A secretária municipal de Educação, escolhida pela maioria das escolas do município em uma consulta realizada pela prefeitura, revela que nunca havia ocupado cargo político e precisava de um “norte”, algo que a orientasse no seu trabalho. Essa foi a principal motivação para a criação da Avaliação Institucional. Sob a influência do Programa de Capacitação a Distância para Gestores Escolares (Progestão), promovido pelo Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed), e mais especificamente do módulo “Como desenvolver a Avaliação Institucional da Escola?”, a equipe da Secretaria Municipal de Educação (SME) de Igrejinha começou a pensar em uma forma de aplicar, dentro da própria rede, os conhecimentos adquiridos no curso.

Além disso, o estudo do Plano Nacional de Educação (PNE) forneceu uma orientação de trabalho à secretária, que tentou, então, colocar em prática tudo aquilo que era apontado como algo positivo para a educação brasileira. Funcionando como uma espécie de guia,

o PNE também foi subsídio, por exemplo, para a criação do Conselho Municipal de Educação e a implantação do ensino fundamental de nove anos em Igrejinha. A Secretaria está realizando, ainda, uma série de plenárias públicas para a discussão do seu Plano Municipal de Educação.

Em 2003, com uma equipe enxuta demais para a tarefa de criar um processo avaliativo contundente, a SME decidiu contratar uma consultora para coordenar a elaboração e aplicação dos questionários. Valorizando uma proposta de gestão democrática, foram realizadas várias reuniões com as escolas para a sensibilização e construção dos instrumentos avaliativos.

Com a colaboração da consultora, a primeira aplicação dos questionários ocorreu em junho de 2004. Desde então, a cada ano, os instrumentos são analisados, aplicados e aprimorados com a participação dos professores da rede.

Um dos diferenciais da experiência é que todos os membros da comunidade escolar avaliam e também se auto-avaliam. Os questionários são distribuídos para a equipe diretiva das escolas, professores, funcionários (secretários, coordenadores de área, auxiliares de serviço, vigia), alunos a partir da 4ª série do ensino fundamental e os pais de

alunos de todas as séries da educação infantil e do ensino fundamental, Círculo de Pais e Mestres (CPM), representantes do Conselho do Fundef e do Sindicato dos Professores. Esses atores avaliam não só a escola, como os professores, a direção, os auxiliares de limpeza, os motoristas responsáveis pelo transporte dos alunos, os vigias das escolas, a Secretaria Municipal de Educação e sua gestora.

Todos compartilham da opinião de que a medida não foi bem aceita no início. “Não é fácil ser avaliado”, dizem professores e diretores. Mas, aos poucos, o processo foi apresentando resultados e os benefícios trazidos pela avaliação se sobrepuseram aos problemas iniciais. “Eu não consigo mais imaginar o meu trabalho sem a avaliação”, diz a secretária de Educação.

De acordo com o Relatório do Processo de Avaliação Institucional das Escolas da Rede Municipal de Igrejinha, elaborado em 2005 pela SME,



Secretária de Educação de Igrejinha

o projeto tem por objetivo: “desenvolver um processo de avaliação institucional que subsidie de forma eficaz a gestão organizacional das escolas da rede municipal de Igrejinha, bem como, de todas as pessoas envolvidas no processo”.

Nos dois primeiros anos, os instrumentais focavam mais os aspectos de infra-estrutura das escolas. Com isso, os maiores ganhos foram melhoria de banheiros, ampliação de salas, construção de quadras esportivas, limpeza, recolhimento do lixo, etc. “Conseguimos a construção de três salas de aula”, diz o pai de um aluno da Escola Municipal Anita Garibaldi. “Colocaram goleiras, a quadra (de esportes) ficou ‘tri’¹. Agora tem brita no pátio, que ficava cheio de barro quando chovia”, conta um aluno da 6ª série da Escola Osvaldo Cruz.

Até mesmo o pedido de um relógio de ponto surgiu nas respostas de uma das escolas da rede que atendeu a solicitação prontamente. “Antes de colocarem o relógio, os professores se atrasavam para o início da aula e as crianças se “amontoavam” nas portas da sala. Sempre dava problema, alguém se machucava”, revela o autor da idéia, vigia da escola.

Anseios transformados em ações

Os instrumentos são elaborados com a colaboração da comunidade escolar, incluindo pais e responsáveis pelos alunos. Os indicadores a serem avaliados são agregados em categorias (chamadas de “blocos”) e para cada uma é relacionado um conjunto de aspectos. Além disso, há espaço para comentários livres sobre alguns pontos e a auto-avaliação ao final de cada questionário. Os instrumentos variam ano a ano – com perguntas retiradas e incluídas – mas, pelo Quadro 1, referente ao processo de 2005, é possível visualizar alguns dos itens avaliados, correspondentes a cada público.

¹ “Tri” em “gauchês” quer dizer algo muito bom.

**Quadro 1 – Exemplos de itens contidos nos instrumentais
e os públicos para os quais são direcionados**

(continua)

Itens	Públicos
- Departamento Pedagógico, quanto ao seu funcionamento	Diretores de escola; coordenadores pedagógicos e orientadores educacionais
- Reuniões do Departamento Pedagógico	Coordenadores pedagógicos e orientadores educacionais; coordenadores de área; professores
- Reuniões dos coordenadores de área	Coordenadores de área
- Centro de Atendimento Escolar (CAE) ² , quanto à recepção, ao serviço de psicologia, psicopedagogia institucional, psicopedagogia clínica e fonoaudiologia	Diretores de escola; coordenadores pedagógicos e orientadores educacionais; coordenadores de área; professores; pais que utilizam os serviços do CAE
- Departamento Administrativo, quanto ao seu funcionamento	Diretores de escola; coordenadores pedagógicos e orientadores educacionais; coordenadores de área; professores
- Transporte escolar	Coordenadores pedagógicos e orientadores educacionais; professores; alunos
- Serviço de alimentação escolar	Diretores de escola; auxiliares de serviços gerais; alunos
- Serviços de obras e reformas	Diretores de escola; CPM
- Equipe de manutenção	Diretores de escola; vigias; auxiliares de serviços gerais; CPM
- Recursos humanos do Departamento Administrativo e Escrituração Escolar	Diretores de escola; secretárias de escola; coordenadores de área; professores
- Repasses financeiros	Diretores de escola; coordenadores pedagógicos e orientadores educacionais; coordenadores de área; professores; educadores da educação infantil; CPM

² O CAE faz parte do Departamento Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação e presta atendimento aos alunos, pais e professores. Realiza ações preventivas com grupos de apoio aos alunos com dificuldades de aprendizagem. Possui grupos de professores discutindo a questão da inclusão e pensa na família como parte da escola.

**Quadro 1 – Exemplos de itens contidos nos instrumentais
e os públicos para os quais são direcionados**

(continuação)

Itens	Públicos
- Gestão de pessoas na rede municipal de ensino	Diretores de escola; coordenadores pedagógicos e orientadores educacionais; secretárias de escola; coordenadores de área; professores; educadores da ed. infantil; educadoras auxiliares da educação infantil; vigias; atendentes de biblioteca/auxiliares de secretaria; auxiliares de serviços gerais
- Gestão de serviços e recepção da Secretaria Municipal de Educação	Diretores de escola; coordenadores pedagógicos e orientadores educacionais; secretárias de escola; coordenadores de área; professores; educadores da educação infantil; educadoras auxiliares da ed. infantil; vigias; atendentes de biblioteca/auxiliares de secretaria; auxiliares de serviços gerais
- Gestão financeira da Secretaria Municipal de Educação	Diretores de escola; coordenadores pedagógicos e orientadores educacionais; secretárias de escola; coordenadores de área; professores; educadores da educação infantil; educadoras auxiliares da educação infantil; vigias; atendentes de biblioteca/auxiliares de secretaria; auxiliares de serviços gerais; CPM
- Gestora da Secretaria Municipal de Educação	Diretores de escola; coordenadores pedagógicos e orientadores educacionais; secretárias de escola; coordenadores de área; professores; educadores da educação infantil; educadoras auxiliares da educação infantil; vigias; atendentes de biblioteca/auxiliares de secretaria; auxiliares de serviços gerais; CPM

Quadro 1 – Exemplos de itens contidos nos instrumentais e os públicos para os quais são direcionados

(conclusão)

Itens	Públicos
- Atividades ambientais; Festival “O Canto da Colméia”; Feira do Livro; Guri Bom de Bola; Projeto Férias Legais; Projeto Raízes de Igrejinha; Peças de Teatro	Alunos
- Auto-avaliação	Diretores de escola; coordenadores pedagógicos e orientadores educacionais; pais
- Infra-estrutura da escola; equipe diretiva da escola; equipe pedagógica (coordenação e orientação); secretaria da escola; biblioteca; vigia; limpeza; CPM; professores; alunos; Projeto Político-Pedagógico;	Pais
- Secretaria Municipal de Educação quanto à transparência, aplicação dos recursos, divulgação da aplicação, disponibilidade	Conselho do Fundef
- Educação pública municipal	Todos os públicos

Fonte:SME.

Depois de elaborados, discutidos, testados e impressos, os questionários são enviados para as unidades escolares entre os meses de agosto e setembro. A forma de aplicação fica a cargo de cada escola. Há aquelas que aproveitam as reuniões de pais ou entrega de notas para distribuir os instrumentos – o que possibilita um retorno maior –, outras pedem que os alunos os levem para casa. “Aproveito o momento da entrega de resultados na escola para rever questão por questão com os pais e pedir que eles preencham os questionários”, esclarece um professor de Matemática da Escola Vila Nova.

A partir da avaliação de 2006, o procedimento para os professores foi alterado. Por sugestão deles próprios, foram criadas urnas para depósito dos questionários preenchidos. O objetivo é preservar a identidade e

evitar constrangimentos. “No início, os professores tiveram problemas, pois a diretora lia e criticava as respostas”, explica uma professora. “Isso depende de o diretor estar aberto às críticas. Eu as vejo como uma oportunidade de melhorar”, destaca a diretora de uma das escolas da rede.

Por volta do mês de outubro, os instrumentais retornam para a SME. Os resultados são, então, tabulados em *software* desenvolvido especialmente para essa tarefa. É utilizada uma escala de valores: satisfaz, satisfaz em parte, não satisfaz e desconheço. Logo após, o computador gera relatórios com tabelas e gráficos. Às tabelas, a coordenadora da experiência acrescenta comentários sobre os pontos fortes, oportunidades de melhoria, comparativos com os anos anteriores e um quadro dos principais resultados de cada escola. É também distribuído um formulário para avaliar a condução da avaliação, com a intenção de aperfeiçoar o processo.

O grande mérito da avaliação institucional de Igrejinha é a utilização dos resultados. Ou seja, os questionários não são apenas um meio de constatação, eles são norteadores dos planos de ação anuais de cada escola e da própria Secretaria Municipal de Educação. A partir do recebimento dos resultados da avaliação, as escolas elaboram planos de ação, priorizando as questões mais apontadas dentro dos aspectos a melhorar. Os documentos são encaminhados à Secretaria, que acompanha a execução das ações.

A gestão financeira da escola é de responsabilidade de sua direção, cabendo à mesma administrar o repasse, que é liberado mediante prestação de contas. Antes da aplicação de uma nova avaliação, a consultora contratada pela Secretaria visita cada escola para verificar se o plano de ação do ano anterior foi cumprido. O diretor da Escola Anita Garibaldi revela satisfação com seu plano de ação do ano anterior. “Nós temos um planejamento das metas que conseguimos ‘casar’ perfeitamente com os resultados da avaliação. E parece que conseguimos fazer mais coisas com o repasse do que se não houvesse o planejamento”, ressalta.

Os repasses são feitos em parcelas. Uma lei municipal garantiu uma verba trimestral para a manutenção dos prédios das escolas, o que é calculado com base na estrutura física e no custo-aluno e repassado via Círculo de Pais e Mestres (CPM). Outra lei garante recursos para a qualificação. A terceira linha de repasse é destinada para as atividades de reforço escolar, que devem constar em projeto e estar ligadas, assim como as obras de melhoria das escolas, aos resultados dos questionários.

A experiência conta, ainda, com a parceria dos CPMs, do Conselho do Fundef e do Sindicato dos Professores de Igrejinha. As entidades têm acesso aos resultados das avaliações e aos planos de ação de cada escola e atuam como espécies de fiscalizadores. Para o Sindicato, que também participa da elaboração dos questionários, a avaliação contribui para a eleição de prioridades na educação do município.

Família na escola: participação e envolvimento

“Todos trabalham em cima dos resultados da avaliação, pois ela mostra o que a gente realmente precisa. Não é uma opinião dos professores ou do diretor, é a vontade de toda a comunidade”, explica a mãe de um aluno da escola Anita Garibaldi. Participativos, os pais dessa escola contam

que, por meio da avaliação institucional, conquistaram laboratório de informática, salas de aula, área coberta e turno integral.

De acordo com o diretor da Anita Garibaldi, os alunos gostavam tanto da escola que costumavam freqüentá-la também no turno inverso ao das aulas para jogar bola, brincar, ver os amigos... Atendendo à demanda, hoje a escola recebe 40 alunos de turno integral – entre os 290 do total

– que realizam atividades artísticas, esportivas e reforço escolar de segunda a quinta-feira. “A avaliação institucional vem para auxiliar as vozes que precisam se manifestar. Os pais e alunos demonstraram o desejo de ter o turno integral e isso se realizou. O importante é que os pais estão vindo para a escola e o que nos dizem pessoalmente, repetem na avaliação”, enfatiza o diretor.

As famílias reconhecem o aumento da participação delas na vida escolar dos filhos. “Acho que sou até chato, porque estou sempre no colégio, tenho contato direto com professores e diretoria. Antes a gente não vinha na escola. Hoje incentivam a nossa presença”, destaca um pai de aluno. Segundo pais e responsáveis, a comunidade escolar está mais



Professoras estão satisfeitas com o aumento da participação da família na escola

unida desde o início da avaliação e tem recebido o respeito dos gestores municipais quanto às suas reivindicações.

Os alunos também são ouvidos. “A minha turma sempre discute o que precisa ser melhorado e, na maioria das vezes, somos atendidos. Se nós tivermos alguma necessidade, sabemos que há alguém para nos ouvir”, dizem estudantes das 7ª e 8ª séries da Escola Vila Nova. “Os alunos já esperam, perguntam pela avaliação durante o ano”, afirma uma professora do Centro de Educação Ambiental.

Com a avaliação, os alunos de uma escola da rede municipal conseguiram até mesmo a troca de uma professora de Língua Portuguesa. “Ela levantava muito o tom de voz. Saiu, de tanto reclamarmos dela”, revelam. Além do momento da avaliação, os estudantes têm, também, outras oportunidades durante o ano de expor suas idéias por meio dos “líderes de turma”: um ou dois alunos de cada turma são escolhidos pelos colegas para representá-los em assembleias e reuniões com diretores e professores.

A participação da família vai desde o preenchimento do questionário até a cobrança das melhorias, passando, se for o caso, pela colaboração na construção e pintura de salas. De acordo com algumas professoras da rede, os pais se envolvem com a escola em vários aspectos. “A partir do momento que você incentiva a participação dos pais, eles percebem que têm mais responsabilidades. Onde trabalho, eles ajudam com a limpeza do pátio e contribuem com alimentos, que são vendidos para arrecadar dinheiro para o colégio”, conta uma educadora.

Na Escola de educação infantil Igrejinhense há outro exemplo de participação. Lá, os pais estão erguendo um galpão que vai ceder espaço para oficinas e apresentações artísticas. Enquanto na Escola Machado de Assis, professores e alunos pintaram os banheiros. “Antes da avaliação, os alunos não cuidavam dos banheiros, das mesas, da escola de um modo geral. Estamos percebendo que aos poucos eles estão se interessando mais em colaborar”, completa uma das professoras do colégio.

Continuidade e desafios

Professores, alunos, pais, diretores, funcionários e outros envolvidos com a experiência de Igrejinha são unânimes em afirmar que ela é inovadora

e deve ter continuidade. “Essa experiência nos ensina a amadurecer”, explica uma professora da Oswaldo Cruz. “É uma forma de aproximar a comunidade da escola e trabalharmos em parceria”, completa outra.

A experiência não exige um custo muito alto. O valor total, pouco mais que R\$ 34 mil, é empregado, em grande parte, para a assessoria técnica e impressão do material reprográfico, conforme o Quadro 2.

Quadro 2 - Planilha de Custos* da Avaliação Institucional

Especificações	Custo (R\$)
Repasse financeiro às escolas para assessoria técnica	18.600,00
Apoio técnico para a operacionalização do projeto (dois professores)	4.200,00
Pagamento de dois estagiários para digitação	1.240,00
Material reprográfico (30 mil folhas)	9.000,00
Toner de impressão (quatro cartuchos)	580,00
Serviço de encadernação	800,00
Custo total	34.420,00

Fonte: SME.

*Recursos Municipais.

Entretanto, sempre há o que aperfeiçoar na experiência. Para o Sindicato dos Professores, os grupos que elaboram os instrumentais devem ser mais diversificados, com a participação de professores de diversas disciplinas, escolas e instituições educacionais. Conforme um professor de 7ª e 8ª séries da rede, é necessário também melhorar a aplicação dos instrumentais.

A exposição aos pais deve ser aperfeiçoada. É preciso que eles conheçam o que acontece ao seu filho dentro da escola. A avaliação é um bom momento para isso, já que eles costumam perguntar mais sobre os filhos para poderem responder aos questionários. Com o passar do tempo outros pais serão agregados.

É preciso, também, focar mais a questão pedagógica, como os próprios envolvidos reconhecem. Para tanto, a Secretaria já vem incluindo nos instrumentais perguntas dessa natureza, elaboradas pelas comissões designadas por escola para revisão das questões (direção,

equipe pedagógica e representante dos professores). Um exemplo é o questionamento feito nos instrumentos destinados aos pais no processo de 2006: “Você acha que os temas de casa contribuem para o aprendizado do seu filho?”. É possível que os resultados dos aspectos pedagógicos sejam tão positivos quanto aqueles de infra-estrutura, uma vez que os números de Igrejinha nas avaliações institucionais são bastante promissores. Na Prova Brasil, por exemplo, comparado ao Brasil e ao Estado, o município leva a melhor em todos os índices, de 4ª e 8ª séries, tanto em Língua Portuguesa quanto em Matemática (Quadro 3). Da mesma forma, os índices de distorção idade-série de Igrejinha também podem ser considerados um avanço da atual gestão municipal, uma vez que diminuíram de 2004 para 2005, como mostra o Quadro 4.

Quadro 3 – Resultados da Prova Brasil 2005 - Igrejinha

Médias de desempenho em Língua Portuguesa e Matemática no ensino fundamental da rede municipal				
Área	Série	Brasil	Estado	Município
Língua Portuguesa	4ª série	171,09	173,96	185,83
	8ª série	219,17	224,26	242,8
Matemática	4ª série	178,86	182,13	199,75
	8ª série	234,12	240,03	260,77

Fonte: MEC, Inep – Prova Brasil – 2005.

Quadro 4 – Distorção idade-série

Ensino fundamental – 1ª a 8ª série – 2004 (%)			
Brasil	Região Sul	Estado (RS)	Igrejinha
36,2	16,6	24,4	17,4
Ensino fundamental 1ª a 8ª série – 2005 (%)			
Brasil	Região Sul	Estado (RS)	Igrejinha
34,7	16,2	23,7	15,1

Fonte: Inep.

Quadro 5

Contexto sócio-econômico		
Estimativa mais recente da população municipal	2006	31.389
Valor do Fundo de Participação dos Municípios (R\$)	2002	4.235.611,00
Valor da arrecadação municipal (R\$)	2005	28.894.423,00
PIB municipal total (R\$)	2003	265.353,07
Números da Educação		
Número de estabelecimentos de ensino da rede pública municipal	2005	31
Matrícula total da rede pública municipal	2005	4.001
Funções docentes* na rede pública municipal	2005	211
Porcentual de docentes com curso superior	2005	31,2

Fonte: Inep, Edudata, IBGE, Datasus, Ipea, STN.

*O mesmo docente pode atuar em mais de um nível/modalidade de ensino e em mais de um estabelecimento.

Referências bibliográficas

GOMES, Cândido; PEQUENO, Maria Iaci Cavalcanti. *Relatório de avaliação "in loco" da experiência inovadora da Secretaria Municipal de Educação de Igrejinha/RS – Subproduto 8.1*. [Igrejinha], set. 2006. 16 p.

SANDER, Berenice Fülber; MOHR, Flávio Corso (Org.). *Igrejinha: uma história em construção*. [Igrejinha], 2004. 98 p.

SOUZA, Tatiane de. Avaliar para melhorar. *Revista Pátio – Educação Infantil*, Ano IV, n. 10, mar./jun. 2006.

Fontes eletrônicas consultadas

www.inep.gov.br

www.edudata.inep.gov.br

www.ibge.gov.br/cidades

4

CAPÍTULO

**Núcleo de Apoio
Pedagógico:
Contribuindo para
o Acesso, Permanência
e Sucesso de Alunos
com Necessidades
Educativas na Rede
Regular de Ensino
no Município
de Joinville**



Lara e suas colegas, na hora do recreio - inclusão no ensino regular

“Sempre que eu penso no Nape, eu me lembro daquela poesia das estrelas-do-mar, que estavam encahadas na areia e não podiam voltar para a água. Se a gente parar para pensar na quantidade de crianças que existem no Brasil, eu vejo que nós, professores, estamos como naquela estória. A gente não consegue atingir a todos, mas as crianças que conseguimos “devolver ao mar” são salvas. E, com isso, conseguimos dar sentido à escola e sentido à vida.” Este depoimento, de uma das professoras da rede municipal de Joinville, reflete a importância do Núcleo de Apoio Pedagógico (Nape).

A educação de Joinville e o Nape

Considerado o maior pólo industrial catarinense, com uma população total de 429.604 habitantes, segundo o Censo Demográfico de 2000, o Município de Joinville possui um sistema educacional que abrange educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, técnico e ensino superior.

O município tem aumentado a oferta de educação infantil e de ensino fundamental até a 8ª série. O desempenho na Prova Brasil situou-se sempre acima das médias estadual e nacional. As taxas de reprovação e de afastamento por abandono têm declinado, sobretudo a partir de 1998.

Os professores da rede municipal investem na formação acadêmica, 85% do magistério têm curso de graduação e 67% são pós-graduados. Apesar disso, o percentual das despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino sobre a receita passou de 30,1% em 1997 para 26% em 2003, chegando ao pico de 34% em 1999. É alta a atração exercida pela rede municipal, sendo elevado o número de alunos que para ela querem transferir-se. Um dos resultados, porém, é a existência do turno intermediário em numerosas escolas, apesar da construção acelerada de estabelecimentos. A meta do planejamento da Secretaria Municipal de Educação é eliminar esse turno até 2008.

O Núcleo de Apoio Pedagógico (Nape) foi implantado pela Secretaria Municipal de Educação de Joinville em julho de 1998. Ele é um centro especializado e multidisciplinar que atua nas áreas de psicologia, terapia ocupacional, fonoaudiologia, audiologia (audiometria para todos os alunos da rede municipal de ensino), pedagogia (psicopedagogia), educação física (psicomotricidade). O Nape visa oferecer tratamento especializado a uma determinada população da rede municipal de ensino que, tendo esgotado todas as possibilidades de recursos disponíveis na escola, não consegue ascender a sua alfabetização formal.

Esses alunos, que chegaram a um número de 200, no primeiro ano de sua implantação, são encaminhados pelas escolas e recebem, conforme suas necessidades, tratamento psicológico, pedagógico e fonoaudiológico. No início, com o apoio da Secretaria de Educação do Estado e da Fundação Catarinense de Educação Especial, a prioridade era para a 1ª série. No ano seguinte, o Núcleo passou a receber alunos da 2ª série e assim foi ampliando sua abrangência. As ações e metas traçadas iam ao encontro dos objetivos de ampliação do acesso e de redução das desigualdades sociais e regionais, nos termos do Plano Nacional de Educação.

O fracasso escolar e o foco nos portadores de necessidades especiais

Um fato que serviu como ponto de partida para a criação do Nape foi o fracasso escolar identificado em 1997, por meio das taxas de reprovação de 15% e 16%, respectivamente, nas séries inicial e final do ensino fundamental e pelas taxas de 1,2% e 2,6% de afastamento por abandono.

A Secretaria de Educação procurou, então, apoio de entidades privadas via convênios e parcerias para enfrentar esses problemas educacionais. “O que nos preocupava é que se nós nada tivéssemos feito, a partir de 1997, aquelas crianças que precisavam de um atendimento educacional especial seriam candidatas à evasão”, diz o secretário de Educação de Joinville.

Após a implantação do Nape, alguns fatores fizeram com que houvessem mudanças de objetivos do projeto. Primeiro foi o aumento por sua procura, uma vez que as escolas começaram a encaminhar para os núcleos um número cada vez maior de alunos com dificuldades de aprendizagem.

O segundo fator foi a determinação da Lei de Diretrizes e Bases no sentido de se promover a inclusão de alunos portadores de necessidades educativas especiais nas classes comuns, sempre que possível. As disposições da Lei foram reforçadas pelas metas específicas do Plano Nacional de Educação, visando a integração de tais alunos nas classes comuns. Além disso, a política educacional do Estado de Santa Catarina não prevê o trabalho com classes especiais para os alunos portadores de necessidades especiais, mas sim a inserção de todos no mesmo sistema de ensino. Esses fatos evidenciaram a necessidade de se buscar alternativas para melhorar essa inserção na rede municipal de ensino de Joinville.

Assim, o Nape passou a atender alunos com grande amplitude de dificuldades de aprendizagem, mais ou menos graves e a receber portadores de necessidades educativas especiais. Embora com percalços, compreensíveis pelas resistências de pais, professores e até gestores, a integração tem sido efetivada, a ponto de a matrícula de educação especial na rede municipal ser igual a zero desde 2002. Em 2005, graças a convênios com entidades filantrópicas, havia 241 alunos matriculados na rede privada. Os Napes são o apoio por excelência para esses alunos, mudando a população-alvo dos Núcleos e interagindo constantemente com a escola regular.



A pintura é uma das atividades artísticas desenvolvidas nos Napes

A base que serviu como suporte ideológico e filosófico para a criação do Nape fundamentou-se, entre outros, no princípio de que todos devem ter as mesmas possibilidades de aprender e desenvolver suas capacidades para alcançar independência e poder se integrar na sociedade. A premissa é contemplada, inclusive, na Declaração Universal dos Direitos Humanos. De acordo com a Secretaria Municipal de Joinville, os princípios legais contidos no desafio educacional lançado pelo MEC: “Toda criança na escola”, também nortearam as ações para o desenvolvimento da experiência. Além disso, a criação do Nape possui consonância com a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (LDB):

Art. 58 Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

(...)

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

(...)

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Descentralizar para crescer

Em 2000, o aumento considerável de alunos encaminhados para atendimento especializado, a crescente matrícula de alunos com deficiência na rede regular de ensino, a necessidade de aproximar o trabalho desenvolvido nas escolas e famílias e a preocupação quanto ao desenvolvimento global dos alunos atendidos fez com que a Secretaria da Educação descentralizasse o Núcleo de Apoio Pedagógico, antes localizado no centro da cidade. Foram criados outros três pólos, para somarem esforços ao Nape localizado no bairro América (no centro da cidade): um situado no bairro Jardim Paraíso, região norte do município, outro localizado ao sul, no bairro de Fátima e um quarto Núcleo, no bairro Espinheiros, região leste.

Essa descentralização aumentou o número de alunos atendidos, promoveu maior participação e envolvimento das famílias e das escolas e facilitou o acesso dos alunos aos atendimentos. Além disso, permitiu também a ampliação do número de profissionais da área da saúde e educação.

Assim, os Napes foram distribuídos pelas diversas áreas da cidade, situando-se, geralmente, próximos à população de menor renda, a fim de facilitar o seu acesso. A sede acumula provisoriamente dois núcleos, o da área central e o do distrito de Pirabeiraba. Esse, criado em 2006, aguarda instalação e atende à população socialmente menos privilegiada. A mudança economizará tempo e transporte, inclusive parte dos passes concedidos pela Secretaria ao aluno e ao acompanhante, quando o nível de renda familiar assim requer.

Os recursos utilizados no Nape são oriundos da Prefeitura Municipal de Joinville e de iniciativas dos próprios professores que desenvolvem a experiência. De acordo com os dados oficiais, em 2005, a despesa executada dos Napes totalizou mais de R\$ 2,7 milhões, que corresponde a aproximadamente R\$ 2,3 mil por aluno/ano (embora essa seja uma aproximação, visto que parte dos alunos têm tratamento de duração inferior a um ano e outros, superior).

Classes de reforço

Como já citado anteriormente, uma vez que não se justificava um atendimento multiprofissional caro para os alunos apenas com

dificuldades de aprendizagem, os Napes passaram a aceitar somente portadores de necessidades educativas especiais e casos de alunos com problemas de aprendizagem, desde que a escola tivesse esgotado os seus recursos e eles, na avaliação, se enquadrassem nos critérios dos Napes.

As unidades escolares, porém, contam, no contraturno, com professores que dão atenção a pequenos grupos, especialmente das duas primeiras séries, nas chamadas classes de reforço (oito a dez alunos em duas sessões semanais de uma hora e meia). Assim, a Secretaria buscou uma responsabilização maior das escolas, a criação de um serviço de apoio ou recuperação paralela de menor custo (embora de valor mais alto que a despesa por aluno regular).

Principais ações estratégicas do Nape

As estratégias do Nape são definidas e delineadas de acordo com as necessidades de cada aluno e direcionadas para as diferentes áreas de atendimento. Entre elas, destacam-se:

- ◆ Sistematizar o processo de coleta de dados estatísticos para obter informações sobre a demanda de atendimento educacional aos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais;
- ◆ Preparar recursos humanos para atender aos alunos com necessidades especiais nos diversos níveis de ensino;
- ◆ Elaborar, produzir e divulgar material didático-pedagógico;
- ◆ Oferecer atendimento especializado aos alunos com necessidades educacionais especiais nos diferentes níveis de ensino;
- ◆ Preparar equipes técnicas de diferentes áreas para implantar o plano de integração do atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais;



Secretário Municipal de Educação de Joinville

- ♦ Conscientizar os profissionais que atuam nos sistemas de ensino quanto à necessidade de se criarem condições que permitam aos alunos com necessidades educacionais especiais, o acesso, a permanência e o sucesso na escola.

O atendimento nos Napes, passo a passo

Os passos seguidos em relação ao atendimento pelos Napes são os seguintes:

1. A equipe da escola, incluindo o seu núcleo diretor e o corpo docente, concentra a sua atenção nos alunos que têm dificuldades de aprendizagem e dá os encaminhamentos necessários no âmbito escolar.
2. Findos os seus recursos, o professor e o orientador educacional, em geral no segundo bimestre, encaminham o aluno ao Nape por meio de uma ficha de avaliação. O dossiê do aluno passa pelo professor de turma, pelo professor de educação física e pelo orientador educacional, onde cada um inclui as suas informações.
3. O aluno é avaliado pelos diversos profissionais do Nape que verificam se é adequado ou não o atendimento. A prioridade é para as primeiras séries do ensino fundamental, porém a população atendida tem de seis a 17 anos.
4. Em caso positivo, o aluno é encaminhado para os especialistas recomendados pela avaliação e pode permanecer em fila de espera. Os casos mais graves costumam ter dois atendimentos semanais por pedagogo, além, se necessário, de outros especialistas. No caso desses, o usual é uma sessão por semana.
5. Quando a escola encaminha um aluno com um laudo médico, ele é imediatamente avaliado e diagnosticado.
6. Durante o atendimento, são mantidas comunicações entre o Nape, a escola e a família, de modo a promover um trabalho conjunto. O elo entre a escola e o Nape é o orientador educacional, sendo os dossiês dos alunos organizados por escola, para maior facilidade. Como o trabalho se realiza em rede, o

encaminhamento é feito também para os serviços municipais de saúde. As reuniões com os pais ocorrem tanto na escola, conforme o calendário, quanto no próprio Nape.

7. As escolas são acompanhadas pela Secretaria Municipal de Educação, que têm um núcleo gestor de quatro pessoas, incluindo o Secretário, e supervisores responsáveis por sete ou oito escolas. Por sua vez, os Napes são acompanhados pelo Setor de Educação Inclusiva da Secretaria. O processo procura assegurar a comunicação entre as diversas unidades envolvidas, para maior eficácia do tratamento e melhor inserção do discente.
8. Realizado o tratamento, com duração variável, com maior frequência situando-se entre seis meses e um ano, o aluno recebe alta. Abre-se uma vaga do(s) profissional(is), de modo que a fila caminha.
9. Em caso de faltas reiteradas, três consecutivas sem justificativa, o aluno é desligado. Existe a possibilidade de justificar a falta por escrito, inclusive mediante atestado médico, em caso de doença. Os casos mais graves são encaminhados ao Conselho Tutelar.

Atendimento especializado gratuito

Um dos aspectos inovadores da experiência dos Napes é o seu atendimento multidisciplinar especializado gratuito. Tendo como referência outros centros de atendimento especializado que atuam de forma itinerante, os Núcleos de Apoio Pedagógico prestam atendimento efetivo no decorrer de todo o processo escolar aos alunos que deles necessitam, bem como suporte às famílias e escolas, formando assim um tripé – família, escola e Nape.



Criança em atividade educacional no Nape

Confirmando seu caráter inovador, a experiência foi estudada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pelas instituições locais de educação superior, além de servir de apoio a projetos similares em Blumenau, Concórdia, Rio Negrinho e São Bento do Sul, em Santa Catarina. Além disso, os Núcleos de Apoio Pedagógico, pelo trabalho desenvolvido nesses mais de oito anos, estão servindo de referência para outros municípios no que se refere ao atendimento especializado aos alunos com necessidades educacionais especiais.

Os indicadores reforçam as mudanças. Entre 2000 e 2004, as taxas de reprovação têm se estabilizado em torno de 6,3% nas séries iniciais e 7,4% nas séries finais do ensino fundamental. O abandono tem se reduzido, chegando a 0,6% e 0,3%, respectivamente. A distorção idade-série corre em uma linha descendente, tendo o seu valor diminuído para 8,2% nas séries iniciais e 16% nas finais em 2004 (era de 13,8% e 26,3% em 2000). Com isso, as médias do município ficam hoje muito abaixo das do Estado e, mais ainda, das do País.

Vale a pena “salvar as estrelas-do-mar” ...

O trabalho multidisciplinar realizado pelas equipes dos Napes nas escolas vem influenciando no desenvolvimento global dos alunos atendidos. Antes da existência dos Núcleos de Apoio Pedagógico na rede municipal de Joinville, os alunos com necessidades especiais não avançavam satisfatoriamente no processo de escolarização, ficando assim sujeitos ao fracasso escolar. Atualmente, a porcentagem de aprovação dessa clientela no ensino fundamental é de 65% aproximadamente.

Quando iniciou seus trabalhos, o Nape contava com seis profissionais distribuídos nas áreas de psicologia, pedagogia, terapia e fonoaudiologia que atenderam, ao todo, aproximadamente, 200 alunos. Com a sua descentralização, o quadro de funcionários foi acrescido de 24 profissionais e de mais uma área de atuação: educação física especializada em psicomotricidade. Atualmente, os quatro núcleos contam com 57 profissionais. Houve também um aumento considerável de alunos com necessidades educacionais especiais. O número de alunos atendidos, em 1998, foi de 239 e, em 2000, de 320, passando de 300, em 2001, para 1.173, em 2005, (aumento de 391%). Atualmente, são mais de mil alunos beneficiados por ano.

Os Napes são considerados muito valiosos para se concretizar o processo de inclusão, nos termos da LDB, tanto por meio do apoio proporcionado aos alunos, professores e equipes técnico-pedagógicas das escolas, como pela formação continuada a que o pessoal tem acesso e pela gestão do Setor de Educação Inclusiva.

Estória sobre as estrelas-do-mar...

Certa vez um homem caminhava pela praia, quando viu milhares de estrelas-do-mar que agonizavam na areia. Elas haviam sido trazidas pela maré. Mais à frente havia um garoto, que corria de um lado para o outro, tentando devolvê-las ao mar. Por serem muitas estrelas, ele sabia que não conseguiria salvar todas, mas não desistia de tentar ajudá-las. Então, o homem aproximou-se do garoto e perguntou:

- Menino, por que você tenta salvar essas estrelas? Não vê que são milhares delas? Por mais que você tente, você acha que fará muita diferença?

O garoto olhou para o homem, sorriu e lhe respondeu:

- Para aquelas que eu conseguir devolver ao mar sim, terá feito diferença!

Quadro 1

Contexto sócio-econômico		
Estimativa mais recente da população municipal	2006	496.050
Valor do Fundo de Participação dos Municípios (R\$)	2002	16.506.057,00
Valor da arrecadação municipal (R\$)	2005	595.856.989,00
PIB municipal total (R\$)	2003	4.528.188,87
Números da educação		
Número de estabelecimentos de ensino da rede pública municipal	2005	165
Matrícula total da rede pública municipal	2005	58.544
Funções docentes* na educação básica	2005	2.516
Porcentual de docentes com curso superior	2005	96,7

Fonte: Inep, Edudata, IBGE, Datasus, Ipea, STN.

* O mesmo docente pode atuar em mais de um nível/modalidade de ensino e em mais de um estabelecimento

Referência bibliográfica

GOMES, Cândido; CAVALCANTE, Maria Iaci. *Relatório de avaliação in loco da experiência inovadora da Secretaria Municipal de Educação de Joinville/SC*. [S.l.: s.n., 2006].

Fontes eletrônicas consultadas

www.inep.gov.br

www.edudata.inep.gov.br

www.ibge.gov.br/cidades

<http://www.joinville.sc.gov.br/>

CAPÍTULO

5

**Desatando nós:
Para uma Política
Educativa de Acesso,
Permanência
e Sucesso Escolar**



O "Ler e Pensar" é um dos projetos de formação de professores de Ponta Grossa

“Inovação em gestão educacional é fazer
extraordinariamente bem e com dedicação as coisas
comuns e vulgares do dia a dia.”

Secretária Municipal de Educação de Ponta Grossa

Aperfeiçoar a gestão educacional para garantir o atendimento das necessidades de suas unidades de ensino, com vistas à promoção da qualidade da educação, é o desafio assumido pela Secretaria Municipal de Educação (SME) de Ponta Grossa, em cumprimento ao seu Plano de Gestão 2005/2008. Com esse propósito, a Secretaria vem buscando inovar suas estratégias de trabalho, as relações humanas e profissionais, por meio da experiência “Desatando nós: para uma política de acesso, permanência e sucesso escolar”.

Localizado na região conhecida como Campos Gerais, o município de Ponta Grossa é o quarto mais populoso e com o maior parque industrial do interior do Estado do Paraná. Tendo em sua formação populacional a influência de imigrantes russos, alemães, poloneses, sírios, austríacos, franceses e africanos, a presença desses povos contribuiu para a evolução das atividades industriais, comerciais, de transporte e culturais. Abrigando o maior entroncamento rodoferroviário do Sul do País, o município possui estradas com ligação para todas as regiões, facilitando o escoamento da produção do agronegócio local e da industrialização de seus derivados.

Nesse contexto sócio-econômico, a SME tem adotado medidas para assegurar a continuidade responsável da gestão educacional, sem prejuízo ao atendimento da população no que diz respeito às demandas de ensino dos quase 30 mil alunos da rede. Assim, a partir de fevereiro de 2005, deu início à experiência buscando solucionar os problemas diagnosticados no início da gestão, como a dificuldade em reunir informações contábeis e a respeito da estrutura física e de funcionamento das escolas, além da ausência de recursos para quitar dívidas. O contexto impunha urgência à tomada e ao cumprimento de decisões para a implementação das melhorias necessárias ao funcionamento da rede municipal de ensino, no início daquele ano letivo.

Na superação desses e de outros desafios postos ao alcance das metas referentes aos indicadores educacionais, no tocante à aprovação e permanência com sucesso do aluno nos ensinos infantil e fundamental, além da educação de jovens e adultos, a SME de Ponta Grossa estabeleceu os eixos pedagógico, administrativo e financeiro como prioritários em sua atuação.



Concurso para os profissionais da Educação Infantil, reformas e adequações das unidades de ensino são ações do “Desatando nós”

Desatando os nós da gestão administrativa

Até o início da experiência, os dados encaminhados pelas escolas à SME não representavam a realidade da estrutura de funcionamento e do ensino praticado nessas unidades, impedindo, dessa forma, que o órgão tomasse conhecimento da situação para proposta de solução aos problemas. Em cumprimento ao seu Plano de Gestão e a partir de levantamento sobre os aspectos que envolviam a administração educacional, portanto, a SME definiu as ações necessárias a esta área.

Assim, para ocupação dos quadros pertinentes ao corpo técnico, a SME estabeleceu como critérios de seleção a prática docente, a experiência com o cotidiano escolar e, nas áreas específicas como a de gestão contábil, a formação e comprovada competência. Cada profissional da área administrativa ou docente, tanto da Secretaria quanto da escola, foi conscientizado da importância de sua atuação na gestão, sendo promovida, dessa forma, a valorização das ações individuais com vistas

à eficiência do trabalho em conjunto. Para o alcance dos objetivos de seu plano de trabalho, as decisões, no âmbito da SME, têm sido tomadas de forma colegiada e os setores internos conquistaram autonomia nos encaminhamentos específicos e de menor abrangência. Todos os procedimentos são submetidos, ainda, às constantes avaliações internas.

No incentivo às mudanças de paradigmas que pudessem resultar no alcance de seus objetivos direcionados ao ensino, a SME investiu na formação dos trabalhadores em educação, incluindo os técnicos da própria Secretaria. Buscou, ainda, conscientizar seus profissionais a respeito do foco do trabalho no aluno, incentivando todos os envolvidos na gestão a tomarem conhecimento a respeito da realidade e do trabalho desenvolvido na escola. Estimulou, além disso, o entrosamento entre o conjunto de profissionais da educação e as equipes técnica e pedagógica da Secretaria. De forma coletiva elaborou, também, uma nova proposta de organização curricular e de gestão das escolas.

Com o objetivo de atender às demandas do ensino local, pertinentes à elevação da escolaridade da população, a Secretaria estabeleceu, entre as prioridades da gestão administrativa, o planejamento para aplicação adequada dos recursos financeiros. Desse modo, além de monitorar as compras de materiais destinados às escolas e à Secretaria, por meio da análise documental referente às empresas e aos procedimentos como tomadas de preço, instituiu comissões para fiscalizar o recebimento dos pedidos e verificar suas especificações.

A atual gestão da SME de Ponta Grossa recebeu, ainda, dos diretores das unidades de ensino, as reivindicações referentes aos reparos arquitetônicos essenciais para humanização do espaço físico das escolas, além das reclamações pertinentes ao atraso, provocado na gestão anterior, do repasse às escolas da verba do Pró-Educação – mecanismo de descentralização de recursos direcionados a pequenas despesas, para as quais não é necessária a licitação. Como forma de viabilizar a solução dos problemas relacionados ao Pró-Educação, a Secretaria dispôs uma equipe técnica para o atendimento dos diretores, sem burocracias, nas necessidades mais urgentes das escolas. Em relação ao espaço físico das unidades de ensino, a Secretaria realizou reformas que atingiram também os Centros Municipais de educação infantil (Cmeis). Entre outras modificações, a secretaria precisou, ainda, adequar as estruturas físicas, tanto das escolas, quanto dos Cmeis, às normas legais e de segurança previstas para esses imóveis.

Ainda em relação à segurança e ao cumprimento da legislação, a SME também providenciou a renovação da frota de veículos do transporte escolar que, até então, estava em uso há mais de 15 anos.

Até o início da atual gestão, os profissionais da educação infantil eram contratados por uma organização não-governamental. A SME realizou concurso público para a contratação de professores e assistentes destinados a esse nível de ensino, substituindo os antigos contratos e regularizando a terceirização dessa modalidade de educação. Nos anos anteriores, os concursos haviam oferecido vagas apenas para o ensino fundamental.

Os novos critérios adotados nas questões administrativas têm permitido, ainda, maior fluxo de informações ao público em geral e a participação da comunidade escolar nas decisões da gestão, além de sua avaliação pertinente às ações da SME. Essa interatividade foi proporcionada pela criação da Ouvidoria destinada à comunidade externa à escola.

Desatando os nós da gestão financeira

No âmbito financeiro, a SME enfrentou a paralisação de obras nas escolas por falta de pagamento, além do montante a pagar deixado pela administração anterior, sem previsão de recursos para a quitação dessa dívida. A folha de pagamento de pessoal registrava evolução além dos limites orçamentários e os dados contábeis pertinentes aos anos anteriores apresentavam inconsistência.

Para o encaminhamento de todos os projetos da gestão educacional, a SME deu início à solução das pendências financeiras, por meio da reorganização da contabilidade do ano de 2004, o que perdurou até agosto do ano seguinte. Desse modo, com o respaldo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, a atual gestão pôde quitar a maior parte dos débitos daquele ano para dar continuidade às ações do ano de 2005.

Além da atualização contábil, a SME promoveu a organização dos dados financeiros internos e pertinentes ao comportamento de gastos das escolas, para planejar o investimento em reformas de imóveis e no sistema informatizado que pretende implantar para comunicação direta entre a gestão educacional e as unidades de ensino. Decidiu, ainda, rescindir os contratos temporários para posterior realização de concurso público, resultando, desta forma, na redução da folha de pagamento.

Para o desenvolvimento de todas as ações da gestão educacional, que compreendem atualmente o custo anual de R\$ 62 milhões, a SME concluiu a descentralização de sua gestão financeira, iniciada em 2000, assumindo o controle de suas contas. Até 2004, boa parte dos pagamentos referentes à educação ainda era realizada pela Secretaria Municipal de Finanças. Mesmo com a mudança, por preceitos legais e para garantia de lisura, os pagamentos são autorizados por meio das assinaturas da secretária de Educação e do tesoureiro da Prefeitura.

No deslocamento da administração e do controle financeiros, assumidos pela SME, e regularização do fluxo contábil, a gestão tem buscado demonstrar transparência no movimento dos recursos com o objetivo, ainda, de não causar demandas sem previsão de cobertura orçamentária.

Desatando os nós da gestão pedagógica

Para a solução dos problemas no campo pedagógico, a gestão definiu, em conjunto com os profissionais de educação, instituir a auto-avaliação das escolas para monitoramento de metas. Estabeleceu, ainda, a periodicidade dos encontros de formação envolvendo profissionais de todos os seguimentos da educação e a realização de avaliação externa da aprendizagem dos alunos.

A verificação do alcance de metas em relação à qualidade do ensino e respectiva aprendizagem dos alunos tem sido feita por meio de avaliações de Língua Portuguesa e Matemática, aplicadas aos alunos do 2º e 3º ano do primeiro ciclo. De acordo com as carências diagnosticadas, na etapa posterior é elaborado o “Plano de Intervenção” que define as ações, por escola, de incentivo ao aproveitamento dos alunos. Dois bimestres após o primeiro estudo sobre o aproveitamento dos alunos, outra avaliação é realizada para julgamento da eficiência da metodologia do Plano de Intervenção.

Para o desenvolvimento de diversas ações, a SME conta com o apoio de 18 parceiros, entre órgãos públicos, ONGs e outras entidades da sociedade civil. Da parceria estabelecida com o Instituto Ayrton Senna, a Secretaria recebe orientação no monitoramento dos dados quantitativos relativos ao desempenho das escolas. Com o Fórum Estadual de Ponta Grossa, desenvolve, ainda, o projeto “Justiça se aprende na escola” direcionado a alunos de escolas públicas de áreas carentes, para orientação sobre questões de Direito

e prevenção da aproximação dos menores de situações de risco social como a violência urbana. Em outras parcerias, a gestão educacional desenvolve atividades que enfatizam o desenvolvimento de leitura e produção de texto.

Ainda no campo pedagógico, uma das ações envolvidas na experiência "Desatando nós" resultou na mudança de postura em relação à renovação do quadro de diretores das escolas. Com base nas respostas anônimas do questionário aplicado aos trabalhadores em educação, a SME constituiu uma comissão, com representantes de vários seguimentos da educação, para elaborar as bases do Decreto nº 590/2005 que regulamenta os atuais processos de eleições de diretores. Entre outros critérios, o candidato deve ser graduado em Pedagogia ou em licenciatura, com pós-graduação *stricto sensu* na área de Educação e participar de curso de formação para o cargo. Se aprovado, tem permissão para participar da eleição, etapa final do processo.

Os resultados da gestão para acesso, permanência e sucesso escolar

As mudanças na condução das ações financeiras da gestão educacional do município de Ponta Grossa resultaram na redução considerável dos gastos com materiais permanentes e no aumento do saldo em conta corrente deixado para o ano de 2006. Assim, foi possível aplicar R\$ 633,56 como custo médio do aluno das escolas urbanas. Nas rurais, esse valor foi de R\$ 795,97. Na educação infantil, foram gastos R\$ 1.201,79 com cada aluno dos Cmeis e, nos CEIs comunitários, o custo médio foi de R\$ 457,23¹. Outro resultado expressivo é representado pelo índice de investimento de 25,86%² em gastos com educação, no ano de 2005, conforme relatório do Sistema de Informação do Tribunal de Contas do Paraná.

Apesar de todas as ações adotadas para aprimorar a gestão, um dos maiores desafios da SME de Ponta Grossa, como relata a própria secretária, é o de atingir um patamar financeiro, respeitando-se os limites legais, para atendimento das reivindicações salariais dos trabalhadores

1 Os valores de custo-aluno citados são referentes ao período compreendido entre janeiro e junho de 2006. Não estão incluídos na metodologia do cálculo os gastos com investimentos, levando-se em conta apenas os custos fixos e variáveis.

2 O índice não é definitivo, podendo haver variação, a depender do julgamento final das contas municipais pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

em educação. Os professores atestam essa realidade e revelam, ainda, a cobrança de promoção por formação garantida em lei.

Em relação dos demais aspectos da gestão, contudo, tanto os professores, quanto os diretores consideram as mudanças adotadas incisivas na melhoria da qualidade do ensino na rede. E destacam a importância da realização do concurso público que substituiu contratados e promoveu valorização ao exercício da profissão. “Não éramos funcionários da Prefeitura”, refletem. Ressaltam, também, a maior disponibilidade de material às escolas, além das visitas da equipe da SME às unidades. “Estamos mais à vontade para trabalhar com os alunos nos Cmeis. O foco era muito na alfabetização, hoje as atividades são mais lúdicas”, revelam.



O Plano de Intervenção resultou na melhoria de desempenho dos alunos em Língua Portuguesa e Matemática.

Para aprimoramento da experiência, entretanto, os educadores sugerem melhoria na comunicação com os docentes, para maior integração da equipe com os objetivos da experiência, além de intensificação das atividades voltadas à orientação e formação. Apontam, ainda, a necessidade de um maior número de funcionários para as áreas administrativas das unidades escolares.

No conjunto dessas estratégias que investem na garantia de transporte escolar, formação dos profissionais, auto-avaliação da escola, avaliação externa do aluno, organização e planejamento para aplicação correta dos recursos da educação, no atendimento das necessidades das escolas e do sistema de ensino, a gestão busca cumprir a meta estabelecida pelo Plano Nacional de Educação (PNE), de reduzir as desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso do aluno na educação pública.

Os métodos de trabalho adotados em todos os aspectos da gestão têm repercutido, também, no campo pedagógico. De acordo com os registros da Secretaria, examinados pela avaliação *in loco* da experiência, entre os primeiros e os segundos exames aplicados aos alunos para verificação dos efeitos do Plano de Intervenção, ocorreram melhorias no desempenho dos estudantes, em Língua Portuguesa e Matemática.

Quando promoveu mudanças nas estratégias de trabalho da equipe interna, a Secretaria de Educação fortaleceu as relações de trabalho, facilitando a cooperação em torno das diretrizes definidas para o encaminhamento da administração do ensino no município.

Ao longo dos dois anos de implementação, a experiência “Desatando Nós: para uma política de acesso, permanência e sucesso escolar” vem comprovando a viabilidade de seus métodos e desmistificando a aparente complexidade resultada da proporção do seu conjunto de ações. Desse modo, o projeto pode influenciar e orientar outras gestões no “desatar de nós” semelhantes em suas administrações educacionais.

Tabela 1 – Dados educacionais – Prova Brasil - Município: Ponta Grossa (PR)

Médias de desempenho na Prova Brasil (2005) em Língua Portuguesa e Matemática no ensino fundamental da rede municipal				
Área	Série	Brasil	Paraná	Ponta Grossa
Língua Portuguesa	4ª série	172,9	180,6	184,08
Matemática	4ª série	180,0	191,5	193,33

Fonte: MEC, Inep – Prova Brasil, 2005.

Tabela 2 – Distorção idade-série nas escolas municipais (%) até a 4ª série

Unidade da Federação	Ano	Taxa
Brasil	2004	29,4
	2005	28,5
Região Sul	2004	12,2
	2005	12,2
Paraná	2004	10,1
	2005	10,1
Ponta Grossa	2004	5,1
	2005	4,4

**Tabela 3 – Taxas de rendimento escolar em escolas municipais
2004* – Ensino fundamental**

Unidade da Federação	Aprovação	Reprovação	Abandono
Brasil	75,4	15	9,6
Região Sul	85,5	12,4	2,1
Paraná	87,4	11,2	1,4
Ponta Grossa	94,3	5,4	0,3

Fonte: MEC/Inep/DTDIE/Edudata.

*Últimos dados registrados no Edudata.

Tabela 4 – Porcentual de docentes com curso superior na rede municipal

Unidade da Federação (Ano 2005)	% (Ensino fundamental)
Brasil	53,3
Região Sul	68,9
Paraná	67,3
Ponta Grossa	76,5

Fonte: Inep/Edudata.

Tabela 5

Contexto sócio-econômico		
Estimativa mais recente da população municipal	2006	304.973
Valor do Fundo de Participação dos Municípios (R\$)	2002	19.471.569
Valor da arrecadação municipal (R\$)	2005	219.652.962
PIB municipal total (R\$)	2003	2.373.140,35
Números da educação		
Número de estabelecimentos de ensino da rede pública municipal	2005	130**
Matrícula total da rede pública municipal	2005	28.456
Funções docentes* na rede municipal	2005	1.258
Porcentual de docentes com curso superior	2005	70,8

Fonte: Inep, Edudata, IBGE, Datasus, Ipea, STN.

*O mesmo docente pode atuar em mais de um nível/modalidade de ensino e em mais de um estabelecimento.

** Dados da SME de Ponta Grossa.

Prestação de contas/2005 da SME de Ponta Grossa ao Conselho de Controle Social do Fundef

Tabela 6 – Receitas da SME de Ponta Grossa em 2005

Fundef	R\$ 29.906.767,92
MDE ¹ 10%	R\$ 8.387.222,18
MDE ² 25%	R\$ 11.610.150,09
Receita de Aplicação Financeira	R\$ 267.316,69
Total das receitas	R\$ 50.171.456,88

Fonte: SME de Ponta Grossa.

¹MDE 10% (Manutenção e Desenvolvimento do Ensino) é o percentual de repasse vinculado aos impostos ICMS, FPM/FPE, IPI exportação e Lei Complementar nº 87/96, que o município tem de repassar à Secretaria Municipal de Educação em conta específica intitulada MDE 10%.

²MDE 25% (Manutenção e Desenvolvimento do Ensino) refere-se ao percentual dos impostos IPTU, ITBI, ISS, IPVA, ITR, Imposto de Renda e percentual da dívida ativa dos impostos, que o município tem de repassar para a educação em cota específica denominada Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

A separação dos recursos em contas diferentes faz-se para melhor controle dos repasses.

Tabela 7 – Gastos vinculados à SME por fonte de recursos em 2005

Fundef	R\$ 29.100.341,82
MDE 10%	R\$ 8.594.376,23
MDE 25%	R\$ 11.596.030,76
Recursos livres	R\$ 2.250.784,19
Recursos com destinação integral	R\$ 5.924.984,03
Total de gastos	R\$ 57.466.517,03

Fonte: SME de Ponta Grossa.

Tabela 8 – Restos a pagar de 2004 quitados em 2005

Empenhados deixados	R\$ 4.425.737,76
Saldo financeiro deixado	R\$ 187.535,33
Restos a pagar de 2004 pagos em 2005 com recursos próprios	R\$ 2.216.741,92
Contas a pagar em 2006 referentes a 2005	R\$ 7.655.665,93
Cobertura financeira deixada pela SME em 2005	R\$ 8.451.441,41

Fonte: SME de Ponta Grossa.

Tabela 9 – Obras executadas pela SME em 2005

Obras executadas	Unidades
Cmeis	3
Escolas	2
Zeladoria*	3
Cobertura de quadra	10
Construção de quadra	1
Salas novas	6
Complemento de obras	2 Cmeis
Complemento de obras	4 Escolas

Fonte: SME de Ponta Grossa.

* Zeladoria refere-se à casa no terreno da unidade escolar, cedida a funcionário com a incumbência de zelar pelo prédio.

Evolução das receitas e despesas na educação

Tabela 10 – Evolução da receita

Ano	Recurso	Valores
2004	MDE	R\$ 19.730.119,93
	Fundef	R\$ 25.378.969,68
	Total	R\$ 45.109.089,61
2005	MDE	R\$ 20.264.688,96
	Fundef	R\$ 29.906.767,92
	Total	R\$ 50.171.456,87

Fonte: SME de Ponta Grossa.

Tabela 11 – Evolução de despesas

(continua)

Item	Ano	Valores
Folha de pagamento dos professores (Fundef 60%) ¹	2004	R\$ 27.708.999,98
	2005	R\$ 28.064.592,84
% de representação da folha de pagamento em relação à receita do Fundef	2004	101 %
	2005	94 %

Tabela 11 – Evolução de despesas

(conclusão)

Item	Ano	Valores
% de representação da folha total em relação ao orçamento anual da SME	2004	61%
	2005	71%
Transporte rural de alunos	2004	R\$ 1.953.716,92
	2005	R\$ 2.555.403,37
Vale transporte cedido ² a estudante da rede de ensino	2004	R\$ 1.293.366,40
	2005	R\$ 1.405.676,25
Educação infantil	2004	R\$ 2.231.300,00
	2005	R\$ 4.586.018,10
Serviços de terceiros	2004	R\$ 3.434.663,79
	2005	R\$ 4.231.179,89
Material de consumo	2004	R\$ 5.702.279,81
	2005	R\$ 6.152.699,69
Material permanente ³	2004	R\$ 1.108.379,46
	2005	R\$ 333.850,44

Fonte: SME de Ponta Grossa.

¹ A legislação estabelece que a conta (Fundef 60%) reserve 60% dos recursos recebidos pela educação para uso em folha de pagamento. No ano de 2004, os gastos com folha de pagamento de professores corresponderam a 101%, resultando na necessidade de complementação da folha com outros recursos vinculados. No ano de 2005, a aplicação em remuneração de professores correspondeu a 94%.

² A Câmara Municipal de Ponta Grossa, por meio de uma lei municipal, doa vale-transporte para estudantes da rede pública, entretanto, por se tratar de um gasto que não conta como despesa em educação, é paga com recursos livres do município, não vinculados à educação.

³ Materiais destinados às unidades vinculadas à SME, tanto às escolas quanto ao prédio administrativo. É destinada às unidades de ensino.

Referência bibliográfica

PAES DE CARVALHO, Cynthia; LADEIA, Akadja Cybelle Teixeira. *Relatório de Avaliação "in loco" da experiência inovadora da Secretaria Municipal de Educação de Ponta Grossa-PR*, 2006, 18 p.

Fontes eletrônicas consultadas

www.inep.gov.br
 www.edudata.inpe.gov.br
 www.ibge.gov.br/cidades
 www.pontagrossa.pr.gov.br

CAPÍTULO

b

Matrícula Cidadã



A Carmelita atende alunos da educação infantil

Matrícula cidadã garante permanência na escola

Todo início de ano, muitos gestores municipais enfrentam a difícil tarefa de garantir vagas adequadas para todos os alunos que procuram as escolas públicas. Os pais e responsáveis que buscam a matrícula se deparam com exaustivas filas e, mesmo assim, nem sempre conseguem garantir a tão esperada vaga. Resultado: frustração, desespero e novas filas em busca de atendimento, dessa vez, no Conselho Tutelar. Preocupados em mudar essa realidade, a Secretaria Municipal de Educação de Rio Branco, no Acre, juntou-se à Secretaria Estadual e promoveu um reordenamento inédito das redes, instaurando a experiência que chamaram de “Matrícula Cidadã”. Com isso, as secretarias deram início à organização do processo para implantar a experiência que teve início no período de matrícula do ano seguinte.

Em Rio Branco, a grande procura por vagas nas escolas pode ser medida pela importância da cidade que é a maior e mais populosa no Acre, concentrando mais da metade da população total do Estado. A população do município é de 253.059 habitantes (IBGE, 2000), quase 90% da qual reside na área urbana. Das sete capitais dos Estados da Região Norte, Rio Branco era, no ano 2000, a segunda com maior número de analfabetos entre 7 e 14 anos e a terceira com menor taxa bruta de frequência no ensino fundamental.

A pressão pela universalização das matrículas na rede pública de ensino foi o principal motivo para buscar alternativas de solução ao problema. A situação era registrada nas filas enormes, durante o período de matrícula, para garantir as vagas dos alunos, tanto na rede municipal, como na estadual. O diagnóstico realizado pela equipe da atual gestão, quando se preparava para assumir a secretaria no final de 2004, era de que havia, além da falta efetiva de vagas, uma péssima articulação entre oferta e demanda: algumas escolas tinham salas de aula ociosas e a situação era inversa em outras.

A rede municipal de ensino de Rio Branco contava com 48 escolas, até 2004, que atendiam 13.782 alunos (da educação infantil à 8ª série do ensino fundamental, além da educação de jovens e adultos), segundo dados do Censo Escolar de 2004. O diagnóstico revelou que a maior procura de matrículas concentrava-se em determinadas escolas que ofereciam uma boa estrutura física e as melhores condições de ensino. Além disso, os pais buscavam escolas próximas de casa, ou, pelo menos dentro, do bairro onde residiam.

A iniciativa exigiu um grande desprendimento por parte das duas secretarias que precisaram assumir novas responsabilidades e transferir outras. Para implementar uma ação conjunta, a secretaria municipal precisaria assumir mais 30 mil alunos, recebendo todas as matrículas de educação infantil até a 4ª série da rede estadual. Com o reordenamento garantido pela parceria entre governo do Estado e Prefeitura, no início de 2005, o município assumiu efetivamente sua competência, atendendo à educação infantil e ao ensino fundamental de 1ª a 4ª série, enquanto a Secretaria de Estado de Educação recebeu os alunos do ensino fundamental de 5ª a 8ª série e ensino médio.

Primeiro passo: o diagnóstico das condições de oferta

O primeiro passo para implantar o reordenamento foi a realização de um estudo detalhado a respeito da situação de cada uma das escolas municipais. Uma equipe da Secretaria Municipal visitou as escolas com um técnico, um arquiteto e um engenheiro que tinham a responsabilidade de verificar as condições do atendimento escolar (estrutura física, mobiliário, etc.), a oferta de cada unidade e a demanda da comunidade no entorno. O levantamento organizou informações sobre a rede em cada

região da cidade e possibilitou o planejamento do preenchimento das vagas. Dessa forma, todo o atendimento foi reorganizado de acordo com as necessidades locais identificadas e, particularmente, as condições de oferta de cada escola. No processo, foi dada especial ênfase à relação com a comunidade escolar sobre um conjunto de informações confiáveis para garantir a credibilidade na relação com a secretaria.

A distribuição de matrículas estruturou-se com a reorganização do sistema que dividiu o município em sete regionais. Nesse momento, a comunidade escolar foi chamada para ser informada de que as mudanças seriam dentro do bairro e da regional. A Secretaria de Educação queria assegurar aos pais que as crianças iriam circular dentro da comunidade, garantindo a sua segurança. Em cada regional houve a preocupação em estabelecer as regionais, o município preocupou-se em garantir o atendimento aos alunos de educação infantil, ensino fundamental completo e ensino médio no mesmo bairro.

As informações sobre a lotação dos professores e funcionários (do Estado e do município) e sobre as condições dos prédios e do mobiliário eram discutidas como insumos para as ações a serem desencadeadas a fim de garantir o acesso da população em idade escolar de cada região aos níveis adequados de ensino, estabelecendo um fluxo ininterrupto de matrícula em toda a educação básica.

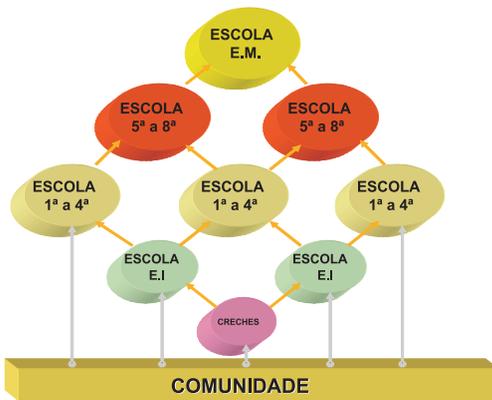


Figura 1 – Reorganização do Sistema em sete regionais

Fonte: Secretaria Municipal de Educação/Rio Branco/AC.



Segundo passo: o processo de matrícula

Com o diagnóstico pronto, as equipes das secretarias estadual e municipal de Educação precisavam planejar o atendimento a partir da parceria. A distribuição das vagas observou o critério de atendimento da

demanda de 5ª à 8ª do ensino fundamental e ensino médio pelo Estado, e de educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental por parte do Município. O planejamento foi minucioso envolvendo as secretarias e direções de escolas. O reordenamento considerou, ainda, a organização espacial uma vez que a vaga era garantida em escolas próximas da residência do aluno, pelo menos na mesma regional, principalmente entre as crianças menores.

A mudança possibilitou a ampliação do atendimento com o incremento das vagas nas redes pública estadual e municipal. Em consequência do projeto, salas de aulas que geralmente ficavam ociosas foram ocupadas. Além disso, muitas escolas foram reformadas, reconstruídas e equipadas para atender à nova demanda da clientela escolar dentro do conceito de "padrão mínimo", estabelecido como referência para o conceito arquitetônico e de mobiliário, entre outros. Conforme o padrão, as escolas são adaptadas para receber os alunos de acordo com o nível de ensino. Na educação infantil, por exemplo, os equipamentos consistem em sala de leitura, brinquedoteca, enfim, tudo o que é necessário para o letramento das crianças.

Essa conjugação possibilitou a garantia de acesso e permanência durante toda a vida escolar do aluno, evitando, ainda, as filas na época das matrículas, bem como de crianças sem vaga assegurada. O projeto foi amplamente discutido com os diretores de escolas, pois a administração municipal entendeu que eles deveriam conversar com os pais sobre a proposta. O desenvolvimento da experiência foi institucionalizado com a aprovação na Assembléia Legislativa da Lei nº 1.694/05 que instituiu o Sistema Público de Ensino do Estado Acre. Pelo regime de colaboração entre as redes de ensino do Estado e do município, foi firmado um convênio no qual o município aderiu ao sistema.



Escola foi destruída e totalmente reconstruída

Terceiro passo: a institucionalização do Matrícula Cidadã

O desenvolvimento da experiência foi institucionalizado com a aprovação, pela Assembléia Legislativa, da Lei nº 1.694/05, que instituiu o Sistema Público de Ensino do Estado Acre. Pelo do regime de colaboração entre as redes de ensino do Estado e município, foi firmado um convênio no qual o município aderiu ao sistema. A lei ajudou na institucionalização do projeto que atualmente conta com grande apoio da população diretamente beneficiada pelas melhorias implantadas com o “Matrícula Cidadã”.

Desde que a experiência teve início, cinco prédios escolares foram



Alunos em sala de aula na Escola Carmelita

adequados de acordo com as “necessidades e especificidades da criança pequena” (creche e pré-escola), totalizando um investimento no valor de R\$ 75.154,22. As escolas que atendem ao segmento de 1ª a 4ª série do ensino fundamental foram reformadas e/ou ampliadas. Seis prédios escolares municipais passaram por reforma, considerando o padrão mínimo de necessi-

dades e especificidades dos alunos, a um custo total de R\$ 2.709.688,26. As obras tiveram como objetivo diminuir as diferenças nas condições de infra-estrutura das escolas municipais e estaduais. Os recursos utilizados foram próprios e do Fundef, repassados pelo Estado. A prefeitura prevê que, em quatro anos, sejam investidos mais R\$ 15 milhões para atender a toda a demanda dentro do padrão mínimo.

A Escola Carmelita, por exemplo, passou pela readequação para atender à clientela escolar de acordo com o “padrão mínimo”. Antes da experiência, funcionava em um galpão e depois, foi demolida e o prédio totalmente reconstruído para atender à pré-escola e educação infantil. A diretora explica que essa era uma reivindicação antiga dos pais na comunidade, porém,

a mudança provocou apreensão. Muitos dos alunos matriculados seriam remanejados para outros estabelecimentos de ensino dentro do bairro, conforme relato da diretora: “O impacto foi grande e houve resistência porque os pais não queriam fazer a mudança mesmo com a oferta de vagas em outras escolas”. Atualmente, a direção administra a mudança com tranquilidade. Na época de matrículas, os pais são avisados para comparecerem à escola.

Os professores da Carmelita, que antes atendiam alunos do ensino fundamental, aceitaram o desafio e permaneceram na escola depois da mudança. Eles participam de cursos de formação desenvolvidos por uma ONG parceira do projeto. Segundo relato do secretário municipal de Educação, essa ação repercutiu na qualidade do ensino, especialmente na educação infantil, que recebeu um expressivo número de profissionais com longa trajetória de formação.

Foram remanejados prédios e pessoal. No início da experiência, os gestores das escolas encontraram dificuldade em se adaptar às mudanças: profissionais do Estado gerindo equipamentos cedidos ao município, que passava a coordenar a gestão e a manutenção, com professores da rede estadual, e vice-versa.

Quarto passo: consolidação e resultados

No segundo ano da experiência (2006), todo o processo começou a se consolidar. As diretoras planejam com antecedência a movimentação dos alunos, especialmente nas situações que envolvem troca de escola de educação infantil para o 1º segmento do ensino fundamental, ou da 4ª para a 5ª série. Para isso, estabeleceu-se um calendário de pré-matrícula, no qual as famílias são informadas com antecedência sobre a transferência e podem contestar ou confirmar o encaminhamento dado. Os diretores de escola utilizam a imprensa local para divulgar o calendário de matrícula. O coordenador do projeto explica que as escolas recebem e enviam matrículas. “Os gestores conversam entre eles para acomodar os alunos, resultando na articulação da rede estadual e municipal”, avalia. Dessa forma, o reordenamento resultou na ampliação do número de vagas em todos os segmentos, mesmo diminuindo o número de estabelecimentos, como mostra o quadro a seguir.

Quadro 1 – Evolução de estabelecimentos e matrículas no sistema público¹ de Rio Branco (AC)

Séries	2004		2005		Aumento das vagas
	Escolas	Matrículas	Escolas	Matrículas	
Creche e pré-escolar	62	9.813	62	9.962	1,5%
EF 1ª a 4ª série	190	31.029	183	31.276	0,8%
EF 5ª a 8ª série	66	22.044	65	22.274	1,0%
Ensino médio	17	14.630	20	15.560	6,4%
Total	335	77.516	330	79.072	2,0%

Fonte: MEC/Inep.

As reformas promovidas para adaptação dos prédios diminuíram as diferenças entre a estrutura dos estabelecimentos de ensino do município. Assim, diminuiu a procura por vagas em determinadas escolas que antes eram mais equipadas que outras. Os pais reconhecem a melhoria decorrente do programa e já não passam mais horas esperando em filas para matricular os filhos, pois o sistema de pré-matrícula e a garantia da vaga, na rede consolidada com o programa, trouxeram tranqüilidade. A distribuição das vagas procura atender à demanda por meio do sistema, cabendo aos pais confirmar a aceitação dentro do sistema.

O Conselho Tutelar e o Ministério Público atestam o sucesso da experiência uma vez que a procura de pais que buscavam solucionar problemas com as vagas dos filhos nas escolas diminuiu drasticamente. “Todo início de ano, tínhamos esse crescimento de busca da comunidade para garantir a matrícula das crianças no sistema escolar, principalmente os da 1ª série, creches, pré-escola. Esse ano, não tivemos um número alto, porque o município assumiu no ano passado e teve um ano para trabalhar toda essa mudança”, explica o conselheiro tutelar. O promotor da Infância e da Juventude também vê progressos com a experiência: “A nossa surpresa é saber de um programa que está levando até essa possibilidade de

³ Consideraram-se aqui como escolas e matrículas no “sistema público” a soma das matrículas e escolas da rede municipal e estadual.

resolver administrativamente os problemas de vaga, garantir que a criança tenha acesso a creche e pré-escola até o ensino médio sem ter que fazer nenhuma interferência”.

O Programa Matrícula Cidadã melhorou o controle e organização do fluxo escolar dos alunos, articulando a comunicação entre os professores dos diferentes segmentos da educação básica. Essa articulação também favorece a troca de informações sobre os estudantes, possibilitando maior acompanhamento da evolução de seu desempenho escolar. Desde a matrícula inicial na rede pública, cada criança tem a garantia de vaga em todo sistema até completar o ensino médio, freqüentando preferencialmente escolas na proximidade de sua residência.

Para os diretores das unidades, o sistema da Matrícula Cidadã organizou melhor seu trabalho e os aproximou dos outros dirigentes, incrementado as trocas e o crescimento profissional o que, no longo prazo, deve se refletir também na gestão pedagógica do sistema e na qualidade do ensino.

Quadro 2 – Rio Branco

(continua)

Contexto sócio-econômico		
Estimativa mais recente da população municipal	2006	314.126
Valor do Fundo de Participação dos Municípios (R\$)	2002	73.391.033
Valor da arrecadação municipal (R\$)	2005	237.218.141
PIB municipal total (R\$)	2003	1.177.484,66
Números da educação		
Estabelecimentos da rede pública municipal de ensino	2005	58
Matrícula total na rede pública municipal	2005	14.104
Funções docentes* na rede municipal	2005	603
Porcentual de docentes com curso superior	2005	64,5
*O mesmo docente pode atuar em mais de um nível/modalidade de ensino e em mais de um estabelecimento.		

Quadro 2 – Rio Branco

(conclusão)

Indicadores educacionais									
Taxa	Séries	Brasil		Região		Estado		Município	
		2001	2004	2001	2004	2001	2004	2001	2004
Aprovação	1ª a 4ª	76,2	76,7	66	66,4	64,6	68	84,6	87,6
	5ª a 8ª	76,3	72,3	74,4	71,7	75,4	76,8	74,2	81,9
Distorção idade-série	1ª a 4ª	39,1	29,4	53,3	43,7	54,6	44,6	28,7	21,7
	5ª a 8ª	59,7	51,7	70,3	61,4	66,7	54,9	59,9	37,6
Não-promoção (reprovação + abandono)	1ª a 4ª	23,8	23,3	34	33,6	35,4	32	15,4	12,4
	5ª a 8ª	23,7	27,7	25,6	28,3	24,6	23,2	25,8	18,1

Fonte: Inep, Edudata, IBGE, Datasus, Ipea, STN.

Referência bibliográfica

SOUZA, Maria das Graças Galvão de. PAES DE CARVALHO, Cynthia. Subproduto 8.10 – *Relatório de Avaliação "in loco" da Experiência Inovadora da Secretaria Municipal de Educação de Rio Branco/AC*. Brasília, outubro de 2006.

CAPÍTULO

7

Formação Continuada dos Profissionais em Educação do Município de São Gabriel do Oeste



A Escola atende alunos da educação infantil

Professor também estuda!

Em São Gabriel do Oeste, quando o ano letivo começa, os professores também são convocados a estudar. O Programa de Formação Continuada dos Profissionais em Educação consta no calendário escolar onde é previsto o número de dias determinado para a formação de professores. Nestes dias, pais e alunos sabem que os professores e funcionários estão 'estudando'. Enquanto isso, os estudantes das três redes que participam da experiência – municipal, estadual e particular – têm o compromisso de realizar as tarefas que são passadas pelos professores que participam da formação, garantindo o cumprimento de 50% do ano letivo com atividade programada e 50% reserva técnica. O projeto foi iniciado há seis anos e já se consolidou como uma conquista do município.

A atuação do professor é, reconhecidamente, crucial para garantir a aprendizagem dos alunos. Capacitá-lo e promover sua formação contínua pode ser, por essa razão, um poderoso instrumento na difícil equação para melhorar a qualidade da educação brasileira. Quando essa formação se estende para os demais profissionais da escola, no entendimento de que todos são educadores e têm um papel importante a desempenhar no processo educacional dos estudantes, os resultados positivos aparecem ainda mais rapidamente. Quando, além disso, é criada uma parceria entre as três redes de ensino – a estadual, a municipal e a privada –, alunos, pais e comunidade ganham em dobro.

Situação educacional do município

O quadro docente de São Gabriel do Oeste, Mato Grosso, é composto por 432 professores, sendo 172 da rede estadual de ensino, 131 da rede particular/filantrópica e 129 da rede municipal. Existem 26 coordenadores pedagógicos, dos quais 6 estão na rede particular/filantrópica, 9 na rede estadual e 11 na rede municipal. Todos eles estão em um permanente processo de aprendizado que repercute na qualidade do ensino. A repercussão é comprovada nos índices registrados no desempenho dos alunos na Prova Brasil. Na avaliação do ensino fundamental, em 2005, as médias de desempenho da rede municipal foram superiores às médias regional, estadual e nacional, tanto em Língua Portuguesa, quanto em Matemática.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município possuía uma população de aproximadamente 16.821 habitantes em 2000. Fundado em 1973, por um grupo de colonizadores, São Gabriel do Oeste teve influência da cultura de alemães, italianos, gaúchos, nordestinos, afro-brasileiros entre outras. A emancipação veio na década de oitenta. Atualmente, São Gabriel do Oeste conta com 18 estabelecimentos escolares, dos quais quatro são estaduais, seis são particulares/filantrópicas e oito são municipais (sendo cinco escolas e três Centros de educação infantil). Esse conjunto tem sido beneficiado há seis anos pelo Programa de Formação Continuada dos Profissionais em Educação.

Investimento em formação continuada

O alicerce para a construção da experiência remonta ao ano 2001, quando a atual secretária municipal de educação assumiu o cargo de diretora do Departamento Pedagógico na Secretaria Municipal de Educação. A iniciativa buscou responder aos principais desafios identificados no diagnóstico realizado sobre a educação do município: o alto índice de repetência dos alunos (em torno de 30%) e a percepção da insatisfação dos professores da rede, devido ao atraso de quatro meses no pagamento de seus salários. Também eram registrados problemas na lotação dos docentes das escolas municipais que não era baseada em critérios claros, não sendo respeitada a ordem da aprovação dos professores no último concurso público, com as lotações privilegiando arranjos políticos locais.

Naquele contexto, o clima organizacional da rede municipal não era bom e se percebia um forte sentimento de baixa auto-estima entre os profissionais. Nesse ambiente, a reação ao diagnóstico da nova gestão, quando foram discutidos os índices de aproveitamento dos alunos, foi de considerável apreensão.

O diagnóstico forneceu os subsídios que a Semec necessitava para desenvolver uma política visando a melhoria da qualidade do ensino, que passava pela valorização dos profissionais. Para isso, foi desenvolvido um projeto que permitisse “momentos de estudos e capacitação”.

Em 2001, a Secretaria assinou o termo de adesão com o MEC para a implementação do Programa de Desenvolvimento de Formação Continuada – Parâmetros em Ação, que utilizava como eixo básico os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Nessa época, o município de São Gabriel do Oeste transformou-se em pólo desse programa. Por conta disso, formava professores de outros municípios como Alcinópolis, Camapuã, Coxim, Pedro Gomes e Sonora. O município sempre buscou, mesmo quando desenvolvia os programas do MEC, utilizar outros autores e propostas metodológicas que tivessem a ver com a sua realidade. Essa iniciativa mostrou-se estratégica em 2003, quando o MEC encerrou o seu programa de formação e a Secretaria decidiu implantar sua própria experiência, por acreditar que já possuía as condições necessárias para isso.

No ano seguinte, a assinatura do Termo de Cooperação Técnica em parceria com o Ministério da Educação (MEC) possibilitou o desenvolvimento do Programa de Formação de Professores Alfabetizadores (Profa). Naquele momento, os professores das redes municipal, estadual e particular foram convidados a participar da formação realizada aos sábados.

Com a proposta, os dirigentes municipais de educação buscaram atender ao disposto na Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96, art. 3, inciso VII e art. 67), às metas do Plano Estadual de Educação do Mato Grosso do Sul e, ainda, aos objetivos e metas do Plano Nacional de Educação (PNE).

O Programa de Formação Continuada de São Gabriel

A primeira etapa do Programa de Formação Continuada dos Profissionais em Educação teve como alvo a capacitação dos

coordenadores pedagógicos, com ênfase no fortalecimento de sua função de acompanhamento e orientação do planejamento de sala de aula dos professores. A capacitação dos coordenadores tinha como objetivo prepará-los com qualidade para a função de formadores dos professores. Atualmente, essa equipe é composta por educadores especialmente preparados para desempenhar essa tarefa. O uso eficiente dos recursos humanos locais tem garantido a sustentabilidade do projeto, mostrando que é viável continuar e aprofundar com recursos próprios políticas educacionais descontinuadas em outras esferas de governo.

Em 2003, o Programa de Formação Continuada de São Gabriel do Oeste foi ampliado e estendido a outros trabalhadores em educação:

merendeiras, diretores, motoristas e secretárias de escolas. A medida foi fundamental para a valorização dos trabalhadores em educação. Os funcionários de escola, por exemplo, antes de serem chamados a participar da formação continuada não tinham dimensão da importância de seu trabalho, conforme relato de um servente: "A gente não sabia como era importante no trabalho geral como servente".

A sistemática de trabalho do programa obedece a um cronograma anual, que tem como primeira atividade o levantamento da demanda por formação continuada nas escolas municipais, estaduais e particulares, por meio de uma ficha de pré-inscrição para os candidatos, a cada início de ano letivo. Com base nesse levantamento, as inscrições são efetivadas de acordo com o campo de atuação de cada profissional.

A partir daí, são realizados encontros mensais, que acontecem em locais diferentes como escolas, clubes, anfiteatros, plenário da Câmara de Vereadores. Cada encontro tem a duração de oito horas, envolvendo estudos de fundamentação teórica, oficinas práticas com trabalhos em grupo, estudos, discussão de pesquisas, palestras, excursões, dinâmica de socialização, elaboração e desenvolvimento de projetos. Eles são planejados pelos formadores em reuniões semanais, com quatro horas de duração, quando



Alunos da Pingo de Gente gostam do que aprendem na escola

são feitos estudos e preparados os itens da pauta que são definidos conforme as metas estabelecidas pela prefeitura em seu planejamento.

Secretarias municipais colaboram com o projeto

Em 2006, as secretarias de Educação e Desenvolvimento Econômico definiram como tema principal da formação a preservação ambiental. Dentro dessa temática, a formação trabalha para fortalecer a imagem do município de forma positiva e incentivar a preservação dos recursos naturais. A preocupação é pertinente visto que a principal atividade econômica de São Gabriel do Oeste é a agropecuária, destacando-se o plantio de soja e a suinocultura. Os produtores rurais também são parceiros do projeto da Secretaria de Educação, contribuindo para garantir a realização dos encontros de formação. Um produtor rural entrevistado explicou que já fez palestras sobre alguns temas importantes localmente como o assoreamento do Rio Taquari, o uso de agrotóxicos e a conservação do solo.

No final de cada encontro de formação continuada, é feita uma avaliação. É considerado um momento muito importante, quando todos os envolvidos têm a possibilidade de manifestar sua opinião. Os secretários de escolas, por exemplo, têm aproveitado esses momentos para sugerir outros temas a serem trabalhados. Algumas dessas sugestões foram atendidas, proporcionando maior conhecimento da legislação escolar.

Resultados positivos para os profissionais da educação

A formação continuada também repercutiu na união, melhorando as relações interpessoais. Além disso, elevou a auto-estima dos funcionários nas escolas, segundo depoimentos de servidores técnico-administrativos. Nesse aspecto, a gestão da educação municipal pode ser considerada inovadora, considerando o envolvimento dos profissionais independente da rede em que atuam. Ela baseia-se em uma concepção ampla da gestão escolar e articula os aspectos administrativos e pedagógicos em uma política integrada e integradora de formação continuada. Valoriza,

ainda, os profissionais ao mesmo tempo que cuida de suas especificidades, contribuindo de forma significativa e sustentável para a melhoria da qualidade social da educação no município, com grande potencial de impacto regional.

Outro aspecto relevante, que tem sido demonstrado pelas manifestações explícitas sobre o crescimento individual dos envolvidos, é que a experiência de São Gabriel do Oeste tem incentivado a reflexão sobre as atividades desenvolvidas pelos educadores e seu papel no desenvolvimento econômico e social do município. Com isso, contribui para o desenvolvimento profissional do trabalhador em educação, não só nas escolas municipais, mas, também, em toda a rede estadual e particular. Os educadores são entusiastas com o projeto e têm clareza dos avanços obtidos com a experiência, como a mudança de postura em relação ao aluno e uma nova forma de pensar a educação. Outro ganho diz respeito à possibilidade de troca de experiências com outros colegas durante a formação. Essa troca tem uma dinâmica especial porque reúne trabalhadores das três redes de ensino que lidam com realidades diferentes, mas que sempre podem se ajudar e ampliar seus conhecimentos.

O relato de uma secretária de escola mostra que ela se respalda no que aprendeu para desempenhar suas tarefas cotidianas: "A lei estadual, por exemplo, diz que a matrícula tem que ser efetuada por pai, mãe ou responsável legal, então, se eu cobro, estou obedecendo à lei". Os motoristas, por sua vez, avaliaram que precisam de mais palestras sobre as leis de trânsito.

A inovação da experiência ultrapassa a questão da gestão escolar, porque envolve as três redes de ensino: municipal, estadual e particular, nos vários níveis e modalidades que existem. Participam os profissionais da educação dos seguintes segmentos: educação infantil, alfabetização,



Reunião com os pais na Escola Pingo de Gente

Profa, 2ª a 4ª série do ensino fundamental, 5ª a 8ª série do ensino fundamental, educação especial, educação básica do campo, formadores, servidores administrativos, secretários escolares, merendeiras, motoristas do transporte escolar e gestores administrativos e pedagógicos. Cada encontro é documentado pela Secretaria e o arquivo revela a qualidade da formação. Em 2006, o Programa de Formação Continuada envolveu 599 participantes, distribuídos por segmento, como mostra o Quadro 1.

Quadro 1 – Número de participantes por segmento

Segmento	Nº de participantes
Educação infantil	70 professores
Alfabetização	22 professores
Profa	13 professores
2ª a 4ª série do ensino fundamental	74 professores
5ª a 8ª série do ensino fundamental	113 professores
Educação especial	19 professores
Educação básica do campo	34 professores
Formadores	36 professores
Servidores administrativos	103
Secretários escolares	31
Merendeiras	18
Motoristas do transporte escolar	16
Gestores administrativos e pedagógicos	50

Fonte: Semec – São Gabriel do Oeste (MS).

Pais e alunos reconhecem resultados da experiência

Com tantos ganhos reconhecidos pelos educadores, é natural que a percepção de pais e alunos sobre as mudanças ocorridas com a formação seja positiva e esteja produzindo efeitos na vida escolar. As mães percebem as mudanças com fatos como o aumento dos deveres de casa e maior empenho dos filhos com os estudos. Consideram que, com essa nova dinâmica, as crianças passaram a ser avaliadas ao longo do mês e não apenas pelo desempenho nas provas, o que consideram mais correto.

Há relatos de pais sobre filhos que, com apenas cinco anos, já estão envolvidos com os projetos e, assim, ampliando a sua visão de mundo.

Os alunos, por sua vez, acreditam que quanto mais o professor aprende, maior é sua capacidade de ensinar – os professores passaram a explicar bem melhor as matérias – e a melhorar o aprendizado da classe. O grau de satisfação foi medido, recentemente, por uma empresa de consultoria que, em 2006, avaliou “o que os entrevistados acham da educação oferecida no município”. De acordo com a pesquisa, 80,3% dos entrevistados consideraram que a educação é ótima ou boa, sendo que a mesma avaliação realizada em 2004 havia registrado um índice de 73%.

Os resultados do Programa de Formação Continuada dos Profissionais em Educação de São Gabriel do Oeste já estão repercutindo no desenvolvimento educacional da região, extrapolando os limites geográficos do município e produzindo novos projetos. Um deles foi a criação do Encontro da Região Centro-Oeste de Educação, Trabalho e Formação de Professores, que vem atraindo a participação de, aproximadamente, 800 educadores de várias cidades da região, bem como pesquisadores na área educacional brasileira, nacionalmente conhecidos.

Recursos e parcerias

Os recursos destinados à elaboração e desenvolvimento do Programa são do próprio município, totalizando a importância de R\$ 43.822,83 no ano de 2006, distribuída da seguinte forma:

- ♦ Aquisição de material de consumo: R\$ 3.169,10;
- ♦ Outros serviços de terceiros/pessoa física: R\$ 15.466,04;
- ♦ Outros serviços de terceiros/pessoa jurídica: R\$ 25.187,69.

De acordo com a documentação fornecida pela secretaria do município, os recursos do Fundo de Educação do Município de São Gabriel do Oeste estão sendo utilizados na aquisição de produtos e serviços, tais como a compra de gêneros alimentícios para lanches durante a formação continuada dos trabalhadores em educação, aquisição de livros, prestação de serviço de palestrantes, instrutores e

técnicos especializados, despesas de hospedagem e alimentação para instrutores e palestrantes.

Novos desafios pela frente

O grande desafio é garantir a institucionalização da experiência que será transformada em lei. A medida é necessária, ainda que a formação já esteja incorporada ao calendário dos educadores, para consolidar a formação e garantir sua continuação nas próximas gestões.

O impacto desse programa na educação do município pode ser mensurado a partir de indicadores estatísticos positivos. Os dados coletados nas entrevistas e na pesquisa documental mostraram que a experiência impacta de forma positiva a educação do município, cujas estatísticas educacionais provam a redução do índice de repetência nas escolas. Os dados demonstram uma queda na taxa de reprovação que estava em 30%, em 2000, e caiu para 15%, em 2005. A melhoria também pode ser observada na taxa de aprovação que sai de 70% em 2000, chegando a quase 85%, em 2005. A Prova Brasil, realizada em 2005, comprovou que o ensino no município se destacou no cenário estadual e nacional.

Tão importantes quanto os indicadores educacionais são os relatos colhidos na comunidade escolar que possibilitaram desenhar um panorama amplo a respeito dos resultados do programa. Na Escola Senador Filinto Müller, localizada na zona rural do município, os depoimentos da diretora, das professoras e secretária da escola reforçam a importância da formação no cotidiano dos professores. As dificuldades enfrentadas, como a fome e doenças (vermes e piolhos), prejudicam o desempenho dos alunos em sala de aula, em sua maioria filhos de empregados das propriedades na região. O projeto de formação mostra-se uma importante forma de colaboração para o professor que, por meio do aprendizado permanente, busca alternativas para trabalhar com os alunos. “Estudar, pensar e melhorar o conteúdo em sala de aula é consequência do que a gente aprende na formação”, avalia.

Quadro 2

Contexto sócio-econômico									
Estimativa mais recente da população municipal		2006		2.036					
Valor do Fundo de Participação dos Municípios (R\$)		2002		4.375.188					
Valor da arrecadação municipal (R\$)		2005		33.710.983					
PIB municipal total (R\$)		2003		268.726,09					
Números da educação									
Estabelecimentos da rede pública municipal de ensino		2005		8					
Matrícula total na rede pública municipal		2005		2.241					
Funções docentes* na rede municipal		2005		133					
Porcentual de docentes com curso superior		2005		80,4					
*O mesmo docente pode atuar em mais de um nível/modalidade de ensino e em mais de um estabelecimento.									
Indicadores educacionais									
Taxa	Séries	Brasil		Região		Estado		Município	
		2001	2004	2001	2004	2001	2004	2001	2004
Aprovação	1ª a 4ª	76,2	76,7	66	66,4	76,3	75,8	74,9	85,5
	5ª a 8ª	76,3	72,3	74,4	71,7	70,8	71,1	70,8	78
Distorção idade-série	1ª a 4ª	39,1	29,4	53,3	22,7	27,3	23,6	23,9	19,2
	5ª a 8ª	59,7	51,7	70,3	45,6	52,4	43,7	40,3	33,1
Não-promoção (reprovação + abandono)	1ª a 4ª	23,8	23,3	34	33,6	23,7	24,2	25,1	14,5
	5ª a 8ª	23,7	27,7	25,6	28,3	29,2	28,9	29,2	22

Fonte: Inep, Edudata, IBGE, Datasus, Ipea, STN.

Referência bibliográfica

SOUZA, Maria das Graças Galvão de. PAES DE CARVALHO, Cynthia. Subproduto 8.7 – *Relatório de Avaliação "in loco" da Experiência Inovadora da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de São Gabriel do Oeste/MS*. Brasília, outubro de 2006.

CAPÍTULO

8

**Prefes: Programa de
Regularização do Fluxo
Escolar
(5ª a 8ª série
do Ensino Fundamental)**



Os alunos do Prefes na Escola Municipal Maria da Cunha Fundação

“Não somos heróis, mas ficaremos na história porque
somos estudantes.”

Frase estampada na camiseta dos alunos do Prefes

Vencer a barreira da distorção idade-série, com ensino de qualidade, é a oportunidade oferecida, desde fevereiro de 2001, aos adolescentes de São Mateus, no Estado do Espírito Santo, por meio do Programa de Regularização de Fluxo Escolar (Prefes), coordenado pela Secretaria Municipal de Educação (SME). O programa beneficia os jovens com defasagem escolar influenciada, principalmente, por fatores sociais, matriculados de 5ª a 8ª série do ensino fundamental. Em sua maioria, esses alunos têm origem nas comunidades locais. Parte do grupo, entretanto, é formada por filhos de famílias que se instalam no município em busca de oferta de trabalho.

Atraídas pelas vagas oferecidas nas indústrias locais ou na produção da sede da Petrobras de São Mateus, essas famílias chegam ao município trazendo filhos com históricos de abandono e outros prejuízos à frequência e permanência escolar. Essa migração tem resultado, entre outros fatores, na flutuação e no crescimento desordenado da população local. O problema é compartilhado por São Mateus com os outros municípios da região localizada ao norte do Espírito Santo, às margens da BR 101, nas proximidades da divisa entre os Estados de Minas Gerais e Bahia.

Os profissionais envolvidos e os parceiros da SME no desenvolvimento da experiência do Prefes, além dos representantes do Magistrado e do Conselho Tutelar no município, referem-se à migração desordenada como um dos determinantes da incidência de adolescentes que convivem em situações de risco nas ruas da cidade. Os relatos não descartam desses grupos, entretanto, a presença de filhos de famílias estabelecidas na cidade há mais de uma geração.

No intuito de adotar um programa educacional que tivesse como objetivo garantir a adesão e a permanência com sucesso desses jovens na escola, a SME criou o Prefes.

O Prefes

A SME de São Mateus implementou o Prefes tendo como meta a regularização em 85%, até o ano de 2008, do fluxo educacional dos jovens de 5ª à 8ª série. Ciente do recebimento constante de alunos, com distorção idade-série, provenientes do sistema estadual ou de outras cidades, a equipe local foi cautelosa na determinação de uma meta superior. Ao longo do processo, entretanto, as ações do Prefes devem resultar em sua própria finalização, como determina um dos objetivos da avaliação externa realizada pela própria SME. Os reflexos dessa tendência são apresentados na projeção de alunos para o ano de 2007, visto que, em algumas escolas, não haverá demanda para formação de turmas do programa.

No estabelecimento do prazo final para o desenvolvimento do projeto, portanto, a gestão educacional buscou sistematizar a concretização de uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), a de reduzir as desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e permanência com sucesso do aluno na educação pública. Por meio do Prefes, a Secretaria também vem buscando aumentar a oferta de vagas nas escolas de ensino fundamental e garantir a aplicação correta dos recursos financeiros da educação.

Para finalização do programa com o alcance positivo de resultados, incluindo o combate à evasão e à reprovação, entretanto, os desafios postos à época da elaboração do projeto eram proporcionar qualidade à educação e empregar estratégias de ação atrativas e adequadas às características etárias do público-alvo.

Ciente das deficiências apresentadas na forma de condução do ensino oferecido a esses alunos até o início da experiência, em 2001, além de definir a adaptação dos mecanismos de gestão da sala de aula, a SME buscou conscientizar seus profissionais sobre o direito à educação e a capacidade de aprendizagem dos estudantes. Desse modo, o *slogan* criado para o projeto – Educação em São Mateus “Oportunidade para Todos” – serviu de inspiração para o planejamento da formação continuada dos educadores envolvidos na experiência.

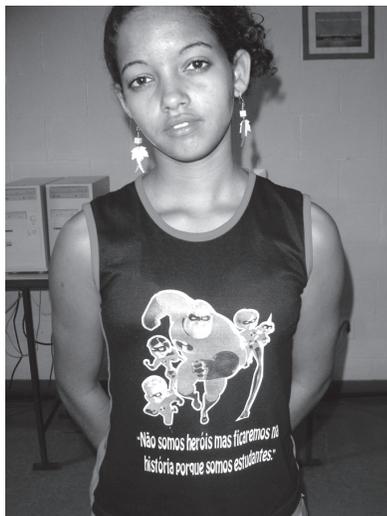
Assim, a gestão municipal de educação formou uma rede com a participação dos profissionais vinculados à própria Secretaria e, com o apoio de diversos parceiros, investiu no desenvolvimento de ações com a finalidade de combater a exclusão e a repetência camuflada pelas estatísticas de evasão, para incentivar o progresso dos alunos.

Os parceiros do projeto

Como resultado da parceria com o Instituto Ayrton Senna, a SME recebeu orientação para a organização formal dos documentos institucionais da própria Secretaria, do Sistema de Ensino Municipal, do Plano Municipal de Educação, do Conselho Municipal de Educação, do Regimento para as unidades escolares e eleição de diretores, além das normas para comunicados internos e veículos informativos dirigidos às escolas e à comunidade. Até o ano de 2004, esse trabalho foi realizado por meio de visita mensal de representantes do instituto. A partir de 2005, o acompanhamento passou a ser feito via internet.

O objetivo era fortalecer as bases do projeto para a garantia de sua sustentabilidade nas próximas gestões. A partir desse suporte, a equipe técnica pôde definir as políticas, diretrizes e prioridades das ações voltadas à educação local, ressaltando-se os desafios pertinentes à redução do índice de 54,88% de defasagem idade-série na etapa final do ensino fundamental, registrado em 2001.

Da parceria com o Banco do Brasil, o projeto tem recebido doações de materiais para atividades lúdicas, como os eventos teatrais realizados pelos alunos, além de materiais pedagógicos e os esportivos utilizados nos torneios do Prefes. Outras atividades, inclusive esportivas, envolvendo os alunos do projeto também são realizadas nas dependências da Associação



As camisas do Prefes levam a marca de seus alunos

Atlética Banco do Brasil (AABB) de São Mateus, em horário alternado ao da sala de aula.

O atendimento integra as ações da AABB Comunidade, um programa que busca proporcionar novas perspectivas de vida a crianças e adolescentes de famílias de baixa renda, promovendo complementação escolar a estudantes da rede pública de ensino, com idade entre 7 e 17 anos, também com o objetivo de assegurar inclusão, não-repetência e permanência dos jovens na escola.

As atividades do Centro Cultural Araçá – organização não-governamental (ONG) que desenvolve projetos alternativos de educação e cultura – despertaram a atenção da SME em virtude das ações voltadas aos adolescentes e desenvolvidas nas oficinas artesanais e/ou profissionalizantes, como a primeira gráfica escola do Estado. A parceria com a ONG foi firmada, então, para atendimento aos alunos do Prefes no contraturno das aulas regulares. A medida visava impedir a ociosidade e, conseqüentemente, a possível perambulação dos jovens pelas ruas da cidade, além de proporcionar-lhes a oportunidade de se qualificarem profissionalmente, uma vez que, em virtude das condições sociais locais, muitos colaboravam com o orçamento doméstico.

Por meio dessa parceria, o atendimento aos jovens do Araçá tem sido realizado tanto pelos agentes sociais do próprio Centro Cultural, quanto por professores e funcionários da prefeitura de São Mateus, além de acadêmicos da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e Centro Universitário do Norte do Espírito Santo (Ceunes).

Além do acolhimento nesses programas parceiros, os alunos do Prefes são atendidos pelo Programa de Ações Educativas Complementares do governo federal.

De maneira articulada, todos esses projetos oferecem aos jovens várias opções de educação em tempo integral e que fortalecem o

trabalho realizado na sala regular. O aluno que participa de um programa, entretanto, não é conduzido aos demais, assim como não é beneficiado por mais de um dos programas sociais de governo.

A SME divide com os parceiros do Prefes a preocupação em priorizar a formação integral dos alunos, considerando os aspectos físico, intelectual, psicológico, moral e espiritual, tanto nas atividades pedagógicas, quanto lúdicas, sejam em sala de aula ou ambiente externo. Entre outros enfoques, os jovens são estimulados a buscar conhecimento e suas famílias conscientizadas a respeito da importância da educação para o desenvolvimento do cidadão.

O risco social da família integra os critérios de seleção dos alunos a serem atendidos nos projetos parceiros do Prefes. A partir dessa característica, tanto as atividades parceiras, quanto as da escola regular são orientadas no sentido de conduzir os jovens à readequação ao seu nível educacional e reinserção à vida social.

O Conselho Municipal de Educação, assim como outros atores sociais, encaminham jovens em situação de risco à SME. O conselho também acompanha toda a trajetória de evolução do aluno, por meio das Comissões de educação infantil e Fundamental, para garantia de acesso desse público à vida escolar, conforme determina a legislação.

Os alunos do Prefes

Na formação das turmas do Prefes a SME reúne:

- ♦ alunos de salas regulares com perfil de distorção idade-série;
- ♦ jovens que abandonaram a escola e querem retornar quando tomam conhecimento do programa; e
- ♦ jovens atendidos em programas sociais e encaminhados à SME por autoridades, parceiros ou a própria comunidade.

As turmas são compostas, no máximo, por 25 estudantes. Toda a clientela é dividida em segmentos A e B, com o objetivo de que o conteúdo de duas séries seja trabalhado no período de um ano letivo. Desta forma, o segmento A busca desenvolver as habilidades e competências previstas para 5ª e 6ª séries, assim como o segmento B desempenha as ativida-

des previstas para 7ª e 8ª séries. Esses alunos, não precisam, entretanto, permanecer dois anos na mesma escola. Cada ano letivo pode ser cursado em unidades diferentes, conforme a necessidade de mobilidade registrada, principalmente, nas áreas periféricas do município.

Por meio da enturmação, ou seja, a reunião de alunos com idade e nível de conhecimento aproximados na mesma sala de aula, o projeto busca promover ambientação e interação entre os estudantes, favorecendo o trabalho do professor em busca da correção de conflitos causados pela distorção idade-série.

Para serem integrados ao Prefes, os alunos não-alfabetizados e que estão na 4ª série passam, inicialmente, por um processo de alfabetização. “O programa não é um reforço. Não se reforça o que não se sabe”, pondera a subsecretária.

Como relata o diretor de uma unidade escolar, muitos estudantes do Prefes enfrentam problemas de estrutura familiar e têm carência de atenção. Por isso, o programa investe na elevação da auto-estima do aluno como forma de combater o afunilamento do número de estudantes que evoluem para os níveis de ensino a partir do fundamental. Uma das ações envolve a conscientização do aluno a respeito das condições sociais determinantes da distorção idade-série. “Destacamos ao aluno que sua distorção tem uma causa e não é fruto de sua incompetência”, explicam os professores.

O prejuízo à frequência escolar e mesmo a evasão, registrados no período da colheita, são outras dificuldades apontadas por professores e diretores. Na verificação das razões de ausência dos estudantes, os professores e a equipe técnica constataam, durante visita às famílias, as situações de riscos às quais estão submetidos os alunos, como os casos de crianças que residem em áreas de aterro sanitário. “Temos que conquistar esse aluno para que ele se mantenha na escola. As viagens de estudo e os jogos são alguns de nossos artifícios”, revela a subsecretária.

As confraternizações, os eventos e as atividades esportivas, como relatam os educadores, proporcionam aos alunos a sensação de acolhimento e compreensão. Quando evoluem para turmas regulares sempre retornam à escola para tirar dúvidas com os professores do Prefes, em virtude da confiança adquirida. “Criamos vínculos com os alunos porque nos vêem como amigos e não só como professores”, refletem.

Como relatam os alunos do Prefes, “ninguém fica para trás”. Quando o professor detecta a dificuldade, ele presta atendimento individual até

que a dúvida seja superada. Deste modo, os estudantes confirmam as ações dos educadores para elevação da auto-estima e alcance de metas. E admitem, em seus depoimentos e reflexões, as mudanças de perfis individuais e da turma em relação à frequência às aulas, ao comportamento na rua, em casa e na escola, além do aprimoramento de vocabulário e até o reconhecimento pertinente à importância da educação para o desenvolvimento social.

Novos conceitos

Para elevar a auto-estima dos adolescentes e combater a reincidência do abandono escolar, a SME incentivou sua equipe a reformular conceitos, metodologias e técnicas de atuação. Orientou, ainda, a pesquisa em modelos de experiências que pudessem se ajustar à realidade de São Mateus.

Dessa forma, avaliando o programa de aceleração implementado pela Rede Estadual de Ensino do Espírito Santo, a SME de São Mateus concluiu que o projeto existente não atendia em todos os aspectos à demanda dos jovens com defasagem escolar. A adequação de conteúdos em relação à idade, como a abordagem de temas ligados à sexualidade, por exemplo, não era encontrada no material didático em uso. O projeto também não incluía o ensino de língua estrangeira.

Pelas semelhanças de contexto social com a região sul do Estado da Bahia, a SME cogitou a implementação de um projeto semelhante ao “Educar para Vencer” desenvolvido naquele Estado e também destinado, entre outras metas, à correção da distorção idade-série. Em sua concepção, entretanto, o programa baiano foi considerado conteudista pela equipe de São Mateus.

Essas constatações ocorreram ao longo dos dois anos nos quais a SME desenvolveu ações que reuniam elementos desses dois projetos. A estratégia não atendeu à sua demanda local, porque, tanto o projeto do Estado da Bahia, quanto o do Espírito Santo precisariam receber ajustes para se adequar às necessidades e especificidades da vivência dos alunos do município de São Mateus. Assim, a SME tomou como base os pontos que considerou positivos nos dois projetos, reunindo, ainda, os elementos apontados pelos educadores locais como alternativa à necessidade

de seus alunos, para construir o projeto norteador do Prefes. Conceitos e técnicas utilizadas no material das oficinas do Araçá e no Programa “Escola Campeã” da Fundação Banco do Brasil e do Instituto Ayrton Sena também subsidiaram a SME no planejamento de seu projeto.

Desse modo, a equipe de São Mateus decidiu confeccionar um material didático específico para o atendimento de suas necessidades, estabelecendo quatro eixos temáticos: meio ambiente, higiene e saúde, trabalho e consumo, pluralidade. O material foi elaborado com a participação de professores, conforme as áreas de conhecimento, de acordo com os parâmetros curriculares e incluindo o ensino de língua estrangeira. Os livros foram estruturados por módulos que possibilitam o trabalho interdisciplinar e submetidos, ainda, à validação por meio da satisfação do aluno em sala de aula.

Além de produzir um material próprio, a SME incorporou às diretrizes do Prefes a realização de “aulões”, como nos cursinhos pré-vestibular, com abordagens de assuntos do cotidiano do aluno, estabeleceu o reforço na utilização de recursos audiovisuais e instituiu a visita freqüente das equipes técnica e pedagógica da Secretaria às escolas onde o projeto seria instalado.

As ações pedagógicas do Prefes, em sala de aula, têm incluído utilização de linguagem diferenciada e adequada à faixa etária, incentivo às atividades artísticas e à realização de debates e pesquisas de temas relacionados ao cotidiano.

O Prefes também estimula a prática com os alunos de visitas técnicas, aulas em ambientes externos à escola e demais atividades que possam atrair a participação e promover a integração dos jovens atendidos no projeto, como os jogos “InterPrefes”, realizados duas vezes por ano.

Para conhecimento aprofundado dos resultados do programa, a SME tem realizado avaliações externas e promovido, com os professores,



A vontade de aprender supera as dificuldades da distorção idade-série na Escola Municipal Dora Arnizaut Silveiras

momentos de reflexão a partir dos dados obtidos e dos resultados da avaliação qualitativa do desempenho dos alunos. Essas avaliações não têm diagnosticado diferenças de desempenho entre os alunos do Prefes e das classes regulares.

Os professores rurais e urbanos do Prefes recebem capacitação e acompanhamento com carga horária de planejamento diferenciada. A escolha dos educadores é feita por indicação da própria escola, conforme identificação do profissional com o perfil especial de atendimento das ações do programa.

A mudança de posicionamento resultante da capacitação e do período de desenvolvimento do programa é revelada pelos professores.

O aluno não é apenas ouvinte para quem copiamos conteúdo. Ele deve ser sujeito da aprendizagem. A capacitação foi uma reviravolta. Se o aluno do Prefes não tem material, isso é problema nosso. O professor também tem de ser dinâmico, sair do convencional para tornar suas aulas diferentes.

Esse aspecto inusitado é exemplificado por uma aula multidisciplinar onde os alunos aprenderam a fazer pão.

Desafios do Prefes

Como pondera o representante do Conselho Tutelar, entre outros desafios, nos próximos anos de aplicação e conseqüente amadurecimento da experiência do Prefes, a comunidade escolar de São Mateus deve buscar superar a demanda por vagas nas escolas de modo geral. A secretária de Educação também reclama da dificuldade em formar turmas menores para o programa, em virtude do número insuficiente de salas.

Para aprimoramento do programa, ainda, a secretária de educação, os representantes do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente e os pais reconhecem a necessidade de maior disponibilidade de profissionais especializados no atendimento a crianças e jovens vítimas diretas ou indiretas de dependência química e de violência sexual doméstica ou ocorrida fora de casa. Esses fatores influenciam ou determinam os insucessos na aprendizagem e no próprio desenvolvimento social do aluno. Esse atendimento é realizado, atualmente, por profissionais itinerantes da SME ou dos Centros de Apoio.

O coordenador das Ações Educativas Complementares da SME avalia que o conjunto de estratégias envolvidas no Prefes não tem a pretensão de solucionar os problemas sociais vividos em cidades litorâneas como São Mateus, mas ressalta a importância do trabalho do Prefes de conscientização do adolescente sobre questões de direito, formação educacional e social, sem prejuízo das atividades de lazer peculiares à idade e que contribuem com a redução da violência urbana. “As crianças concebidas em época de carnaval e criadas somente pelas mães, ou seja, os “filhos do carnaval” e a busca por trabalho temporário são realidades que fazem parte de nossa história”, reflete.

Além do ambiente familiar desfavorável, outros conflitos sociais são encontrados nas histórias dos alunos do Prefes. Mesmo com todo o esforço do programa, segundo o diretor de unidade escolar, “a escola ainda ‘perde’ alunos assassinados por organizações do tráfico de drogas”.

Os profissionais da SME apontam a necessidade de reduzir os custos de produção dos materiais do programa. Os professores, por sua vez, sugerem o reforço na periodicidade de reuniões entre os educadores para a troca de experiências.

As mudanças do Prefes na educação em São Mateus

Em seu sexto ano de aplicação, a experiência do Prefes tem conseguido acompanhar e garantir a evolução qualitativa no atendimento de sua clientela, fortalecendo a adoção de metodologia e produção de material com características próprias. Esse processo tem exercido influência na sustentabilidade do programa.

Pelo acompanhamento da evolução, realizado em 2005, muitos alunos do Prefes alcançaram habilidades e competências para retornar à série regular. Outros, ainda, evoluíram para o ensino médio ou fizeram o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) e, em seguida, foram aprovados em vestibular, como atestam os representantes da equipe técnica da Secretaria e o diretor de uma escola.

As mudanças adotadas têm buscado garantir o sucesso do aluno no domínio dos vários conteúdos necessários, incluindo o acompanhamento das condições de aprendizagem em leitura, em um menor tempo,

para a conclusão do ensino fundamental e o respectivo ingresso no ensino médio.

Os registros da SME de São Mateus apontam um crescimento de 71,7%, em 2000, para 80,49%, em 2005, no índice de aprovação dos alunos de 5ª a 8ª série. Nesse mesmo período, o abandono escolar foi reduzido de 13,43% para 3,86%.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), a distorção idade-série, motivadora da criação do programa, teve queda de 54,9%, em 2001, para 32,4%, em 2005.

Na comparação entre unidades de ensino municipais, as escolas visitadas pela equipe de avaliação *in loco* do Prêmio Inovação em Gestão Educacional 2006, em São Mateus, tiveram desempenho acima da média do País, na Prova Brasil 2005. Uma dessas escolas superou as redes municipais do Espírito Santo e as unidades de ensino locais, alcançando em Língua Portuguesa e em Matemática, respectivamente, as médias 245,10 e 248,74.

As inovações do Prefes

A gestão educacional de São Mateus buscou inovação em sua experiência quando assumiu, de maneira ousada, a construção de material didático específico para o seu programa, conforme o conteúdo de cada disciplina, caracterizando o potencial de produção de conhecimento e autonomia didática da equipe profissional local.

A ação quebrou o paradigma das gestões marcadas pelo autoritarismo das decisões verticais, quando envolveu toda a equipe nas deliberações referentes às mudanças de condução da educação.

As transformações ocorreram, também, no âmbito dos órgãos de administração superior, por meio da organização e legalização de documentos do projeto e do próprio do sistema de ensino.

Os conselheiros tutelar e municipal da educação, além do representante do magistrado ressaltam a eficiência do Prefes na redução do número de crianças e jovens nas ruas de São Mateus. "O projeto estimula a criança a buscar uma vida melhor por meio da educação", reflete uma conselheira.

**Quadro 1 – Demonstrativo de despesas anuais do Programa
Prefeitura Municipal de São Mateus – Secretaria Municipal de Educação
Planilha de Custos**

Nº de ordem	Ação	Preço unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	Almoço (InterPrefes)	8,00	3.072,00
2	Lanche (Aulão)	4,00	1.536,00
3	Livro para o aluno A (4 volumes)	17,20	37.840,00
4	Livro para o aluno B (4 volumes)	17,20	37.840,00
5	Viagens de estudo (2 ao ano)		4.100,00
Total			84.388,00*

Outras despesas não são exclusivas do programa. Ocorreriam mesmo em turmas regulares, caso os alunos não estivessem inseridos Prefes.

Fonte: SME São Mateus.

* Os recursos têm origem em repasses municipais e federais.

Quadro 2 – Resultados da Prova Brasil 2005 – Rede Municipal de Ensino de São Mateus (ES)

Médias de desempenho em Língua Portuguesa (leitura) e Matemática correspondente à 8ª série do ensino fundamental de escolas municipais				
Área	Série	Brasil	Espírito Santo	São Mateus
Língua Portuguesa	8ª série	219,17	231,00	238,94
Matemática	8ª série	234,12	248,61	255,57

Fonte: MEC, Inep – Prova Brasil – 2005.

Quadro 3 – Taxa Distorção Idade-série nas escolas municipais de São Mateus (%)

Série	2001	2002	2003	2004	2005
5ª a 8ª	54,9	43,6	35,5	33,1	32,4

Fonte: MEC, Inep/DTDIE.

Quadro 4 – Alunos atendidos pelo Prefes

Período	Número de alunos
2001 e 2002 ¹	561
2003	538
2004	450
2005	318
2006	384

Fonte: SME de São Mateus.

¹A duração do programa era de dois anos.

Quadro 5

Contexto sócio-econômico									
Estimativa mais recente da população municipal		2006		102.953					
Valor do Fundo de Participação dos Municípios (R\$)		2002		9.421.287					
Valor da arrecadação municipal (R\$)		2004*		78.745.280					
PIB municipal total (R\$)		2003		495.740,20					
Números da educação									
Número de estabelecimentos de ensino da rede pública municipal		2005		165					
Matrícula total da rede pública municipal		2005		19.928					
Funções docentes** na rede pública municipal		2005		983					
Porcentual de docentes com curso superior		2005		44,2					
Indicadores educacionais									
Taxa	Séries	Brasil		Região		Estado		Município	
		2001	2004	2001	2004	2001	2004	2001	2004
Aprovação	1ª a 4ª	76,2	76,7	87,3	87,7	84,4	85	75,1	81,9
	5ª a 8ª	76,3	72,3	83,1	80,9	80,8	77,9	75,1	76,1
Distorção idade-série	1ª a 4ª	39,1	29,4	20	16,7	20,8	17,2	23,7	20,2
	5ª a 8ª	59,7	51,7	42	34,4	41,7	34,9	54,9	33,1
Não-promoção (reprovação + abandono)	1ª a 4ª	23,8	23,3	12,7	12,3	15,6	15	24,9	18,1
	5ª a 8ª	23,7	27,7	16,9	19,1	19,2	22,1	24,9	23,9

Fontes: IBGE, Ipea, STN, Datasus, Inep.

* O balanço orçamentário disponível no sítio do Tesouro Nacional corresponde ao ano de 2004 (24/11/2006). Não há dados do ano de 2005.

** O mesmo docente pode atuar em mais de um nível/modalidade de ensino e em mais de um estabelecimento.

Quadro 6 – Percentual de docentes com curso superior nas redes municipais

Unidade da Federação (Ano 2005)	% (de 5ª a 8ª série)
Brasil	71,7
Região Sudeste	92,1
Espírito Santo	80,8
São Mateus	78,1

Fonte: Inep/DTDIE.

Referência bibliográfica

LADEIA, Akadja Cybelle Teixeira; CORDEIRO, Célia Maria Ferreira. *Relatório de Avaliação in loco da experiência inovadora da Secretaria Municipal de Educação de São Mateus*. [S.l.: s.n.], 2006. 24 p.

Fontes eletrônicas consultadas

www.inep.gov.br

www.edudata.inep.gov.br

www.ibge.gov.br/cidades

CAPÍTULO

9

**A Política
de Alfabetização
como Estratégia
para a Elevação
do Desempenho Escolar
nas Séries Iniciais
do Ensino Fundamental**



Palácio de Ciências e Línguas estrangeiras no centro da cidade de Sobral

Anísio Teixeira, (1900 – 1971), um dos educadores mais importantes do Brasil, afirmava ser contra a educação como processo exclusivo de formação de uma elite, porque mantinha a grande maioria da população em estado de analfabetismo e ignorância. Revoltava-o saber que, dos milhões que estavam na escola, apenas poucos conseguiam chegar à 4ª série, e os demais ficavam frustrados mentalmente e incapacitados para se integrarem em uma civilização industrial e alcançarem um padrão de vida de simples decência humana.

Decorridos muitos anos desde que o educador expressou essa preocupação, o cenário pouco mudou. Foi pensando em somar esforços para mudar a realidade citada por Anísio Teixeira que a Secretaria Municipal de Educação de Sobral implantou, em janeiro de 2001, a experiência de gestão pedagógica “Política de Alfabetização como estratégia para elevação do desempenho escolar nas séries iniciais do ensino fundamental”.

Analfabetismo nas séries iniciais

No período de 1997 a 2000, a gestão educacional do município de Sobral havia investido fortemente na reestruturação da rede municipal, para garantir o acesso dos alunos à escola. Já no início de 2001, o foco passou a ser a qualidade do ensino. Assim, a Secretaria Municipal de Educação realizou um diagnóstico de leitura com todos os alunos de 2ª à 4ª série (12 mil alunos) a fim de conhecer precisamente a condição desses alunos com relação ao domínio da leitura. Esse diagnóstico apresentou um quadro crítico sobre a aprendizagem nas crianças nas séries iniciais.

Os resultados analisados apontaram que 60% dos alunos que estavam iniciando a 2ª série, 40% dos de 3ª série e 20% dos de 4ª série não dominavam os conhecimentos da alfabetização inicial, nem mesmo as habilidades de decodificação, a etapa mais básica do processo. O problema agravou-se quando foi considerado o percentual de alunos inseridos na condição de analfabetismo funcional. O que os gestores constataram, a partir dos resultados, é que estavam diante de uma escola que não ensinava.

A partir desse diagnóstico, a Secretaria Municipal de Educação definiu, então, metas prioritárias. A primeira foi a alfabetização de 100% das crianças de 6 e 7 anos de idade matriculadas na 1ª série básica e 1ª série regular, respectivamente. A segunda meta foi a alfabetização de 100% das crianças de 8 anos e mais, que haviam sido promovidas para as séries subsequentes sem que já soubessem ler.

Assim, a alfabetização ganhou prioridade máxima na gestão 2001/2004 e norteou a implantação de uma Política de Alfabetização. A estratégia de combate ao analfabetismo no município teve início com um trabalho nas séries iniciais, com alunos de 6 e 7 anos. Foram estabelecidas, para isso, as seguintes metas prioritárias da gestão municipal:

- ♦ A garantia da alfabetização das crianças no tempo certo;
- ♦ A alfabetização dos alunos que, apesar de estarem matriculados da 2ª à 4ª série, ainda não haviam adquirido as habilidades básicas de leitura e escrita correspondentes.

Gestão escolar e ação pedagógica

Para atingir os resultados desejados, foram definidos dois eixos estratégicos: um no âmbito da gestão escolar como um todo e outro relativo à gestão pedagógica ou aos processos de ensino-aprendizagem.

Com relação à gestão escolar, foi feita uma parceria com o Centro Regional de Desenvolvimento da Educação (Crede), da Secretaria Estadual de Educação. Com essa parceria acabou a dualidade das redes e todos os alunos de 1ª a 4ª série ficaram sob a responsabilidade do município, enquanto os alunos de 5ª a 8ª série são atendidos somente pelo Estado. Houve grande disposição do Estado na operacionalização do processo.

Em seguida, a Secretaria Municipal de Educação promoveu seleção pública de diretores, que deveriam atender a critérios técnicos, em várias etapas, a saber: prova escrita eliminatória, com conteúdo divulgado anteriormente e seminários gratuitos oferecidos aos candidatos para que eles se preparassem; curso sobre gestão escolar de frequência obrigatória; avaliação por meio de dinâmicas de grupo sobre as características comportamentais dos candidatos; e entrevistas com o secretário e a subsecretária. A seleção renovou dois terços do quadro de diretores. Posteriormente, o processo foi consolidado em uma lei municipal que assegura a seleção de diretor e a autonomia da escola.

Como a equipe da Secretaria acreditava que o fortalecimento da gestão escolar traria uma maior autonomia administrativa, pedagógica e financeira para as escolas do município, os diretores passaram a ser responsabilizados pelos resultados das escolas e pela efetividade das ações do projeto. A proposta foi acabar com a relação anterior entre as escolas e a Secretaria, onde os papéis não eram muito claros, os diretores eram tutelados e a Secretaria mantinha-se distante e autoritária.

A autonomia da gestão escolar é articulada ao estabelecimento de metas anuais para as escolas com base nos dados de rendimento do ano anterior. Cabe às escolas e seus diretores um conjunto de deveres e direitos daí decorrentes: definir a lotação dos professores; escolha do(s) coordenador(es) pedagógico(s) no banco de dados dos profissionais previamente selecionados pela Secretaria; e, finalmente, a autonomia financeira da escola por meio do Fundo para o Desenvolvimento e Autonomia da Escola (Fundae), que mensalmente disponibiliza recursos

para o custeio, a manutenção e a aquisição de material de consumo pelas escolas municipais.

Outra medida adotada dentro do eixo gestão escolar foi a instituição do Prêmio Escola Alfabetizadora, com um incentivo financeiro, inicialmente, para as cinco escolas com melhores resultados nas avaliações externas e, a partir de 2003, para todas que alcançarem as metas propostas pela Secretaria da Educação. Segundo a secretária de Educação, o que garante o sucesso da ação é a valorização do professor ao ser reconhecido publicamente diante das autoridades locais.

O prêmio é concedido aos alfabetizadores das turmas de 1ª série básica (crianças de 6 anos) e regular (crianças de 7 anos de idade), o que correspondeu à meta 1, e aos professores das turmas de 2ª a 4ª série (meta 2), com crianças maiores de 8 anos e não-leitoras. Uma portaria de 2003 da Secretaria Municipal de Educação estabeleceu os seguintes critérios para que a escola fosse contemplada:



Secretária Municipal de Educação de Sobral

- Percentual mínimo de 90% de alfabetizadores, considerando os alunos correspondentes às séries definidas;
- Resultado mínimo de 75% de alunos alfabetizados na 1ª série básica;
- Todas as turmas deveriam alcançar um percentual superior a 70% de alfabetizados;
- Pelo menos 98% dos alunos das metas 1 e 2 deveriam passar pelo processo de avaliação externa de aprendizagem. As transferências deveriam ser comprovadas por meio do documento de matrícula do aluno na escola de destino.

Os valores anuais das premiações eram de R\$ 1,5 mil para diretores, R\$ 1.250 para coordenadores pedagógicos, R\$ 1 mil para vice-diretores e

R\$ 1 mil, por turma, para professores alfabetizadores. No ano de 2003, 17 das 38 escolas foram premiadas; em 2004, foram 20 as contempladas.

Com relação à ação pedagógica, houve um fortalecimento por meio da capacitação continuada minuciosamente preparada, especialmente para os professores da alfabetização, somado a uma cultura de monitoramento calcada na avaliação externa, que se tornou obrigatória e regular.

Foi reforçada, também, a avaliação externa como instrumento para acompanhar o desempenho dos alunos. “É a escola vista por dentro”, diz a

secretária de Educação. Houve inicialmente rejeição por parte dos professores, o que diminuiu com o tempo, à medida que se mostrava que o objetivo do processo era apoiá-los para o alcance das metas. Após o tratamento dos dados pela equipe, cada escola recebe o seu resultado para analisá-lo e discuti-lo com seus professores. De acordo com os envolvidos no projeto, o sucesso da Política de Alfabetização de Sobral



Muro de uma escola de Sobral - Todo o estudante na escola

deve-se em grande parte à avaliação externa, pois essa verificação periódica de aprendizagem, somada à análise posterior dos dados pela Secretaria e escolas, fornece os subsídios vitais para planejar ações corretivas e ainda aumentar a abrangência e eficácia dos procedimentos metodológicos.

Também fez parte do fortalecimento da ação pedagógica a formação continuada dos professores, pautada pela articulação pragmática entre conteúdos mais filosóficos e a disponibilização de “rotinas pedagógicas”, cujo objetivo é dar instrumentos para os professores definindo o “passo a passo” do planejamento diário (divisão do tempo e dos conteúdos e dinâmicas), semanal ou mensal, facilitando especialmente aqueles que encontram maiores dificuldades no trabalho docente. Ao lado das “rotinas”, a Secretaria oferece material pedagógico e material de consumo. Todo o planejamento é a seguir acompanhado semanalmente em cada escola pelos coordenadores pedagógicos, sob a supervisão dos

diretores, responsáveis finais pelo sucesso do projeto. A fim de garantir os 200 dias letivos, e, diante da capacitação em serviço, a Secretaria conta com um banco de dados de professores, para atuar como substitutos, sempre que necessário.

Como forma de valorização e incentivo ao trabalho dos alfabetizadores, desde 2002, eles recebem uma gratificação salarial no valor de 30% do salário. Outras estratégias estão previstas para serem agregadas a essa, como, por exemplo, a realização de novos concursos públicos e a atualização do Plano de Cargos e Salários compatível com o esforço gasto na formação continuada.

Resultados alcançados com a experiência

Entre os resultados obtidos pela “Política de Alfabetização” destaca-se o fato de que, em 2004, a rede municipal alcançou o percentual de 92% de crianças alfabetizadas ao final da 1ª série regular (7 anos). Esse percentual é composto pelo número de crianças que soube ler, em voz alta, o texto apresentado pelo avaliador em uma aplicação individual que era gravada para posterior avaliação de uma outra equipe examinadora. Na 1ª série básica, 89,1% das crianças (6 anos) conseguiram ler textos ou frases, a partir da mesma sistemática de avaliação. Vale lembrar que a quase totalidade desse grupo, até 2000, concluía o ano letivo sem nenhuma aprendizagem significativa nessa área, correndo o risco de permanecer assim pelos anos seguintes.

Outro indicador de resultado importante é que, quando a política foi implantada, o número de alunos analfabetos ao longo do ensino fundamental era de cerca de 5 mil alunos, dos 18 mil matriculados de 1ª a 4ª série. Em 2004, esse total chegou a 964 alunos, em 2005, a 699 e, finalmente, em 2006, caiu para 696 alunos.

Além disso, segundo informações da Secretaria de Educação, houve importantes transformações na cultura educacional da rede municipal, como o senso de responsabilização da escola pelos resultados de seus alunos. “A escola passou a responder efetivamente pelos resultados e entender que a condição social desfavorável da grande maioria das famílias não condena o aluno ao fracasso”, diz a secretária.

Os indicadores de distorção idade/série e abandono também melhoraram. Em 2000, a taxa de abandono no ensino fundamental da rede municipal

era de 9,94%. Em 2005, foi de 1,75%. Já o índice de distorção idade-série em 2000 era de 57,5%, enquanto que em 2005 caiu para 17,77%.

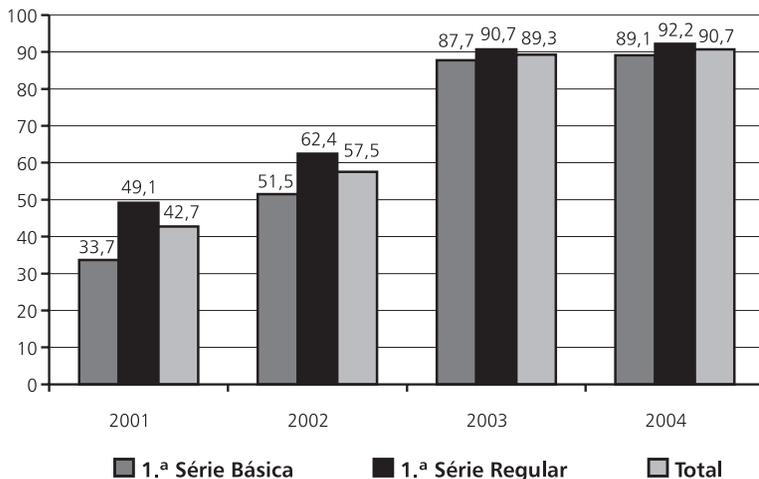


Figura 1 – Município de Sobral – Evolução da taxa de alfabetização – 2001 a 2003 (%)

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Sobral.

O quadro abaixo apresenta o número alunos beneficiados com a experiência, entre as turmas de alfabetização da 1ª série básica (6 anos) e da 1ª série regular (7 anos) e os alunos de 2ª a 4ª série não-leitores, regularmente matriculados nas escolas públicas municipais da rede de ensino do município de Sobral.

Quadro 1

Ano	Alunos beneficiados		
	META 1 1ª série básica e 1ª série regular	META 2 2ª a 4ª série (não-leitores)	Total
2001	7.106	4.534	11.640
2002	6.577	4.557	11.134
2003	6.043	3.048	9,091
2004	6.108	964	7.072
2005	6.208	699	6.907

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Sobral.

Avanço para as demais séries

A equipe da Secretaria de Educação constatou que os ganhos com o projeto de alfabetização estavam correndo o risco de se perder com a promoção dos alunos das 1ª séries básica e regular para as séries seguintes do ensino fundamental, já que estas continuam seguindo o modelo tradicional. Em razão disso, a Secretaria iniciou, em 2005, o uso da mesma metodologia na 2ª série e, em 2006, vem estendendo o procedimento às 3ª e 4ª séries.

Mudança de paradigma

No processo de implantação da experiência, a Secretaria foi pouco a pouco conquistando o respeito e o apoio da sociedade em geral, das famílias e mesmo do legislativo local. Boa parte disso se deve às iniciativas de mobilização das famílias quanto à importância da escola para seus filhos. Os bons resultados alcançados pela experiência fizeram com que fosse viabilizada a formalização jurídica da iniciativa e inaugurado um novo paradigma na gestão educacional do município.

Quadro 2 – Despesas anuais do projeto

(continua)

1ª série básica	Qtd.	Valor unitário	Valor mensal	Meses	Valor anual
Instrutores	3	666,67	2.000,00	11	22.000,00
Kit dos professores	140	25,00	3.500,00	10	35.000,00
Deslocamento dos profs./encontro (2/mês)	38	11,25	427,50	10	4.275,00
Alimentação	110	7,50	825,00	10	8.250,00
Material didático (aluno/professor/classe)	3.047	6,41	19.519,20	10	195.192,00
Substituições professores (dia da formação)	188	15,00	2.820,00	10	28.200,00
Gratificação professores	140	116,86	16.360,00	11	179.960,00
Total			39.951,70		415.877,00

Quadro 2 – Despesas anuais do projeto

(conclusão)

1ª série regular	Qtd.	Valor unitário	Valor mensal	Meses	Valor anual
Instrutores / Elaboração de material	3	1.100,00	3.300,00	11	36.300,00
Consultor	1	1.000,00	1.000,00	10	10.000,00
Kit dos professores	119	25,00	2.975,00	10	29.750,00
Deslocamento dos professores/encontro	25	11,25	281,25	10	2.812,50
Alimentação (professores)	100	7,50	750,00	10	7.500,00
Material didático (aluno / profs./ coordenador)	3.081	2,70	8.325,00	10	83.250,00
Substituições professores (dia da formação)	159	15,00	2.385,00	11	26.235,00
Gratificação professores	127		11.000,00	11	121.000,00
Total			30.016,25		316.847,50
Meta 2	Qtd.	Valor unitário	Valor mensal	Meses	Valor anual
Instrutores	4	250,00	1.000,00	7	7.000,00
Alimentação profs./ mês	41	7,50	307,50	7	2.152,50
Kit dos professores	41	20,00	820,00	7	5.740,00
Deslocamento dos professores/encontro	11	11,25	123,75	7	866,25
Material didático – alunos	652	3,00	6.003,66	8	48.029,30
Substituições professores (dia da formação)	46	15,00	690,00	8	5.520,00
Gratificação professores	38	75,00	3.765,00	8	30.120,00
Total			8.254,91		63.788,05

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Sobral.

Quadro 3

Contexto sócio-econômico		
Estimativa mais recente da população municipal	2006	175.818
Valor do Fundo de Participação dos Municípios (R\$)	2002	29.173.809
Valor da arrecadação municipal (R\$)	2004*	139.685.711
PIB municipal total (R\$)	2003	757.088,95
Números da educação		
Número de estabelecimentos de ensino da rede pública municipal	2005	97
Matrícula total da rede pública municipal	2005	31.901
Funções docentes** na rede pública municipal	2005	1.076
Porcentual de docentes com curso superior	2005	62,3

Fonte: Inep, Edudata, IBGE, Datasus, Ipea, STN.

* Não há dados de 2005 no sítio do Tesouro Nacional (24/11/06).

** O mesmo docente pode atuar em mais de um nível/modalidade de ensino e em mais de um estabelecimento.

Referências bibliográficas

LADEIA, Akádjá Cybelle; PAES DE CARVALHO, Cynthia. *A política de alfabetização como estratégia para elevação do desempenho escolar nas séries iniciais do Ensino Fundamental – Sobral / CE*. Sobral: outubro de 2006.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Vencendo o desafio da aprendizagem nas séries iniciais: a experiência de Sobral/CE*. Brasília: Inep, 2005. (Série Projeto Boas Práticas na Educação ; n. 1).

Fontes eletrônicas consultadas

www.inep.gov.br

www.edudata.inep.gov.br

www.ibge.gov.br/cidades

www.sobral.ce.gov.br

CAPÍTULO

10

**Programa Semeando
Educação e Saúde
na Agricultura Familiar**



A cooperativa estudantil incentiva os alunos ao empreendedorismo

Orgulho de ser agricultor

O personagem Jeca Tatu, de Monteiro Lobato, reforça o mito do agricultor indolente e preguiçoso. Essa imagem negativa influenciou filhos e filhas de agricultores que, durante muito tempo, tinham vergonha de assumir suas origens. Em Três Passos, município localizado na região noroeste do Rio Grande do Sul, essa situação mudou com o Programa Semeando Educação e Saúde na Agricultura Familiar, da Prefeitura Municipal. A experiência resgatou a auto-estima dos agricultores e vem incentivando e promovendo o crescimento da produção agrícola no município.

O projeto teve início em 1998, após uma consulta popular que ouviu todos os setores do município para a elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento. Foram definidas sete prioridades das quais quatro, eram na área da agricultura. A demanda era um reflexo da realidade vivida pelos agricultores que enfrentavam uma crise na agricultura familiar, principal fonte de renda do município. A região de Três Passos caracteriza-se pela existência de pequenas propriedades e minifúndios, sendo que 99% dos estabelecimentos rurais têm menos de 50 hectares, com uma média de 10 hectares. Por conta das dificuldades, causadas pelas intempéries do tempo, tais como a seca, e a baixa produtividade agrícola, grande parte da população estava migrando para os centros urbanos.

Vocação para a agricultura

Na década de 70, a suinocultura era a principal atividade econômica do município que chegou a ser considerado a capital nacional de suinocultura. Atualmente, a economia é diversificada com produção de leite, suinocultura, milho, soja, horticultura, fruticultura, fumo, agroindústria familiar e produtos de subsistência. Além disso, Três Passos possui uma unidade industrial da empresa Sadia S/A.

O município passou pela difícil experiência de ter apenas a aposentadoria dos moradores movimentando a economia. A falta de perspectiva levava a população jovem a buscar melhores oportunidades nas cidades. A necessidade de fixar os colonos na terra motivou a administração a buscar uma alternativa que garantisse criação de trabalho e renda no próprio município.

Diante da vocação para a agricultura, a melhor opção encontrada foi incentivar e preparar os agricultores para trabalharem na terra. Para isso, o trabalho concentrou-se nos jovens filhos de agricultores do município. Foi nesse contexto de luta pela dignidade na vida do campo que a Prefeitura Municipal iniciou o Programa Semeando cujo objetivo principal era mostrar ao jovem que a agricultura era uma atividade viável para mantê-lo no interior.

Produção agrícola aumentou no município

A idéia, literalmente, está rendendo frutos: a produção da fruticultura passou de 10 mil quilos anuais, em 1999, para 120 mil, em 2005. Na educação, o resultado repercutiu nos índices de abandono que passaram de 4,5% em 2000 para 0,75% em 2005. Já a reprovação reduziu de 28 alunos em 2000 para 6, em 2005. Em 2000, o número de alunos atendidos era 192, chegando a 279 estudantes em 2005.

O Programa Semeando Educação e Saúde na Agricultura Familiar resulta do trabalho articulado entre as secretarias municipais de Educação, Agricultura e Saúde. A iniciativa atende as famílias que têm filhos estudando nas cinco escolas pólos, localizadas em cinco distritos da zona rural, assim distribuídas: Floresta (Guia Lopes), Santo Antônio (Dom João Becker), Alto Erval Novo (Wally Elisa Hartmann), Padre Gonzáles (Coroinha Daronchi) e Pedro Fernandes Sardinha (Bispo Pedro Fernandes Sardinha).

Cada escola pólo do “Semeando” conta com um técnico agrícola, que pertence ao quadro efetivo da Secretaria Municipal Educação. Os técnicos agrícolas que atuam nas escolas do município trabalham de forma integrada com os professores na preparação das aulas, voltadas para a realidade dos estudantes que vivem no meio rural. Além das secretarias integradas ao projeto, a Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura (Fetag) são parceiros. Eles promovem palestras sobre as atividades no campo dando orientações para os estudantes que querem investir na produção rural.



Alunos preparam a horta na escola

As cinco escolas pólo localizadas nos distritos rurais desenvolvem atividades com os alunos de 7ª e 8ª séries em horário alternativo ao turno escolar. Os estudantes aprendem técnicas relacionadas à bovinocultura, horticultura, fruticultura e agroecologia. As escolas trabalham a partir de um tema gerador que, em

2006, vem a ser: “Trabalho rural – produzindo com responsabilidade para viver melhor”. Com base nesse tema são desenvolvidas atividades voltadas à agricultura sustentável, seus impactos e conflitos, consumo responsável e empreendedorismo no meio rural.

Visita às propriedades rurais

Os técnicos agrícolas atendem não só aos alunos, mas também aos pais, orientando a produção rural. As fotos de uma propriedade, registrando antes e depois das melhorias, mostram que o empenho dos filhos contagiou toda a família. Os pais aderiram ao projeto e implantaram as técnicas

que os estudantes levaram da escola para casa. O pai aumentou a produção de leite com a adoção de técnicas ensinadas nos módulos da disciplina de bovinocultura, como cálculo de pastagem e produção de feno e silagem. A mãe exhibe com orgulho a horta incrementada a partir do que o filho aprendeu na disciplina de horticultura. O galpão foi reformado e a apresentação visual causa um impacto perceptível em quem chega na propriedade.

Muitas dessas melhorias são apresentadas no Seminário de Planejamento quando os alunos apresentam os projetos desenvolvidos em suas propriedades. Os técnicos também organizam o "Dia de Campo" onde explicam aos estudantes sobre cada uma das etapas do trabalho desenvolvido até a obtenção de resultados. A supervisão faz parte do trabalho complementar adotado com a pedagogia da alternância, que consiste em aulas teóricas ministradas pelos técnicos agrícolas nas escolas pólos, no contraturno e intercaladas com atividade prática de visitas às propriedades das famílias dos alunos, para o acompanhamento e supervisão dos projetos desenvolvidos por eles.

Durante a semana, nas segundas e terças-feiras ocorrem as aulas sobre técnicas agrícolas para as turmas de 7ª séries e nas

quartas e quintas-feiras, para as das 8ª séries. Passam-se, então, duas semanas, sem aula, porque foi adotada a pedagogia da alternância. Nesse período os técnicos agrícolas realizam atividades de acompanhamento dos projetos produzidos pelos alunos em suas propriedades. Essa dinâmica tem merecido avaliações distintas entre os técnicos. Alguns deles preferem a sistemática anteriormente adotada, devido ao fato de que os alunos tinham aulas teóricas todos os dias durante a semana e não eram intercaladas com as visitas às propriedades, que, por sua vez, eram mais escassas. Para outros, a forma da "alternância" é mais viável, porque proporciona melhor assistência às famílias dos alunos, beneficiários diretos do programa.



Alunos ganham dinheiro com os produtos da reciclagem de papel

A coordenadora do programa reúne-se uma vez por mês com os técnicos agrícolas para planejarem e discutirem as ações em andamento. Além disso, mensalmente, eles se reúnem com os professores das demais disciplinas escolares buscando a integração entre os conteúdos trabalhados. Durante esses encontros, os professores enriquecem seu vocabulário, com a utilização de palavras específicas relacionadas ao cotidiano dos agricultores, tais como pastagem, piquetes, rendimento do leite, diversificação de culturas, plantio direto, êxodo rural e crescimento demográfico.

Palestras destacam agricultura e saúde

Além da orientação, alunos e produtores rurais têm palestras com a Emater e a Fetag. Essas atividades estão articuladas aos programas da Secretaria de Agricultura, como o Renda Leite, de Expansão da Suinocultura, de Fruticultura e de Reflorestamento.

A Secretaria de Saúde também promove palestras sobre orientação e prevenção de doenças com nutricionistas, enfermeiros e odontólogos, estes dois últimos são os que têm contato direto com os alunos. Os agentes comunitários de saúde e uma equipe de profissionais da saúde realizam um trabalho de prevenção com os alunos e suas famílias. Atualmente, os agentes comunitários atendem a 100% das famílias rurais. A questão da auto-estima é trabalhada nas palestras a fim de incentivar hábitos de vida saudáveis.

Pais e alunos unidos pelo Semeando

Esse trabalho articulado está resgatando a auto-estima dos filhos de agricultores e desencadeando um processo diferente do que normalmente se vê. Os filhos estão incentivando os pais a investirem na produção agrícola, isto é, o conhecimento do trabalho na agricultura está passando de filho para pai e não de pai para filho. "Os alunos já estão perdendo a vergonha de dizer que são filhos de agricultores e a maioria está assumindo: sou agricultor e isso é uma profissão", conforme relato do técnico agrícola da Escola Guia Lopes.

O técnico relata a história de sucesso envolvendo uma de suas alunas. Aos 18 anos e desanimada com a falta de perspectiva para permanecer no interior, a estudante comentou sobre sua intenção de deixar

Três Passos. No entanto, o técnico encorajou a aluna a permanecer no município e a investir na produção de leite na propriedade dos pais. Lançado o desafio, era necessário convencê-los de que valia a pena investir em técnicas agrícolas para obter lucro com a produção de leite. Depois de alguns meses, a atividade mostrou-se viável financeiramente e a aluna pôde permanecer no interior. Em apenas um ano, a família aumentou a produção de leite de 2.600 litros para quase 4 mil, utilizando técnicas de aproveitamento do pasto para as dez vacas.

A aluna continuou o ensino médio na Escola Estadual Padre Gonzáles que também tem atividades do Semeando. Os estudantes que optam por permanecer em Três Passos têm a possibilidade de continuar no Programa Semeando cursando o ensino médio na Padre Gonzáles, situada no Distrito de São Roque. A procura por vagas na escola vem aumentando devido ao sucesso do projeto. Esse é um dos desafios que o Semeando enfrenta na fase atual: garantir o acesso e a permanência dos alunos que optam por permanecer no interior. Nesse sentido, o município obteve importantes vitórias. Uma delas foi a conquista de um curso Tecnológico em Gestão Rural da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). Atualmente, a UERGS já tem funcionando o curso superior de Agricultura, com ênfase em Agroindústria.

Colhendo os frutos do Semeando

A população de Três Passos sentiu o efeito positivo do projeto envolvendo-se nas festas distritais organizadas para celebrar a produção como a festa da mandioca, do milho, do leite e suíno, do café colonial, do frango e costelão e hortifruti. Nas agrofeiras, a comunidade participa de gincanas, sorteios e competições e todos se mobilizam em torno do “Semeando”, que produz renda e frutos ao município. As festas são o momento de celebração diante da nova realidade conquistada com educação e trabalho. Os técnicos agrícolas acompanham de perto toda essa mobilização social, seja por meio dos alunos que são filhos de produtores rurais, seja nas propriedades que são visitadas e recebem assistência para incrementar a produção.

O crescimento da produção agrícola é uma aposta da administração municipal para diminuir o êxodo rural. No distrito de Floresta, onde vivem mais de 400 famílias, não houve êxodo em 2005. Alguns jovens ainda deixam o interior, mas as famílias permanecem, graças às melhorias conquistadas

com o programa. Nesse sentido, o desafio das autoridades é ampliar e fortalecer o “Semeando” para combater o êxodo que ainda persiste.

Desafios e perspectivas do Programa Semeando

A obtenção de financiamento também é apontada como uma medida necessária para fortalecer o projeto. A adoção das técnicas proporciona um rápido crescimento da produção, mas depois de um tempo, não se mostra suficiente para ampliar a atividade agrícola. Os agricultores necessitam de crédito e investimento e nem sempre dispõem de linhas de financiamento.

Além disso, alguns produtores rurais que têm filhos estudando nas escolas do Semeando ainda não aderiram ao programa. “Somos cobrados, muitas vezes, por algum resultado, mas na educação não é assim que funciona, pois as mudanças levam tempo para acontecer e nem sempre o filho consegue envolver os pais”, explica um dos técnicos agrícolas. Eles reconhecem que muitos alunos têm dificuldades em convencer os pais de que o que eles estão fazendo não vai dar resultado e que as novas técnicas propostas são melhores. Em algumas propriedades, os agricultores mais antigos mostraram resistência em aderir às inovações propostas pelos filhos. “Na minha escola, alguns alunos não conseguiram implantar as mudanças, porque os pais não aceitaram”, afirma uma estudante.

Segundo os técnicos agrícolas, o programa está no caminho certo, pois muitas propriedades são viáveis hoje em dia. Os alunos podem ficar no interior e viver bem, como demonstram muitos exemplos de práticas de sucesso.

Desde seu início, o programa tem sido prioridade da administração municipal, que já passou por várias gestões nesse período. Os seus resultados têm garantido a continuidade, com o apoio da comunidade e dos parceiros. Segundo a coordenadora do projeto, em 2008, quando completa 10 anos, o Semeando será transformado em política pública por meio de uma lei. O objetivo é garantir sua permanência mesmo com a eventual mudança de governo.

Resultados positivos conquistam prêmios

Os dados relativos ao desenvolvimento econômico e educacional do município revelam o quanto o Semeando tem contribuído para mudar

a história de Três Passos. Os resultados repercutem também na agricultura do município que registrou um aumento na produção de leite passando de mais de 5 milhões de litros/ano em dezembro de 1998, para mais de 14 milhões de litros/ano, no mesmo período de 2005. No Rio Grande do Sul, apenas quatro municípios tiveram crescimento do PIB, entre eles, Três Passos.

Para chegar a esses resultados, o município investiu recursos próprios das secretarias de Educação, Saúde e Agricultura. Desde 1998, quando o programa teve início, já foram investidos R\$ 2.077.708,00, provenientes da receita municipal das três secretarias envolvidas. O investimento que o município tem destinado ao "Semeando" é reconhecido nacionalmente. Em dezembro de 2005, Três Passos ganhou o prêmio "Objetivos de Desenvolvimento do Milênio" (ODM), uma iniciativa do governo federal, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e do Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade, na categoria Governos Municipais.

Quadro 1 – Dados estatísticos educacionais de Três Passos

Indicadores educacionais da rede municipal de ensino fundamental de Três Passos (%)						
Taxa	Séries	2000	2001	2002	2003	2004
Aprovação	1ª a 4ª	91.1	90.8	91.9	95.6	93
	5ª a 8ª	82.4	84.9	91	91.9	90.2
Reprovação	1ª a 4ª	8.4	9.1	7.8	4.2	6.9
	5ª a 8ª	11.6	13	6.8	6.9	8.5
Abandono	1ª a 4ª	0.5	0.1	0.3	0.2	0.1
	5ª a 8ª	6	2.1	2.2	1.2	1.3
Distorção idade-série	1ª a 4ª	8.5	6.9	8.6	8.6	8.9
	5ª a 8ª	31	26.5	27.8	24.9	19

Quadro 2

Contexto sócio-econômico									
Estimativa mais recente da população municipal		2006	23.162						
Valor do Fundo de Participação dos Municípios (R\$)		2002	5.228.142						
Valor da arrecadação municipal (R\$)		2005	21.867.979						
PIB municipal total (R\$)		2003	250.052,22						
Números da educação									
Estabelecimentos da rede pública municipal de ensino		2005	35						
Matrícula total na rede pública municipal		2005	2.252						
Funções docentes* na rede municipal		2005	168						
Porcentual de docentes com curso superior		2005	60,1						
* O mesmo docente pode atuar em mais de um nível/modalidade de ensino e em mais de um estabelecimento.									
Indicadores educacionais									
Taxa	Séries	Brasil		Região		Estado		Município	
		2001	2004	2001	2004	2001	2004	2001	2004
Aprovação	1ª a 4ª	76,2	76,7	87,1	87,3	85,5	85	90,8	93
	5ª a 8ª	76,3	72,3	81,7	80	78,7	76,4	84,9	90,2
Distorção idade-série	1ª a 4ª	39,1	29,4	15,2	12,2	18,9	17,2	6,9	8,9
	5ª a 8ª	59,7	51,7	34,3	29,9	38	34,4	26,5	19
Não-promoção (reprovação + abandono)	1ª a 4ª	23,8	23,3	12,9	12,7	14,5	15	10	7
	5ª a 8ª	23,7	27,7	18,4	20	21,3	23,6	15,1	9,8

Fonte: Inep, Edudata, IBGE, Datasus, Ipea, STN.

Referência bibliográfica

PEQUENO, Maria Iaci Cavalcante. GOMES, Candido. Subproduto 8.5 – *Relatório de Avaliação "in loco" da Experiência Inovadora da Secretaria Municipal de Educação de Três Passos/RS*. Brasília, setembro de 2006.

Revista Programa Semeando Educação e Saúde na Agricultura Familiar, s/d.

Fontes eletrônicas consultadas

<http://www.trespazos-rs.com.br/>

<http://www.odmbrasil.org.br/>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os municípios foram, durante muito tempo, relegados a uma categoria de menor relevância no conjunto da Federação e não foi considerada a sua importância estratégica para o desenvolvimento da educação nacional. A autonomia na gestão dos sistemas de ensino, instituída a partir da Constituição de 1988, ao mesmo tempo em que fortalece o município como ente federativo, delega maiores responsabilidades em nível local na provisão dos serviços essenciais, como a educação infantil e o ensino fundamental. Se, por um lado, essa autonomia passa a desafiar os dirigentes a desenvolverem permanentemente a capacidade institucional e de gestão dos órgãos de educação municipal, de outro, permitiu o nascimento e crescimento endógeno de inovações no âmbito local até então pouco conhecidas e valorizadas pelos demais atores do sistema, principalmente o Ministério da Educação.

O Prêmio Inovação em Gestão Educacional, mais do que um estímulo para os municípios demonstrarem e compartilharem seu protagonismo na construção de novos saberes e fazeres, é também uma oportunidade para o Ministério da Educação colocar-se como ouvinte atento dessas experiências no sentido de identificar, avaliar, apoiar e disseminar

os novos conhecimentos oriundos da iniciativa local. O exercício de um verdadeiro regime de colaboração entre os entes federativos passa por essa capacidade de diálogo em torno da experiência construída pelos gestores da educação, compartilhando iniciativas de sucesso e instituindo uma rede de trocas entre os que atuam na responsabilidade de assegurar o direito básico à educação.

Entre os inúmeros desafios postos à Nação para os próximos anos está o de melhorar substantivamente os resultados dos sistemas de ensino básico no País. Os objetivos colocados no Plano Nacional de Educação (PNE) destacam esses desafios, são suprapartidários e assinalam o compromisso da sociedade e do Estado com o futuro das novas gerações e do próprio desenvolvimento nacional. Sem educação de qualidade para todos não haverá chance para o desenvolvimento do País e o futuro das novas gerações será incerto. As experiências aqui apresentadas são demonstrações de compromisso com o desenvolvimento e com o futuro das crianças, jovens e adultos. São pequenas amostras do que a iniciativa dos dirigentes da educação municipal pode provocar em termos de mudança e progresso na direção dos objetivos da educação nacional.

Para alcançarmos os objetivos e metas do PNE, até 2011, inovar é preciso. As experiências relatadas neste livro são exemplos de ousadia e inovação, indicando caminhos e alternativas para que outros municípios acreditem na possibilidade, necessidade e urgência do avanço na mesma direção. Esperamos incentivar, com a leitura desta obra, a que outros dirigentes municipais se lancem com paixão e determinação no desafio de cumprirmos com os propósitos do PNE, buscando a melhoria da educação nacional.

CONTATOS

AMPARO

Dirigente Municipal:
 Eliete Aparecida de Godoy
 e-mail: eliete@amparo.sp.gov.br
 Tel: (19) 3807-2855 /3807-2243

CURVELÂNDIA

Dirigente Municipal:
 Augusto Chaves
 e-mail: educacaodecurvelandia@hotmail.com
 Tel: (65) 3273-1301

IGREJINHA

Dirigente Municipal:
 Liége Lana Brusius
 e-mail: smecigrejinhas@ig.com.br
 Tel: (51) 3545-1377

JOINVILLE

Dirigente Municipal:
 Sylvio Sniecikovski
 e-mail: sylvios@joinville.sc.gov.br
 Tel: (47) 3431-3000

PONTA GROSSA

Dirigente Municipal:
 Zélia Maria Lopes Marochi
 e-mail: assessoria-sme@pg.pr.gov.br
 Tel: (42) 3220-1127

RIO BRANCO

Dirigente Municipal:
 Moacir Fecury Ferreira da Silva
 e-mail: gabseme@riobranco.ac.gov.br
 Tel: (68) 3211-2403

SÃO GABRIEL DO OESTE

Dirigente Municipal:
 Elisabetha Gricelda Klein
 e-mail: educacaosgo@uol.com.br
 Tel: (67) 3295-5321

SÃO MATEUS

Dirigente Municipal:
 Angela Maria Gobbi Tótola
 E-mail: pmsmeducao@uol.com.br
 Tel: (27) 3767-8887

SOBRAL

Dirigente Municipal:
 Maria Izolda Cela de Arruda Coelho
 E-mail: izoldacela@yahoo.com.br
 Tel: (88) 3677-1191

TRÊS PASSOS

Dirigente Municipal:
 Evandro Luis Mohr
 E-mail: planejamento@trespassos-rs.com.br
 Tel: (55) 3522-3051

